

30

ANOS EM PORTUGAL

Relatório e Contas 2016

MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.



MAPFRE | SEGUROS



30

ANOS EM PORTUGAL

Na MAPFRE, somos mais de 37.000 colaboradores, 37 milhões de clientes e estamos nos cinco continentes, em mais de 50 países. Enquanto seguradora de referência no mercado segurador espanhol, primeiro grupo segurador espanhol multinacional na América Latina e um dos 10 maiores grupos europeus por volume de prêmios, apresentamos forte solidez financeira.

Mas a MAPFRE também somos nós, em Portugal, há mais de 30 anos! Perto dos nossos clientes, em várias cidades do país, com mais de 80 lojas, somos mais de 300 colaboradores com uma missão importante, que se comprometem diariamente para oferecer a melhor qualidade de serviço aos nossos clientes, criando uma relação de confiança duradoura.

Temos uma visão clara, queremos ser a seguradora global de confiança. Guiamo-nos por valores de solvência, integridade, vocação para o serviço, inovação para a liderança e equipa comprometida.

Em 2015, fomos distinguidos, pelo segundo ano consecutivo, como a melhor seguradora de Vida do mercado português pela revista Exame, na categoria “Melhor Média ou Pequena Seguradora Vida”. Socialmente, contribuimos para a construção de uma sociedade melhor, através da nossa Fundação MAPFRE.

 **MAPFRE** | SEGUROS

▼ Praça do Comércio – Lisboa





Índice

1. Órgãos Sociais	4
2. Relatório de Gestão	6
3. Contas Anuais 2016	26
4. Notas às Demonstrações Financeiras	34
5. Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	137

▲ Barco moliceiro – Aveiro



1987 | Um ano importante

Neste ano, Rosa Mota sagrou-se Campeã do Mundo da Maratona, numa prova realizada em Roma.

Em Lisboa, a MAPFRE Vida obtinha autorização para iniciar a atividade seguradora em Portugal. Já no ano anterior, em 1986, tinha adquirido um edifício em pleno coração de Lisboa, na Avenida da Liberdade, n.º 40.

Órgãos Sociais

▲ Vista para o Castelo – Leiria

Conselho de Administração (2015 | 2018)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Vice-Presidente

Juan Fernández Palacios

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva (não é vogal)

Vogais

António Luís de Azevedo Portela

Ignacio Baeza Gómez

Javier del Río Martín

José Luis Catalinas Calleja

José Luis Joló Marín

Luis Anula Rodriguez (e Administrador-Delegado)

Miguel Pedro Caetano Ramos

Mesa da Assembleia Geral (2015 | 2018)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Luis Anula Rodriguez

Conselho Fiscal (2014 | 2016)

Presidente

José Vieira Bernardo

Vogais

Pedro Manuel Travassos de Carvalho

Filipe Quintas de Oliveira da Palma Carlos

Suplente

José Emílio Cordeiro Fernandes

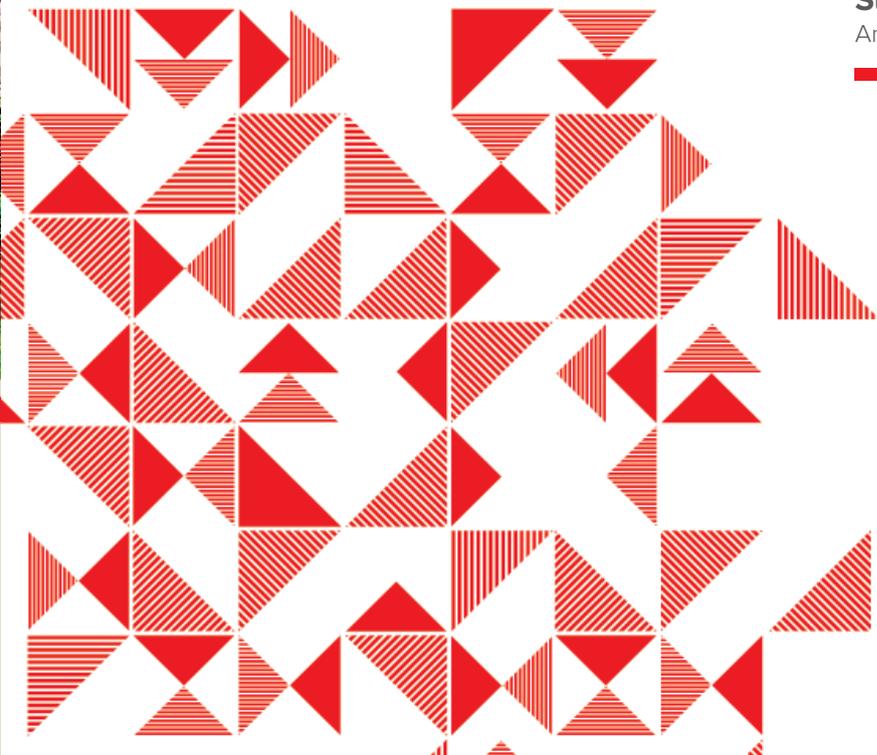
Sociedade Revisora Oficial de Contas (2014 | 2016)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por

Fernando Gustavo Duarte Antunes

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado





1991 | Os anos 90

É inaugurada a Ponte de São João, infraestrutura ferroviária sobre o rio Douro, entre o Porto e Gaia.

Abrimos a Agência Geral da MAPFRE SEGUROS GENERALES.

2.

Relatório de Gestão

▲ Ponte de D. Luís – Porto

1. Conjuntura Económica

De acordo com a estimativa do Fundo Monetário Internacional, na sua análise de janeiro de 2017, a economia mundial deverá apresentar uma evolução positiva no ano 2016, com um crescimento em torno de 3,1%, embora esta percentagem global resulte de uma grande dispersão entre diferentes grupos de países.

De facto, enquanto a previsão aponta para um crescimento acima das expectativas em algumas economias desenvolvidas, como é o caso dos Estados Unidos da América, país que se aproximou do pleno emprego no terceiro trimestre, noutras, especialmente na zona euro, vai no sentido de uma *performance* abaixo do potencial, pese embora as fortes medidas de estímulo monetário levadas a cabo pelo Banco Central Europeu.

Igualmente dececionante perspectiva-se o desempenho de alguns países de economias emergentes, com o Brasil à cabeça, assim como a Turquia, país que tem sofrido uma contração significativa nos rendimentos provenientes do turismo. Já na China, com o suporte de políticas de estímulo económico, e na Rússia, através da recuperação do preço do petróleo, o crescimento deve superar as expectativas.

No que respeita aos mercados financeiros, após alguns anos de estagnação em níveis extremamente baixos, as taxas de juro de longo prazo parecem ter entrado num ciclo ascendente, especialmente a partir de agosto. Nos Estados Unidos da América, as obrigações do tesouro a dez anos subiram praticamente um ponto percentual desde essa data e cerca de 60 pontos base desde as eleições de novembro. Mais moderada foi a subida na zona euro, cerca de 35 pontos base na dívida alemã, embora seja de menção o incremento de 70 pontos base da dívida soberana italiana, certamente ligada à incerteza política e aos receios sobre a solidez do sistema financeiro deste país.

Para o biénio 2017-2108, o mesmo organismo internacional prevê uma aceleração da economia, projetando um crescimento global na ordem dos 3,4% e 3,6%, respetivamente, suportado numa evolução favorável em alguns países desenvolvidos, como por exemplo a Alemanha, e, especialmente, no desempenho do conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento, para as quais estima crescimentos de 4,5% e 4,8%.

Estas são perspetivas interessantes, porém, não deve ser ignorada a existência de alguns riscos latentes que poderão ameaçar a consecução das previsões.

Destacam-se as incertezas associadas ao processo de saída da União Europeia por parte do Reino Unido (*Brexit*) e às recentes alterações nos Estados Unidos da América decorrentes das eleições presidenciais, que, em ambos os casos, ameaçam voltar a trazer políticas protecionistas para a ribalta, as quais poderão alterar o posicionamento geopolítico e influenciar a ordem económica mundial de uma maneira que ainda não é possível antecipar claramente.

Por outro lado, existe um conjunto de países que mantêm um nível de endividamento demasiado elevado, a par da fragilidade dos seus sistemas bancários, os quais encetaram reformas estruturais muito tímidas e que, por isso, continuarão a ver a produtividade das suas economias bastante condicionada.

Outras nuvens sombrias pairam ainda sobre aqueles países que apresentam um défice de diversificação das suas exportações, tradicionalmente muito dependentes do preço de um número reduzido de *commodities* e, como tal, com reduzida capacidade de absorção de situações de *stress* económico.

Quadro 1

Crescimento PIB	2015	2016	2017	2018
Economia mundial	3,2	3,1	3,4	3,6
Economias avançadas	2,1	1,6	1,9	2,0
Economias emergentes/ desenvolvimento	4,1	4,1	4,5	4,8

Fonte: Fundo Monetário Internacional (*World Economic Outlook Update January 2017*).

Centrando agora a análise na economia portuguesa, o maior destaque no ano 2016 vai para o crescimento de 1,2% do PIB (segundo a estimativa do Banco de Portugal publicada em dezembro) e a redução do *deficit* das contas públicas para 2,4% do PIB.

No que respeita à evolução do PIB, embora tal valor represente um decréscimo de 0,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior, importa referir que se trata do segundo ano consecutivo deste indicador em terreno positivo, mantendo assim a trajetória

de recuperação iniciada há dois anos, com a particularidade de ter acelerado no terceiro trimestre e de, este ano, o contributo das exportações ter sido mais elevado do que o da procura interna.

Quanto ao *deficit* das contas públicas, o valor atingido é bastante relevante, não só porque representa o menor nível alguma vez conseguido durante o regime democrático, mas também porque constitui um primeiro passo para a saída do procedimento por défice excessivo a que o país tem estado sujeito no âmbito da União Europeia.

Não obstante tratar-se de uma boa *performance*, uma análise mais detalhada da sua composição aconselha algumas cautelas, ao demonstrar que resultou essencialmente do aumento da receita de impostos, incluindo o contributo de uma medida extraordinária de regularização de dívidas, que acabou por compensar a subida de 1% da despesa.

O consumo privado cresceu 2,1%, decaindo meio ponto percentual quando comparado com o ano anterior. Contudo, importa recordar que o ritmo mais forte de crescimento deste indicador no ano anterior se associou à compra de bens duradouros, adiada nos anos de pico da crise, pelo que a evolução em 2016 aparece em linha com as expectativas.

Notícia menos agradável veio do lado do investimento, o qual apresentou uma variação negativa, contrária às expectativas, que terá sido responsável em grande medida pelo abrandamento da taxa de crescimento do PIB.

Ainda assim, beneficiando do maior dinamismo global da economia nos últimos anos, a taxa de desemprego voltou a descer, situando-se em 11%, ou até mesmo abaixo se vierem a confirmar-se a perspectivas mais otimistas.

A fraqueza do investimento e o facto da redução do *deficit* ter sido conseguido, essencialmente, através do aumento da receita de impostos e não de uma redução

estrutural da despesa, associados à dimensão da dívida pública, que continua a ascender a um valor próximo de 130% do PIB, são ameaças ao desenvolvimento futuro da economia.

Terá sido a incerteza em relação à capacidade do país solver os seus compromissos, a par do abrandamento da intervenção do Banco Central Europeu no mercado secundário de dívida, que levou a um aumento bastante significativo do *spread* exigido pelos investidores, colocando a taxa de juro da dívida pública portuguesa a dez anos em torno dos 4% no final do ano 2016, trazendo para a ordem do dia um hipotético novo resgate financeiro, com todas as consequências negativas associadas.

Para os próximos anos, as projeções do Banco de Portugal vão no sentido de uma melhoria do crescimento, assente no desempenho das exportações e do investimento, esperando-se um aumento do PIB para 1,4% no ano 2017, estabilizando em 1,5% nos dois anos seguintes, após o que o seu volume deverá ter recuperado para o nível que se verificava em 2008.

Em consequência, o mercado do trabalho deverá continuar a recuperar, estimando-se a manutenção da trajetória descendente do desemprego, ainda que a um ritmo um pouco mais moderado.

Importa realçar que o padrão de crescimento descrito, baseado no dinamismo das exportações e do investimento, com um contributo mais moderado do consumo privado, representa um desenvolvimento mais sustentado da economia.

Não obstante, persistem ainda vários constrangimentos que poderão condicionar a consecução das metas, como são os casos do elevado endividamento, não só público mas também privado, da deficiente evolução demográfica e de uma recuperação do investimento algo intermitente e aparentemente pouco robusta, os quais necessitarão de uma resposta célere e forte em termos de reformas estruturais da economia.

Quadro 2

Indicadores económicos em Portugal	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB	-1,5	0,9	1,6	1,2	1,4	1,5
Consumo privado	-2,0	2,2	2,6	2,1	1,3	1,4
Consumo público	-1,5	-0,5	0,8	1,0	0,0	0,4
Investimento	-8,4	2,2	4,5	-1,7	4,4	4,3
Exportações	5,9	2,6	6,1	3,7	4,8	4,6
Importações	2,7	6,3	8,2	3,5	4,8	4,9
Taxa de desemprego	17,4	13,1	12,4	11,0	10,1	9,4
Índice de Preços no Consumidor	0,5	-0,1	0,5	0,8	1,4	1,5
<i>Deficit</i> contas públicas	5,5	4,8	4,4	2,4	1,6	n.d.
Taxa de juro curto prazo	0,389	0,169	0,000	-0,300	n.d.	n.d.

Dados de 2016, 2017 e 2018 são estimativas.
Fonte: Banco de Portugal.

2. Evolução do Mercado

2.1. Produção

De acordo com os dados provisórios da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), o volume total de prémios emitidos no ano 2016 decresceu cerca de 14%, uma nova queda a juntar à de 11% que se tinha verificado no ano anterior.

Em consequência, o índice de penetração do setor dos seguros acentuou a sua degradação, com o prémio *per capita* a descer para 1.057 € e a percentagem de prémios sobre o PIB também a baixar para 6%, cifras que, em ambos os casos, alargaram a distância em relação às que se verificavam no início da década (gráfico 1).

Para este desempenho contribuíram de forma diferente os segmentos de Vida e de Não Vida (gráfico 2).

O segmento de Vida (gráfico 3) foi o grande responsável pela queda global, ao apresentar um decréscimo de 23%, o qual foi ainda mais forte do que o do ano anterior e radica na diminuição dos prémios associados a produtos de poupança, que se supõe estar essencialmente relacionada com três fatores:

- ▲ O entorno prolongado de baixas taxas de juro, bastante desincentivador da poupança, que tem batido mínimos sucessivos;
- ▲ As condicionantes do novo regime de solvência do setor segurador, que limitam a oferta de produtos com garantias de capital e rentabilidade, tipicamente preferidos pelos clientes;
- ▲ O ajustamento na estratégia dos grupos bancários detentores das seguradoras com maior peso na produção do ramo Vida, através da concentração no seu *core business*.

Em sentido favorável evoluíram os prémios de seguros de risco puro, crescendo 1,9%, embora, naturalmente, tal não tenha sido suficiente para compensar a quebra nos

contratos de poupança, dado o elevado peso destes na estrutura de vendas.

O segmento Não Vida (gráfico 4), por seu turno, parece ter entrado num novo ciclo, ao apresentar um crescimento pelo segundo ano consecutivo, desta vez na ordem dos 5%, tanto mais relevante quanto representa o maior crescimento anual desde há mais de dez anos.

No contexto deste segmento, destaca-se o ramo de Acidentes de Trabalho, com um crescimento de 12,2%, completando um ciclo de três anos consecutivos em terreno positivo, o qual, embora potenciado por uma melhoria das condições económicas refletidas na subida da massa salarial segura, estará especialmente relacionado com a introdução de correções tarifárias por parte das seguradoras, no sentido de atenuar os resultados fortemente negativos que há largos anos se vinham a verificar e sobre os quais, inclusivamente, a Autoridade de Supervisão manifestou a sua preocupação.

Destaca-se também o ramo de Doença, que reforçou a sua taxa de crescimento, a qual atingiu os 9,6%, e confirmou o potencial de desenvolvimento que este ramo tem vindo a revelar ao longo dos anos.

Ainda merecedor de referência é o ramo Automóvel, com uma evolução favorável de 3,9% em relação ao ano anterior, associada ao aumento do número de veículos seguros, o que se afigura natural, tendo em conta as estatísticas conhecidas que revelam um crescimento nas vendas de veículos.

Finalmente, os ramos Multirriscos tiveram um crescimento mais moderado, mas, ainda assim, contribuíram positivamente para o reforço do segmento Não Vida.

Gráfico 1 | Penetração do setor dos seguros

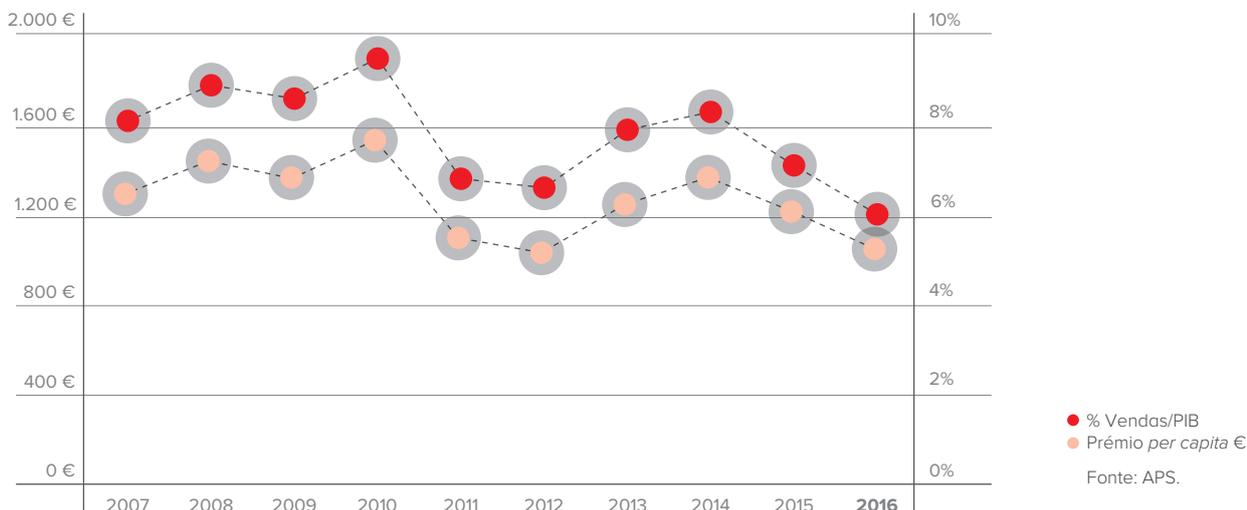


Gráfico 2 | Taxa de crescimento nominal de vendas

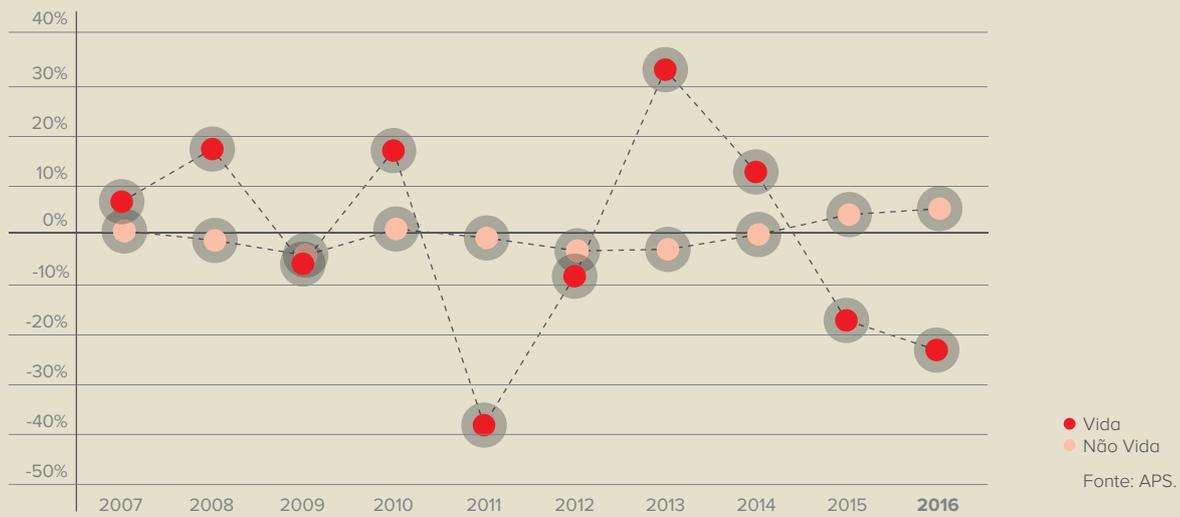
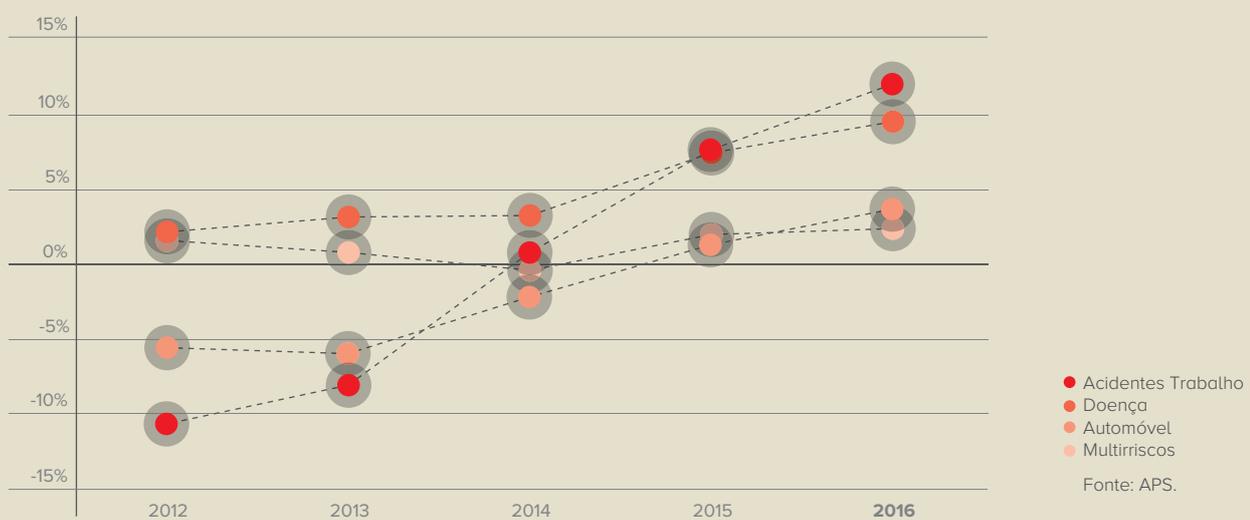


Gráfico 3 | Taxa de crescimento ramos Vida



Gráfico 4 | Taxa de crescimento ramos Não Vida



2.2. Sinistros

A sinistralidade global dos ramos Não Vida tem vindo a situar-se, ao longo do tempo e em particular nos últimos cinco anos, dentro de uma estreita banda em torno dos 65%, precisamente o nível que atingiu em 2016, embora, quando comparado com o ano anterior, tenha aumentado 1,2 pontos percentuais (gráfico 5).

No ramo Automóvel atingiu os 65,4%, estabilizando em relação ao ano anterior, no qual havia tido uma subida após o abaixamento nos anos de maior influência da crise económica que levou à redução na circulação.

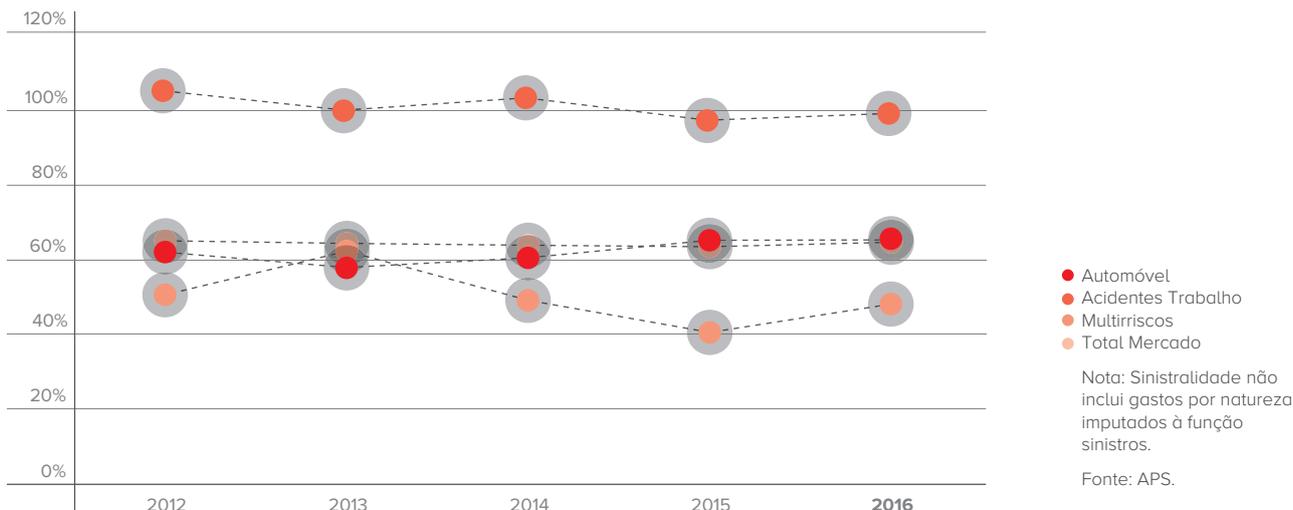
No que respeita aos ramos de Multiriscos, situou-se nos 48,4%, correspondendo a um crescimento de 7,8 pontos percentuais. Porém, como se deduz do nível do valor atingido, esta subida não parece constituir uma fonte de preocupação, sendo antes, em certa medida, um regresso à normalidade da sinistralidade do ramo,

a qual, devido à conjugação de diversos fatores favoráveis, terá sido anormalmente baixa no ano anterior.

Já o ramo de Acidentes de Trabalho continua a revelar uma evolução algo preocupante, mantendo-se à volta de 100% dos prémios emitidos, tendo mesmo crescido 1,8 pontos em relação ao ano passado, interrompendo assim o que parecia vir a ser um ciclo de recuperação. Esta evolução, que teria sido ainda mais gravosa não fora os ajustamentos tarifários implementados pela generalidade das seguradoras, vem demonstrar a insuficiência destes e a necessidade de uma correção mais forte, sob pena de se declarar definitivamente a insustentabilidade do ramo.

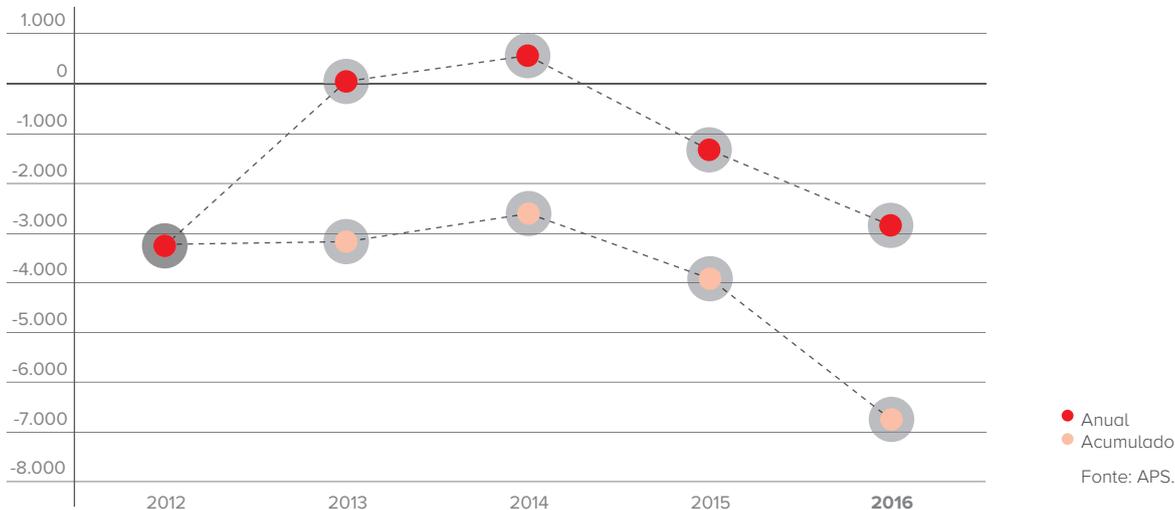
Em Vida, a sinistralidade dos produtos de risco puro teve um comportamento bastante favorável, descendo mesmo 3,7 pontos percentuais em relação ao ano anterior, para os 26,9% dos prémios emitidos.

Gráfico 5 | Taxa de sinistralidade Não Vida (s/ prémios emitidos)



2.3. Fluxo técnico do ramo Vida

Gráfico 6 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2012-2016 (milhões €)



Face ao decréscimo do volume de vendas, seria expectável uma redução do fluxo técnico e, na realidade, pese embora o desincentivo aos resgates, derivado do entorno de baixas taxas de juro, o comportamento deste importante indicador do ramo Vida foi mesmo negativo, acumulando já uma perda, nos últimos cinco anos muito próxima dos 7.000 milhões de euros (gráfico 6).

Esta evolução revela a diminuição do balanço das seguradoras e constitui uma potencial ameaça à sua rentabilidade, em especial daquelas em que o peso dos seguros de risco puro é residual e baseiam a sua carteira quase exclusivamente em produtos de capitalização.

2.4. Resultados e ativo

À data de elaboração deste relatório não eram ainda conhecidos os resultados do setor, porém, tendo em conta os dados da Associação Portuguesa de Seguradores ao fecho do primeiro semestre e não se vislumbrando nenhuma mudança radical no segundo semestre, projeta-se uma redução significativa para um mínimo de três anos.

Com efeito, ao fecho do semestre, os resultados do setor atingiram os 114 milhões de euros, o que representa uma redução de 58% e 75%, face a igual período dos anos 2014 e 2015, respetivamente, sendo esta redução mais expressiva na conta técnica do segmento de Vida.

Além da redução dos resultados, os dados à mesma data evidenciavam um emagrecimento do setor,

traduzido na redução do ativo em cerca de 3.000 milhões de euros, decorrentes de igual redução nas provisões técnicas e dos passivos financeiros do ramo Vida.

2.5. Capitais próprios e solvência

Este foi o primeiro ano de vigência do novo regime de solvência e parece começar a notar-se a influência dos seus requisitos na gestão do setor.

Uma das consequências do novo contexto foi a redução do portefólio dos produtos de capital e rendimento garantidos, mais exigentes do ponto de vista do consumo de capital, conforme já tivemos oportunidade de comentar a propósito do volume de produção. Durante o ano, houve mesmo o anúncio público de uma seguradora da intenção de deixar de oferecer produtos de capitalização e recentrar a sua atividade nos tradicionais produtos de risco.

Do lado dos capitais próprios, ressalta a sua estabilização no fecho do primeiro semestre em torno dos 5.000 milhões de euros (dados da APS). Apesar de ser evidente uma redução da componente das reservas de reavaliação, houve, em contrapartida, um reforço dos instrumentos alternativos ao capital social, bem como um aumento das reservas livres, indiciando, neste último caso, que a distribuição de resultados do ano anterior terá sido efetuada de forma prudente em face das novas exigências.

Como corolário natural, os dados do supervisor no final do terceiro trimestre apontavam para um pequeno reforço do requisito do capital de solvência (SCR) para 137% e do requisito de capital mínimo para 389%.

3. Evolução da Empresa

3.1. Estrutura de capital

O capital social da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. é de 33.108.650 €, constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 € cada uma, detidas integralmente pela MAPFRE ESPANHA, S.A.

3.2. Modelo de governo

Atentas as exigências legais impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, na revisão de 2006, e à conseqüente necessidade da fiscalização da Sociedade deixar de ser efetuada pelo Fiscal Único para passar a dever ser efetuada por um Conselho Fiscal e por um revisor ou por uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. procedeu, desde 2007, à atualização do seu modelo de governação.

Em traços gerais, as alterações verificadas incorporaram, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010, de 1 de abril, e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Neste âmbito, foi adotada uma nova estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

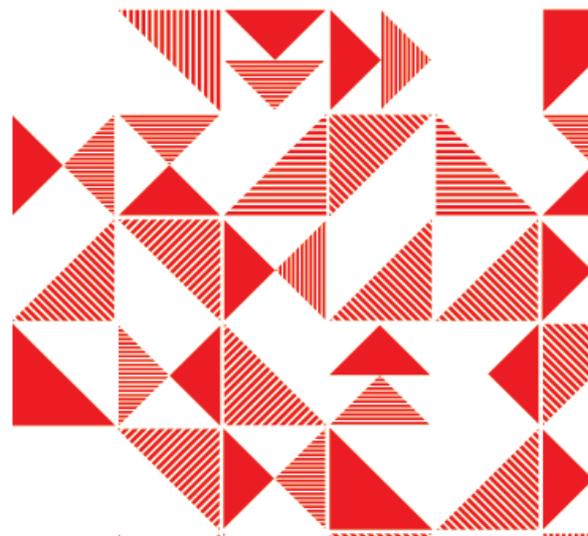
- ▲ Assembleia Geral – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- ▲ Conselho de Administração – composto por quatro a dezoito membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designam o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegável, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador-Delegado por ata do próprio Conselho de Administração;
- ▲ Conselho Fiscal – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- ▲ Revisor Oficial de Contas – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da Sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da Sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho.

O Conselho de Administração reúne, obrigatoriamente, uma vez por trimestre e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade a um Administrador-Delegado, encontrando-se os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.



3.3. Política de remuneração dos órgãos de administração

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho.

O Código de Ética e de Conduta do Grupo MAPFRE prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE, S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com caráter geral para o pessoal da entidade.

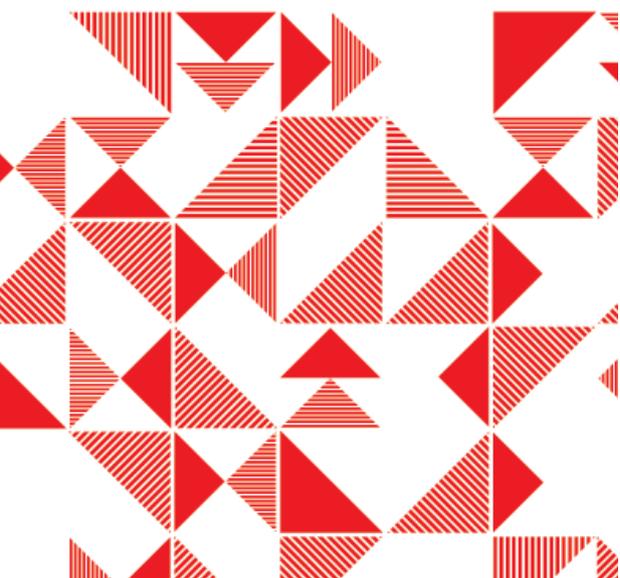
No Conselho de Administração da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por nove membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

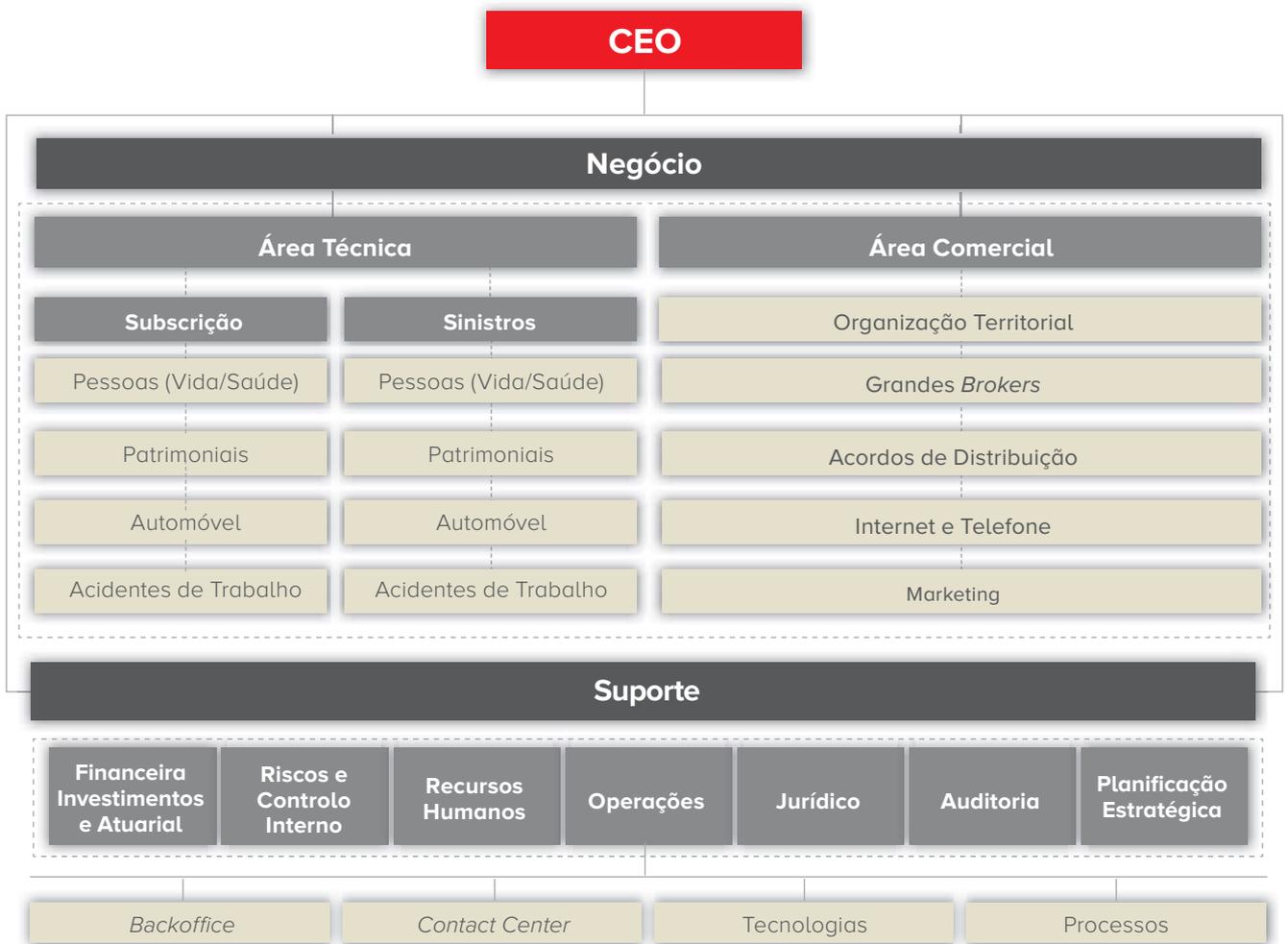
- Existe um administrador executivo – o Administrador-Delegado, que auferem remuneração por esta qualidade e que é divulgada nos termos legalmente exigíveis, sendo que cinco dos membros do Conselho, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE; os restantes administradores não são executivos;
- De acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos do Conselho de Administração desta Sociedade não pertencentes ao quadro de outras sociedades do grupo MAPFRE das quais recebam retribuição consiste numa retribuição fixa anual;
- Foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal;
- Deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua presença nas reuniões.

No Conselho Fiscal da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções nessa Sociedade, bem como na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

3.4. Organização e aspetos qualitativos

Desde há alguns anos, a MAPFRE opera os segmentos Não Vida e Vida através de uma estrutura organizativa comum, com o objetivo de conseguir obter sinergias, consubstanciadas no atendimento integral aos clientes e na otimização da estrutura de custos. No ano 2016, manteve-se a estrutura adotada desde meados do ano anterior, ilustrada no organigrama seguinte:





A coberto deste esquema organizacional, as diversas áreas desenvolveram uma vasta atividade orientada por um princípio de “Crescimento

com Rentabilidade”, assente essencialmente em três pilares: crescimento multicanal, reequilíbrio técnico e eficiência operativa.

▼ Palácio de Mateus – Vila Real



A Área Comercial continuou a apostar no desenvolvimento da rede de distribuição numa perspetiva multicanal, com o necessário suporte das atividades de marketing. Para tal, construiu e implementou as propostas de valor mais apropriadas a cada canal que permitiram incrementar o número de mediadores produtivos e os acordos especiais de distribuição. Por outro lado, de forma a potenciar a produtividade dos colaboradores da área de vendas, bem como o seu alinhamento com os objetivos estratégicos, foi implementado um sistema de *ranking* de atividade e, em paralelo, foi dinamizado o modelo da Curva ABC para definir objetivos e gerir a evolução do número de mediadores segundo a sua dimensão.

Em termos de Marketing, a atividade centrou-se, por um lado, na coordenação da comunicação para o exterior e, por outro, na otimização de ferramentas *online* de serviço à rede de distribuição, assim como na criação dos suportes de divulgação dos novos produtos e das campanhas de vendas implementadas ao longo do ano.

No que se refere à Área Técnica, a sua atuação procurou, como habitualmente, manter um portefólio de produtos ajustado às necessidades dos clientes, mas o seu maior foco foi dirigido para a implementação de medidas tendentes a assegurar o reequilíbrio de exploração, nomeadamente nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho. Nesse sentido, implementaram-se ajustes tarifários e novas medidas de subscrição e de saneamento, a par de uma reorganização da área de Sinistros, dotando-a de ferramentas e indicadores adequados a uma gestão sã e rigorosa.

O *Contact Center* e os serviços de *Backoffice* continuaram a desempenhar um papel crucial na primeira linha do atendimento aos diversos *stakeholders*, sejam eles clientes, terceiros ou mediadores. Para além da certificação do *Contact Center* pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*, a excelência do serviço prestado foi confirmada pelo índice NPS (*Net Promoter Score*), o qual evoluiu de um grau de 62,9, no ano 2015, para 68,3, no ano 2016. Referência ainda para a presença, pelo segundo ano consecutivo, do *Contact Center* no *top-3* da inovadora ação de *Gamification* levada a cabo a nível interno corporativo, com o objetivo de reconhecer as melhores práticas, aumentar a produtividade e provocar mudança nesta área de atividade.

No que respeita a Tecnologias e Processos, para a globalidade da MAPFRE Portugal (Vida e Não Vida) foram identificados 23 projetos, dos quais se concluíram 13 (cerca de 56%), encontrando-se sete ainda em desenvolvimento (aproximadamente 30%). Para além

do envolvimento na implementação destes projetos, estratégicos e táticos, foram desenvolvidas ações de melhoria das infraestruturas tecnológicas e iniciativas de aplicação de metodologias para a melhoria contínua de processos de negócio. De forma recorrente, assegurou a manutenção evolutiva das aplicações de negócio, em função das demandas das diversas áreas, garantindo assim a sua imprescindível atualização.

A Área Financeira levou a cabo uma reorganização da sua estrutura, mediante a fusão entre a Tesouraria e o Apoio à Organização Territorial, subáreas que tinham um âmbito comum em diversos aspetos, pelo que, assim, se potenciou a eficiência e a capacidade de resposta. Por outro lado, estabeleceu um plano de ação para a Área Atuarial, estruturando devidamente a sua base de atividades de forma a dar resposta cabal às necessidades decorrentes das novas tendências da gestão de riscos que dependem em grande medida das técnicas atuariais.

Sendo o ano 2016 o primeiro de vigência plena do novo regime de Solvência, a Área de Gestão de Riscos e Controlo Interno assumiu um papel bastante ativo, nomeadamente: resposta à norma regulamentar n.º 6/2015-R, elaboração e envio ao Supervisor dos reportes quantitativos e qualitativos relativos ao *day one* e trimestrais, monitorização do risco operacional, monitorização dos indicadores de apetite ao risco em consonância com a respetiva política, revisão do processo "ORSA", desenvolvimento de programas de formação específicos (Branqueamento de Capitais e de Controlo Interno) e a participação na adoção e aprovação das políticas de atuação nos mais diversos âmbitos.

A Área Jurídica, para além do apoio especializado a todas as restantes áreas da Companhia, assegurou a função de gestão de reclamações, bem como a função de *compliance*, verificando as condições do adequado exercício da governação, garantindo ainda o cumprimento das exigências de segurança e de meio ambiente.

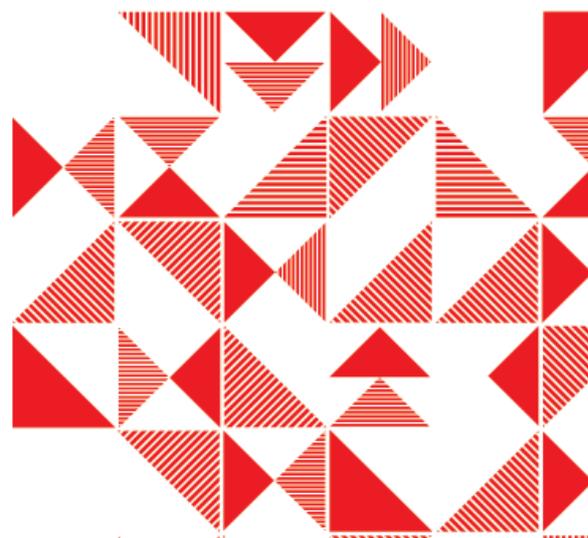
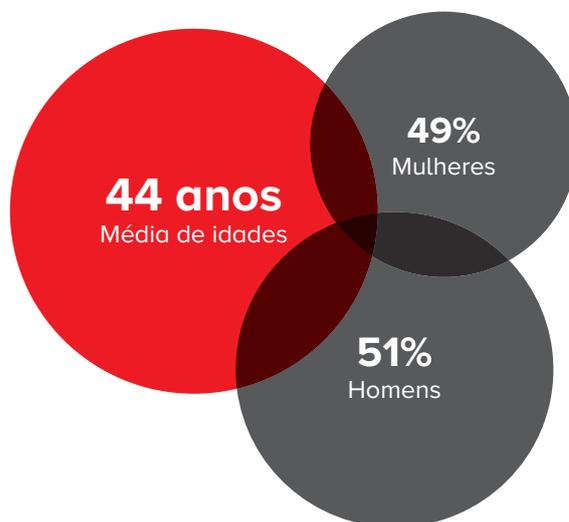
Como vem sendo habitual, a Unidade de Auditoria Interna levou a cabo um plano de atividades, de forma absolutamente independente. Durante o ano, realizou 16 auditorias, das quais resultaram 13 recomendações de implementação classificadas com grau alto e 63 com grau médio. Cabe aqui destacar que o grau de implementação das recomendações que têm vindo a ser efetuadas ao longo dos anos se situou, no final de 2016, em 82%, percentagem que parece indiciar não só a utilidade dessas recomendações como também a elevada implicação das diversas áreas na melhoria dos seus procedimentos.

Naturalmente, todas as ações descritas não teriam sido possíveis sem a elevada implicação do corpo de recursos humanos. Este era constituído por 250 pessoas, menos sete do que no ano anterior, no qual já tinha ocorrido uma redução de cinco efetivos, tornada possível graças às melhorias na eficiência operativa. Como seria de esperar, a média de idades aumentou para 44 anos (43 no ano anterior), assim como a antiguidade média, que passou para 14,7 (era 13,5 anos em 2015), continuando a revelar um bom equilíbrio entre juventude e experiência. Do ponto de vista da formação, manteve-se nos 47% o peso dos colaboradores com formação superior e, em termos de desenvolvimento do talento, foram proporcionadas 8.900 horas de formação técnica e comportamental, correspondentes a uma média de 22,7 horas por trabalhador. Quanto ao género, verifica-se uma quase paridade, com uma proporção de 51% de homens e 49% de mulheres, sendo de 43% a representatividade do género feminino no Comité de Direção.

Ao longo do ano, foi ainda desenvolvido um conjunto de atividades de cariz social, em parceria com a Fundação MAPFRE, entre as quais:

- ▲ A “Caravana de Educação Rodoviária”, que já se tornou num clássico na sensibilização das crianças em idade escolar para a segurança rodoviária;
- ▲ A campanha “Vai uma Voltinha”, no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade, de sensibilização para a segurança rodoviária e utilização de transportes alternativos ao automóvel, e a ação “Objetivo Zero”, de distribuição de folhetos e pulseiras de sensibilização para o flagelo das mortes na estrada;
- ▲ A campanha “Bebés, Crianças e Jovens em Segurança”, para promover a correta utilização das cadeiras de retenção para transporte das crianças;
- ▲ O seminário internacional “PRAISE”, sobre os riscos profissionais na condução (em parceria com a Prevenção Rodoviária Portuguesa);
- ▲ O projeto “Lisboa (C)idade Maior”, constituído por sessões de prevenção, sensibilização e priorização sobre segurança para a comunidade sénior (em parceria com a Câmara de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa);
- ▲ A campanha de recolha e entrega de bens para cerca de 72 crianças e jovens dos lares residenciais da Associação Novo Futuro (em parceria com o Grupo Desportivo e Cultural MAPFRE).

Quadro de Colaboradores 250 pessoas



3.5. Informação quantitativa

3.5.1. Vendas

O volume de prémios emitidos ascendeu a 96,55 milhões de euros, correspondendo a uma descida de 3,5% em relação ao ano anterior (gráfico 7).

Este comportamento ocorreu em contraciclo com o mercado e tem a sua origem na redução de prémios do ramo Automóvel, em resultado de uma revisão de tarifas e das condições de subscrição, no contexto de um programa de reequilíbrio dos resultados de exploração deste ramo que se começavam a degradar.

O ramo de Acidentes de Trabalho acompanhou o movimento de mercado no sentido do ajustamento de prémios decorrente de recomendações da Autoridade de Supervisão, crescendo 10% para um valor um pouco superior a 24 milhões de euros, passando a representar cerca de 25% da carteira total de prémios.

Além destes dois ramos, predominantes na carteira, assinala-se um crescimento de 65% no ramo de Saúde, que teve o seu terceiro ano completo de exploração e que, como se conclui, apresenta uma boa evolução no sentido de se vir a posicionar no futuro como um dos ramos de referência.

Menção ainda para o crescimento de 10% no ramo de Responsabilidade Civil, que passou a representar cerca de 4,5% da carteira.

O conjunto dos ramos restantes teve um desempenho mais modesto, crescendo nuns casos e decrescendo noutros, correspondendo, contudo, a variações de pequena dimensão. Em concreto, os ramos Multirriscos e Acidentes Pessoais parece terem estabilizado à volta de, respetivamente, 15% e 2,5% do total da carteira (gráfico 8).

Assistiu-se, assim, a uma descida da quota de mercado, após dois anos de crescimento, que acaba por ser consequência natural da opção estratégica pelo princípio do “crescimento com rentabilidade”. Naturalmente, pretende-se recuperar e aumentar essa quota nos próximos anos, a partir de uma carteira mais saneada e com a implementação do plano de ação comercial de reforço da rede comercial.

Em termos de cobranças, manteve-se um ritmo similar aos dos últimos anos, tendo inclusivamente ocorrido uma redução do rácio de prémios pendentes em relação aos emitidos, o qual terminou em 5,9% face a 6,3% no ano anterior.

Gráfico 7 | Taxa de crescimento vendas Não Vida

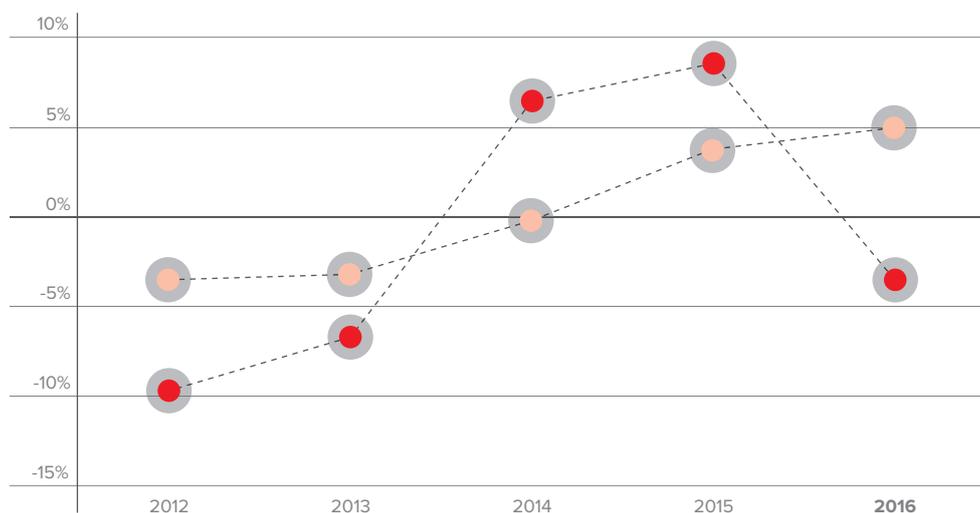
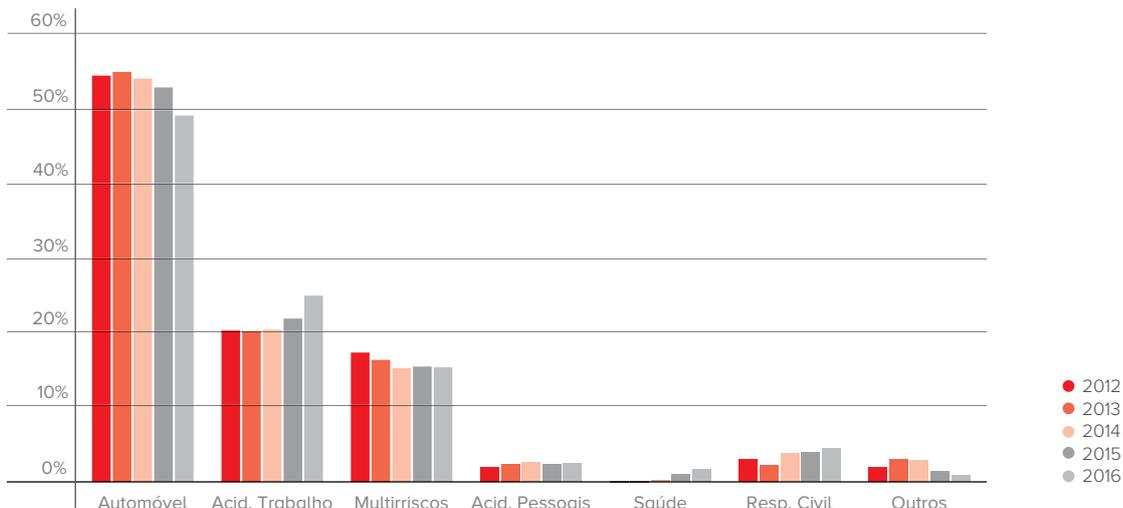


Gráfico 8 | Estrutura da carteira Não Vida MAPFRE



3.5.2. Rácio combinado

O rácio combinado global situou-se em 106,8%, apresentando uma redução de 6 pontos percentuais, que representa praticamente metade do caminho que era necessário percorrer em direção ao reequilíbrio técnico.

Não sendo, obviamente, o rácio ambicionado, importa, porém, destacar tal redução, que resulta da contenção de gastos e das rigorosas medidas de índole técnica que se foram implementando ao longo do ano e que parecem bem direcionadas, encorajando a prosseguir na mesma linha ao longo do ano 2017.

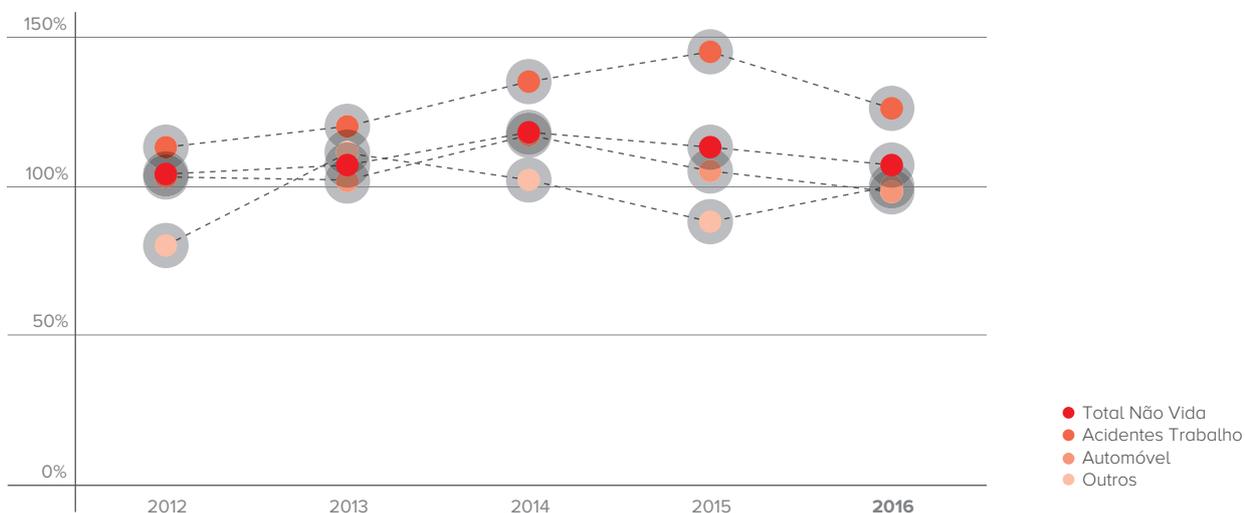
De uma forma mais específica, assinala-se uma redução superior a 6 pontos percentuais no ramo Automóvel e a 18 pontos no ramo de Acidentes de Trabalho, enquanto

os Restantes Ramos, de menor dimensão e mais sujeitos a volatilidade, apresentaram uma subida que limitou um pouco a melhoria do rácio global (gráfico 9).

O progresso alcançado no ramo Automóvel foi mesmo suficiente para fazer com que tivesse baixado da fasquia dos 100%, situando-se já num nível que se pode classificar como minimamente saudável.

Já o ramo de Acidentes de Trabalho, apesar de ter melhorado para um nível até mesmo inferior ao de há dois anos atrás, está ainda longe do valor aceitável, pelo que continuará a ser alvo de atenção especial e sujeito à implementação de um pacote adicional de medidas corretivas tanto tarifárias como de condições de subscrição.

Gráfico 9 | Rácio combinado líquido resseguro



3.5.3. Investimentos e rendimentos financeiros

A estrutura da carteira de investimentos não sofreu alterações significativas, continuando a apresentar características marcadamente prudentes (gráfico 10).

Com efeito, os títulos de rendimento fixo, apesar de uma ligeira descida por contrapartida de ações e fundos de investimento, continuam a representar mais de 70% do portefólio de investimentos.

No que respeita à rentabilidade (ver gráfico 11), tem-se vindo a verificar, de há uns anos a esta parte, uma diminuição da taxa correspondente aos títulos de rendimento fixo, diretamente relacionada com o entorno de baixas taxas de juro que vai fazendo sentir o seu efeito à medida que os títulos vão rodando em função dos vencimentos.

Já os títulos de rendimento variável (ações e fundos de investimento), que nos anos anteriores pareciam ter estabilizado, experimentaram um incremento de rentabilidade no ano 2016, em consequência de uma maior dinâmica ocorrida nos mercados bolsistas.

Ainda que represente uma parcela bastante minoritária da carteira, conforme demonstra o gráfico 10, é de referir a taxa de rentabilidade sustentadamente crescente dos investimentos em bens materiais (na sua quase totalidade imóveis), não tendo o ano 2016 sido exceção, facto que se associa à tendência de recuperação do mercado imobiliário nos últimos anos.

Da conjugação da estrutura da carteira e das tendências de rentabilidade de cada um dos seus componentes resulta que a taxa de rentabilidade total sem mais-valias realizadas tem vindo a apresentar uma redução sucessiva nos últimos anos, o que voltou a acontecer em 2016, ano em que se situou nos 2,7%.

No que concerne à realização de mais-valias, após dois anos de aproveitamento mais intenso da valorização dos ativos, o seu montante foi bastante menor no ano 2016 – cerca de 1,5 milhões de euros face a 8,5 milhões de euros no ano anterior – sendo, por isso, natural uma descida para 3,8% (8,7% no ano anterior) da taxa de rentabilidade total quando incluídas tais realizações.

Gráfico 10 | Estrutura da carteira de investimentos

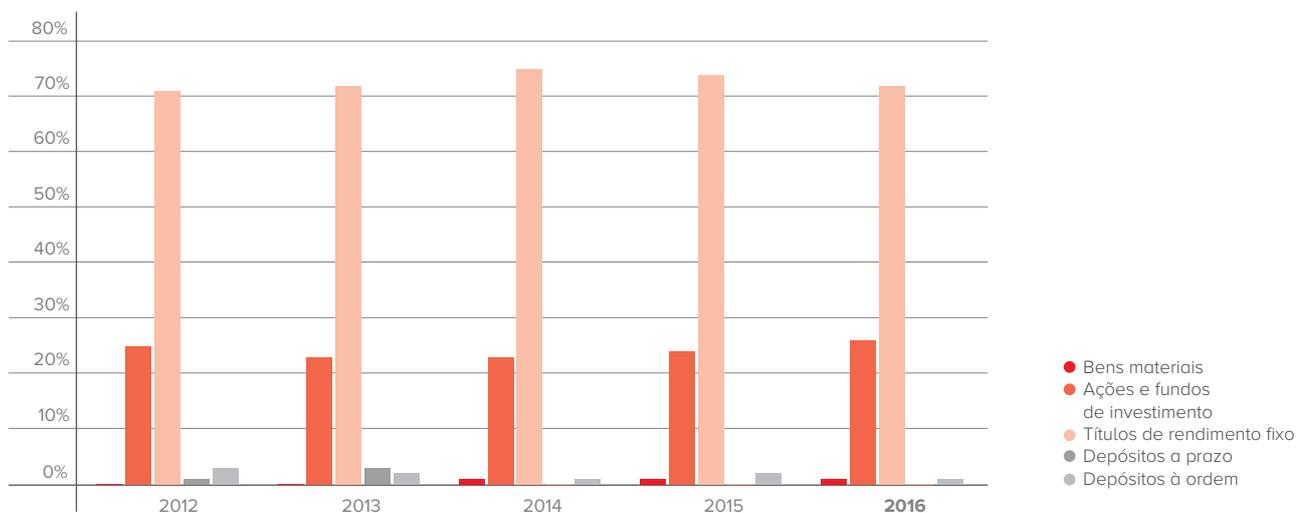
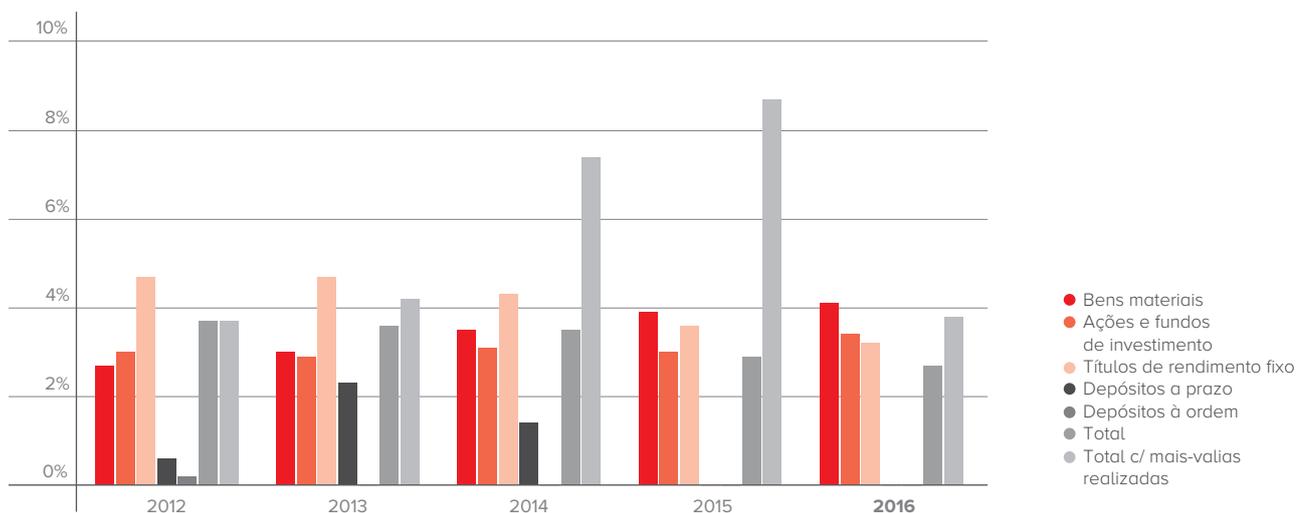


Gráfico 11 | Rentabilidade da carteira de investimentos



3.5.4. Balanço e resultados

A Companhia continua a apresentar um balanço estável e com uma forte componente de capitais próprios que tem sido, de certa forma, uma imagem de marca desde a sua constituição.

O passivo apresentou uma redução de aproximadamente 9 milhões de euros para quase 138 milhões de euros, com origem nas provisões técnicas, associada à diminuição da sinistralidade e do volume de prémios.

Porém, esta redução no passivo não se refletiu totalmente no ativo, tendo este descido apenas cerca de 7 milhões de euros para um total de aproximadamente 208 milhões de euros, uma vez que se verificou um reforço da valorização dos investimentos e, por contrapartida, um aumento dos capitais próprios, os quais atingiram um valor próximo dos 70 milhões de euros.

Quanto ao resultado líquido do exercício, apresenta-se marginalmente negativo, na ordem dos 537 mil

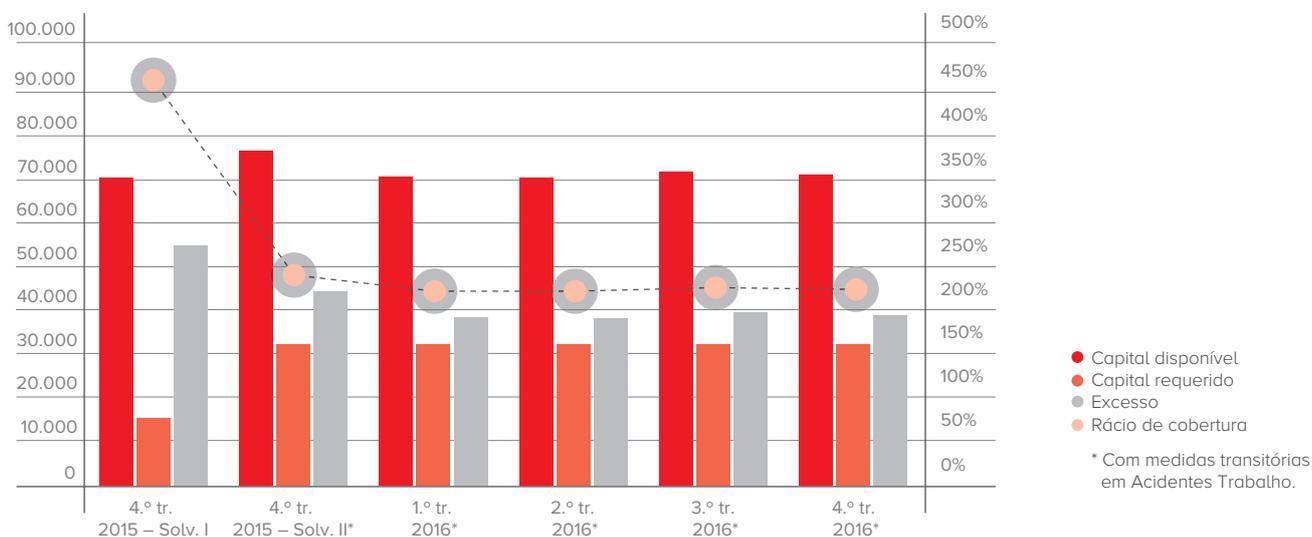
euros. Contudo, importa destacar que, como se deduz dos comentários nos pontos anteriores deste relatório, incorpora uma melhoria muito significativa da componente técnica, a par de uma redução dos rendimentos extraordinários provenientes da realização de mais-valias, que lhe conferem um cunho bastante mais saudável. Além disso, a forte capitalização comentada anteriormente permite a absorção daquele valor sem colocar em risco a solvência da Companhia.

3.5.5. Solvência

A maior exigência em termos de requisitos de solvência, derivada do novo regime, foi perfeitamente acomodada em função no nível de capitalização e do equilíbrio dos riscos assumidos.

A observação da evolução trimestral no ano 2016 evidencia que o rácio de cobertura parece ter estabilizado em torno dos 220%, um valor amplamente confortável e que permite encarar com tranquilidade os desafios futuros (gráfico 12).

Gráfico 12 | Rácio de solvência



3.5.6. Gestão de riscos

Com enquadramento no novo regime de Solvência, a MAPFRE adotou um conjunto de indicadores de alto nível, com os quais construiu um painel de riscos (quadro 3), para monitorização regular da sua evolução.

Conforme se pode verificar, a generalidade dos indicadores reflete uma situação confortável

em termos de exposição aos riscos correspondentes, identificando-se apenas uma exceção, referente ao “RaRoc”, conhecida e aceite pela matriz do Grupo, uma vez que é explicada pela conjugação de três fatores: elevado nível de capitais próprios, custo de capital elevado por via do risco associado ao país e uma rentabilidade de exploração algo inferior à desejada.

▼ Santuário de Santa Luzia – Viana do Castelo



Quadro 3

Categoria de risco	Indicadores chave de risco	Periodicidade	Zona Verde	Zona Amarela	Zona Encarnada	MSG	
						Período de avaliação anterior (09-2016)	Período de avaliação atual (12-2016)
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130%	[130%-110%]	< 110%	223%	221%
	Rácio MFF	Trimestral	Nível igual pelo menos a 100% para o <i>rating</i> alvo pré-definido (mínimo "BBB")	Nível entre 95% e 100% para o <i>rating</i> alvo pré-definido (mínimo "BBB")	Nível inferior a 95% para o <i>rating</i> alvo pré-definido (mínimo "BBB")	157%	155%
Rentabilidade ajustada ao risco	RaRoC	Trimestral	Deve-se garantir que o rendimento sobre o capital excede o custo de capital. RaRoC > 0			-5,70%	-8,78%
Risco de contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15%	[15%-20%]	> 20%	0	0
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5%	[5%-10%]	> 10%	0	0
	Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral			> 25%	0	0
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral			> 50%	0	0
Outros riscos financeiros	Alavancagem financeira	Trimestral	≤ 25%	[25%-35%]	> 35%	Não se aplica	Não se aplica
	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	Maior ou igual a 10 vezes	Entre 6 e 10 vezes	Menos de 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica
	Rácio de liquidez	Trimestral	> 125%	[125%-105%]	< 105%	1.454%	1.036%

4. Plano para o Futuro

Nos últimos dias do ano 2016, António Belo – Administrador-Delegado desde 2005 – apresentou a renúncia ao cargo que exercia. Em sua substituição foi nomeado Luis Anula Rodriguez, quadro do Grupo MAPFRE, profundo conhecedor do mercado português, por via da sua ligação à Agência Geral da MAPFRE Vida em Portugal, da qual foi o seu Diretor-Geral entre 2003 e 2008, após o que transitou para a Direção de Desenvolvimento do Negócio de Rede de Agência e Diretor Comercial de Particulares da MAPFRE Espanha, ocupando ultimamente o cargo de Diretor da Banca de Seguros da Área Regional Ibérica e das Participadas Seguradoras.

Este acontecimento inseriu-se num processo normal de relevo de quadros, típico de empresas multinacionais, não alterando em nada o posicionamento da Companhia.

Assim, o plano estratégico a médio prazo aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado e na redução sustentada do rácio combinado.

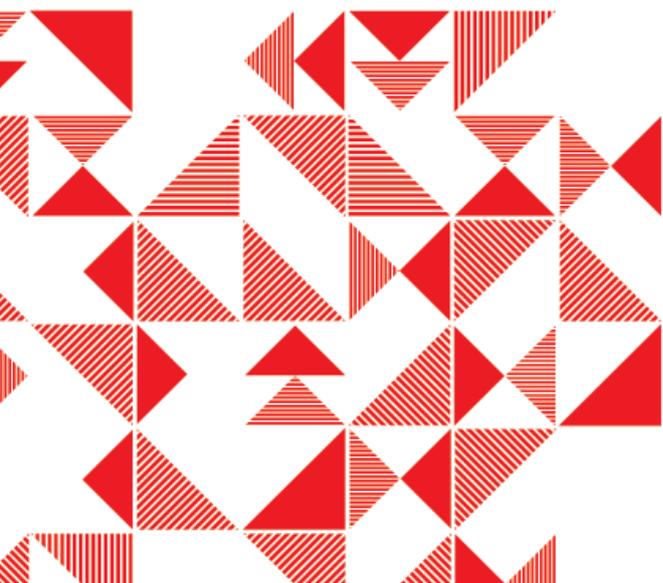
Para dar resposta ao desafio do crescimento, está prevista uma aposta forte na implementação de um modelo de relação com o cliente, através do qual se pretende conduzir todos os processos, estrutura e organização para gerar maior valor para o cliente, aumentando a sua satisfação e a sua fidelização. Em poucas palavras, pode-se dizer que se pretende implementar uma gestão orientada ao cliente, assumindo aqui um papel crucial a interligação entre as políticas de cliente e os planos comerciais e de canais.

Ainda na vertente do crescimento, continuarão a ser efetuados investimentos na rede de distribuição, quer por via da captação, com o intuito de aumentar a sua dimensão, quer no desenvolvimento da rede existente, com o objetivo de melhorar a sua eficiência e eficácia de modo a conseguir uma produtividade superior. Em coerência com o objetivo de orientação ao cliente, serão potenciadas as sinergias entre canais, permitindo, em especial, o aproveitamento por, todos eles, das oportunidades geradas pelo canal digital.

A rentabilidade técnica merecerá uma atenção proporcional à sua elevada importância. Por um lado, procurar-se-á a consolidação no curto prazo do reequilíbrio técnico, particularmente nos ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel, tanto através das condições de subscrição como da gestão de sinistros, neste caso pela otimização da gestão dos diversos prestadores de serviços. Do ponto de vista da oferta, proceder-se-á ao ajustamento de condições e à dinamização comercial da venda de produtos que, pelas suas características, se revelam tradicionalmente mais rentáveis, diminuindo dentro do possível o peso dos ramos obrigatórios na estrutura da carteira.

Para suportar a qualidade das decisões de gestão e aumentar a eficiência por via da racionalização de recursos dedicados à produção de informação, está previsto o desenvolvimento de um modelo de governo de informação e a criação de uma área específica que dará resposta às necessidades dos diversos departamentos nesse âmbito.

O processo de planificação estratégica, em si mesmo, não será descurado, na medida em que se assume como o garante do alinhamento da Empresa como um todo para a consecução dos macro objetivos. Após alguns anos de investimento na cultura de planificação, pretende-se agora consolidá-la e dirigir esforços acrescidos para uma nova fase em que o foco se centrará em incutir na Organização a cultura de seguimento da implementação da estratégia, pois só assim esta poderá ser efetiva.



5. Agradecimentos

O decurso do ano revelou-se desafiante e exigente, tendo sido necessário um esforço importante da parte de todos os que, de forma direta ou indireta, deram o seu contributo para o desenvolvimento da atividade, pelo que nos cumpre endereçar-lhes o nosso reconhecimento.

De forma particular, gostaríamos de deixar um agradecimento:

- ▲ Aos Clientes, que nos brindaram com a sua confiança ao longo de mais um ano;
- ▲ Aos Empregados, que se empenharam na prestação de um serviço de qualidade aos clientes;
- ▲ Aos Mediadores, que nos representaram de forma profissional ao longo de todo o país;
- ▲ Aos Fornecedores, que contribuíram com os bens e serviços necessários;
- ▲ Aos órgãos de fiscalização – Auditores Externos e Conselho Fiscal –, que exerceram a sua função com a máxima independência e rigor;
- ▲ À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pela sua colaboração construtiva;
- ▲ À Associação Portuguesa de Seguradores, que sempre acolheu as nossas sugestões.

6. Aplicação de Resultados

Propomos ao acionista único que o resultado líquido do exercício, negativo no montante total de 537.414,21 euros, seja absorvido por incorporação em Reservas Livres, cujo montante em Balanço é amplamente positivo.

Lisboa, 15 de março de 2017

O Conselho de Administração

José Manuel Inchausti Pérez
(Presidente)

Juan Fernández Palacios
(Vice-Presidente)

Luis Anula Rodriguez
(Vogal/Administrador-Delegado)

António Luís de Azevedo Portela
(Vogal)

Ignacio Baeza Gómez
(Vogal)

Javier del Río Martín
(Vogal)

José Luis Catalinas Calleja
(Vogal)

José Luis Joló Marín
(Vogal)

Miguel Pedro Caetano Ramos
(Vogal)

O Secretário do Conselho de Administração

Pedro Ribeiro e Silva

▼ Vista para a Sé – Viseu





1998 | A um passo do fim do milénio

Um ano em cheio.

Inaugurámos a Expo'98, dedicada aos Oceanos e integrada nas comemorações dos 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia. Foi um marco na economia do nosso país. José Saramago ganhava o Prémio Nobel da Literatura.

Iniciámos a atividade da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. como resultado da cedência de carteira da Agência Geral da MAPFRE SEGUROS GENERALES.

3.

Contas Anuais 2016

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2016			Exercício anterior (2015)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
Ativo					
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	222.300,10		222.300,10	1.880.564,50
4	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21.000.000,00		21.000.000,00	21.000.000,00
5	Ativos financeiros detidos para negociação	99.524,83		99.524,83	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
6	Ativos disponíveis para venda	140.223.340,01		140.223.340,01	143.654.044,36
	Empréstimos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
7	Terrenos e edifícios	20.068.961,73	6.687.373,31	13.381.588,42	13.683.001,68
	Terrenos e edifícios de uso próprio	18.997.933,77	6.235.507,24	12.762.426,53	13.046.705,97
	Terrenos e edifícios de rendimento	1.071.027,96	451.866,07	619.161,89	636.295,71
8	Outros ativos tangíveis	6.858.642,02	6.227.650,06	630.991,96	673.620,18
	Inventários			0,00	0,00
	Goodwill			0,00	0,00
9	Outros ativos intangíveis	7.677.891,34	5.844.334,64	1.833.556,70	1.712.695,32
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	18.030.276,91		18.030.276,91	19.912.591,20
	Provisão para prémios não adquiridos	3.996.933,88		3.996.933,88	4.211.612,86
	Provisão matemática do ramo Vida			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	14.033.343,03		14.033.343,03	15.700.978,34
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
27	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	319.866,85	0,00	319.866,85	168.164,09
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	13.514.085,71	1.619.885,47	11.894.200,24	12.397.228,25
	Contas a receber por operações de seguro direto	9.937.977,67	1.617.328,11	8.320.649,56	8.034.947,38
	Contas a receber por outras operações de resseguro	92.495,07		92.495,07	677.283,06
	Contas a receber por outras operações	3.483.612,97	2.557,36	3.481.055,61	3.684.997,81
12	Ativos por impostos	298.222,35		298.222,35	291.115,44
	Ativos por impostos correntes	298.222,35		298.222,35	291.115,44
	Ativos por impostos diferidos	0,00		0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos	0,00		0,00	0,00
	Outros elementos do ativo	0,00		0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
Total Ativo		228.313.111,85	20.379.243,48	207.933.868,37	215.373.025,02

Euros

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2016	Exercício anterior (2015)
Passivo e Capital Próprio			
Passivo			
14	Provisões técnicas	120.746.124,26	128.499.632,88
	Provisão para prémios não adquiridos	21.058.630,51	23.016.358,49
	Provisão matemática do ramo Vida		
	Provisão para sinistros	95.123.803,84	97.995.476,89
	De Vida		
	De Acidentes de Trabalho	46.060.960,32	43.698.608,83
	De outros ramos	49.062.843,52	54.296.868,06
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	2.621.453,24	2.192.673,33
	Provisão para riscos em curso	1.942.236,67	5.295.124,17
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
15	Outros passivos financeiros	19.874,33	26.198,38
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	19.874,33	26.198,38
	Outros		
27	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	315.597,37	184.646,38
16	Outros credores por operações de seguros e outras operações	7.220.684,55	8.288.320,85
	Contas a pagar por operações de seguro direto	3.872.156,65	4.733.798,40
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.295.020,74	1.460.790,75
	Contas a pagar por outras operações	2.053.507,16	2.093.731,70
12	Passivos por impostos	5.882.758,97	5.068.805,63
	Passivos por impostos correntes	2.854.220,52	2.754.033,86
	Passivos por impostos diferidos	3.028.538,45	2.314.771,77
17	Acréscimos e diferimentos	3.331.306,33	4.744.017,61
18	Outras provisões	80.659,30	80.659,30
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	Total Passivo	137.597.005,11	146.892.281,03
Capital Próprio			
19	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
20	Reservas de reavaliação	16.500.906,24	13.401.998,22
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	16.500.906,24	13.401.998,22
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
20	Reserva por impostos diferidos	-3.712.703,91	-3.005.931,90
20	Outras reservas	24.977.425,14	24.428.570,04
	Resultados transitados	0,00	0,00
	Resultado do exercício	-537.414,21	547.457,63
	Total Capital Próprio	70.336.863,26	68.480.743,99
	Total Passivo e Capital Próprio	207.933.868,37	215.373.025,02

Euros

Notas do Anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2016				Exercício anterior (2015)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
21	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		81.215.246,45		81.215.246,45	80.550.625,08
	Prémios brutos emitidos		96.548.926,77		96.548.926,77	99.996.910,96
	Prémios de resseguro cedido		17.452.183,97		17.452.183,97	19.199.894,25
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-2.414.876,85		-2.414.876,85	575.956,38
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-296.373,20		-296.373,20	329.564,75
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
Anexo 4.1 e 4.2	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		64.845.193,79		64.845.193,79	67.418.213,18
	Montantes pagos		66.049.231,53		66.049.231,53	63.126.076,28
Anexo 3.1 e 3.2; 22	Montantes brutos		76.607.797,63		76.607.797,63	74.332.510,26
	Parte dos resseguradores		10.558.566,10		10.558.566,10	11.206.433,98
	Provisão para sinistros (variação)		-1.204.037,74		-1.204.037,74	4.292.136,90
Anexo 3.1 e 3.2	Montante bruto		-2.871.673,05		-2.871.673,05	999.985,79
	Parte dos resseguradores		-1.667.635,31		-1.667.635,31	-3.292.151,11
23	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		-2.924.107,59		-2.924.107,59	-790,75
	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
24; 26	Custos e gastos de exploração líquidos		24.839.203,03		24.839.203,03	23.458.565,94
25	Custos de aquisição		22.091.583,44		22.091.583,44	22.184.193,65
	Custos de aquisição diferidos (variação)		457.148,87		457.148,87	-70.616,19
	Custos administrativos		4.652.602,97		4.652.602,97	4.148.101,87
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		2.362.132,25		2.362.132,25	2.803.113,39
28	Rendimentos		4.418.299,37	143,37	4.418.442,74	4.833.756,44
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		4.379.459,37		4.379.459,37	4.798.936,25
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		38.840,00	143,37	38.983,37	34.820,19
29	Gastos financeiros		1.252.420,62	0,00	1.252.420,62	1.188.842,19
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		428.054,76		428.054,76	491.419,11
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		824.365,86		824.365,86	697.423,08

(Continua)

(Continuação)

Euros

Notas do Anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2016				Exercício anterior (2015)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
30	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		1.563.284,41	0,00	1.563.284,41	8.540.812,33
	De ativos disponíveis para venda		1.563.284,41		1.563.284,41	8.540.812,33
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
31	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	731,46	731,46	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação			731,46	731,46	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
32	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		13.194,45	0,00	13.194,45	109.398,84
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros		13.194,45		13.194,45	109.398,84
33	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		-155.958,36		-155.958,36	-10.175,09
35	Outros rendimentos/gastos			758.154,95	758.154,95	-572.525,18
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado líquido antes de impostos		-985.032,43	759.029,78	-226.002,65	1.168.264,18
12	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			304.416,89	304.416,89	368.515,37
12	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			6.994,67	6.994,67	252.291,18
	Resultado líquido do exercício		-985.032,43	447.618,22	-537.414,21	547.457,63

Euros

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas		
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2015 (posição de abertura)	33.108.650,00	13.401.998,22	-3.005.931,90	4.149.121,10	2.979.548,04	17.299.900,90	547.457,63	68.480.743,99
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	33.108.650,00	13.401.998,22	-3.005.931,90	4.149.121,10	2.979.548,04	17.299.900,90	547.457,63	68.480.743,99
20	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		3.098.908,02	-706.772,01					2.392.136,01
19	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				54.745,76		492.711,87	-547.457,63	0,00
27	Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas						1.397,47		1.397,47
	Total das variações do capital próprio	0,00	3.098.908,02	-706.772,01	54.745,76	0,00	494.109,34	-547.457,63	2.393.533,48
	Resultado líquido do exercício							-537.414,21	-537.414,21
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2016	33.108.650,00	16.500.906,24	-3.712.703,91	4.203.866,86	2.979.548,04	17.794.010,24	-537.414,21	70.336.863,26



Euros

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas		
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2014 (posição de abertura)	33.108.650,00	24.407.821,00	-5.491.759,73	4.149.121,10	2.979.548,04	20.138.190,29	-2.838.289,39	76.453.281,31
	Correções de erros (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) – Nota 35								0,00
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	33.108.650,00	24.407.821,00	-5.491.759,73	4.149.121,10	2.979.548,04	20.138.190,29	-2.838.289,39	76.453.281,31
20	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-11.005.822,78	2.485.827,83					-8.519.994,95
19	Aumentos de reservas por aplicação de resultados						-2.838.289,39	2.838.289,39	0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio								0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	-11.005.822,78	2.485.827,83	0,00	0,00		-2.838.289,39	-8.519.994,95
	Resultado líquido do exercício							547.457,63	547.457,63
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro 2015	33.108.650,00	13.401.998,22	-3.005.931,90	4.149.121,10	2.979.548,04	17.299.900,90	547.457,63	68.480.743,99

Euros

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2016				Exercício anterior (2015)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados		2.392.136,01		2.392.136,01	-8.519.994,95
20	Variação da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda		3.098.908,02		3.098.908,02	-11.005.822,78
20	Impostos correntes e diferidos		-706.772,01		-706.772,01	2.485.827,83
	Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados		1.397,47		1.397,47	0,00
27	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas		1.397,47		1.397,47	0,00
	Impostos correntes e diferidos		0,00		0,00	0,00
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		2.393.533,48		2.393.533,48	-8.519.994,95
	Resultado líquido do exercício		-985.032,43	447.618,22	-537.414,21	547.457,63
	Total do rendimento integral do exercício		1.408.501,05	447.618,22	1.856.119,27	-7.972.537,32

Euros

Notas do Anexo	Fluxo caixa	Exercício 2016	Exercício anterior (2015)
	Atividades operacionais		
	Prémios recebidos*	110.979.391,17	116.234.251,17
	Sinistros pagos	-68.635.245,20	-66.295.316,25
	Pagamentos comissões	-10.423.852,19	-10.136.699,14
	Entradas resseguro	6.301.438,03	2.164.929,53
	Saídas resseguro	-13.375.879,32	-9.007.393,81
	Entradas cosseguro	1.511.877,89	1.984.922,65
	Saídas cosseguro	-1.835.386,29	-2.394.069,14
	Outros recebimentos	754.856,19	1.380.097,73
	Outros pagamentos	-37.618.459,48	-36.494.195,36
	Imposto sobre o rendimento	-436.255,50	-94.166,02
	Total fluxos operacionais	-12.777.514,70	-2.657.638,64
	Atividades de investimento		
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	-766.868,28	-949.674,01
	Rendas recebidas	38.840,00	34.770,00
	Títulos de dívida – compras	-82.470.814,83	-71.785.446,12
	Títulos de dívida – vendas	92.221.035,38	74.707.598,58
	Instrumentos capital e UPs – compras	-8.360.986,93	-7.690.335,21
	Instrumentos capital e UPs – vendas	6.461.820,26	4.076.312,56
	Juros recebidos	3.484.505,28	3.993.679,01
	Dividendos recebidos	516.604,01	441.695,32
	Total fluxos investimento	11.124.134,89	2.828.600,13
	Atividades de financiamento		
	Pagamento de juros	0,00	-2.392,27
	Total fluxos financiamento	0,00	-2.392,27
	Efeito cambial	-4.884,59	-2.639,62
	Aumento caixa	-1.658.264,40	165.929,60
	Caixa no início	1.880.564,50	1.714.634,90
8	Caixa no fim	222.300,10	1.880.564,50

* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.



2010 | Muita agitação

Foi um ano bastante conturbado, ao nível político e económico. Destaca-se a inauguração do Centro Champalimaud, em Lisboa, que realiza estudos de investigação na área das neurociências e oncologia.

Nasce a MAPFRE - Seguros de Vida, S.A, que adquiriu a carteira do ramo Vida à Agência Geral da MAPFRE Vida.

4.

Notas às Demonstrações Financeiras

▲ Fundação Champalimaud – Lisboa

Índice

1. Informações Gerais	36	28. Rendimentos	86
2. Políticas Contabilísticas	37	29. Gastos Financeiros	87
3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	49	30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	87
4. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	50	31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	88
5. Ativos Financeiros Detidos para Negociação	51	32. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)	88
6. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	52	33. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	89
7. Terrenos e Edifícios	55	34. Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	89
8. Outros Ativos Tangíveis	58	35. Outros Rendimentos e Gastos	90
9. Outros Ativos Intangíveis	59	36. Relato por Segmentos	91
10. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	60	37. Entidades Relacionadas	93
11. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	61	38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	98
12. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	63	39. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	107
13. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	65	40. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	114
14. Provisões Técnicas	66	41. Elementos Extrapatrimoniais	117
15. Outros Passivos Financeiros	68	42. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	117
16. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	68	43. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	118
17. Acréscimos e Diferimentos	69		
18. Outras Provisões	69		
19. Capital	70		
20. Reservas	71		
21. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	72		
22. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	73		
23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	73		
24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos	74		
25. Custos de Aquisição	76		
26. Gastos com o Pessoal	77		
27. Obrigações com Benefícios dos Empregados	78		

1. Informações Gerais

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. foi constituída por escritura, a 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e iniciou a sua atividade a 1 de abril de 1998.

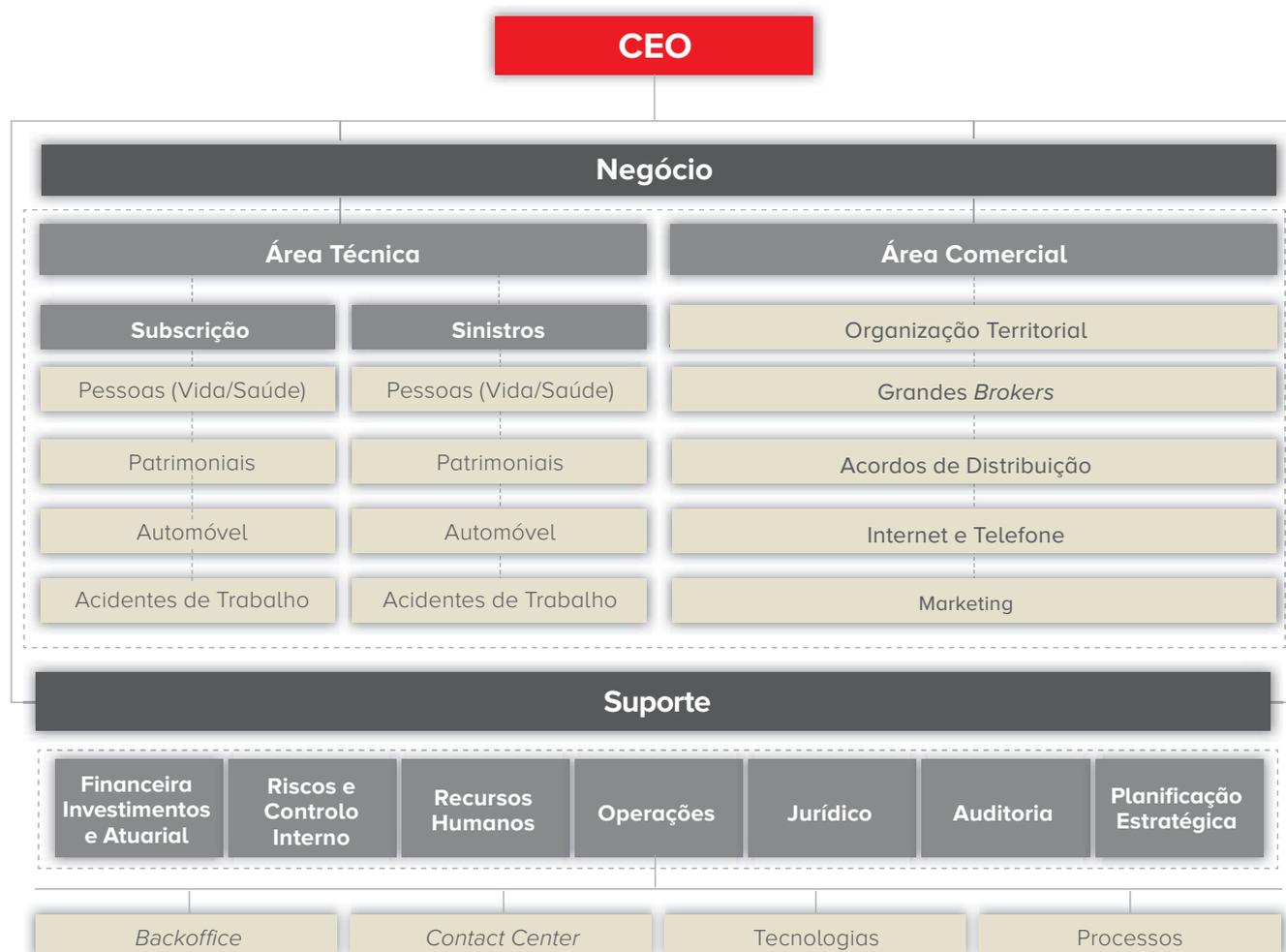
A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama abaixo.

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano 2016, prémios aproximadamente de 97 milhões de euros, que representam uma diminuição de 3,4% em relação

ao ano anterior, cabendo aos seguros obrigatórios de Acidentes de Trabalho 25% e de Autos 49%, e os restantes 26% aos ramos de Acidentes Pessoais e Patrimoniais.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração foram abordadas as conjunturas económicas e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2016, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico a médio prazo, que aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado e na redução sustentada do rácio combinado.



2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas, de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz as International Financial Reporting Standards (IFRS) em vigor tal como adotadas na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos na IFRS 4 – Contratos de Seguro.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

No exercício de 2016, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros detidos para negociação e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração, em 15 de março de 2017.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem o caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

2.3. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma filial nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo, através de filiais), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo, através de filiais), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b) Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c) Transações materiais entre a investidora e a investida;
- d) Intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- e) Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em filiais e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

Ativos financeiros detidos para negociação

Esta categoria inclui:

- ▲ Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de negociação.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- ▲ Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- ▲ Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- ▲ Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.



Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 6.2. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

De ativos financeiros detidos para negociação

Após o reconhecimento inicial, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos Outros” ou de “Gastos financeiros Outros”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos Outros”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Rendimentos Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

De ativos financeiros disponíveis para venda

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos

de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- ▲ Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- ▲ Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- ▲ Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- ▲ Incumprimento dos termos contratuais;
- ▲ Probabilidade manifesta de insolvência; e
- ▲ Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- ▲ Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- ▲ Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- ▲ A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- ▲ O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2016 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- ▲ A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- ▲ Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- ▲ Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

2.5. Terrenos e edifícios

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16 e na IAS 40 (Propriedades de investimento).

Os edifícios são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados.

Os edifícios encontram-se valorizados subsequentemente ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

2.6. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

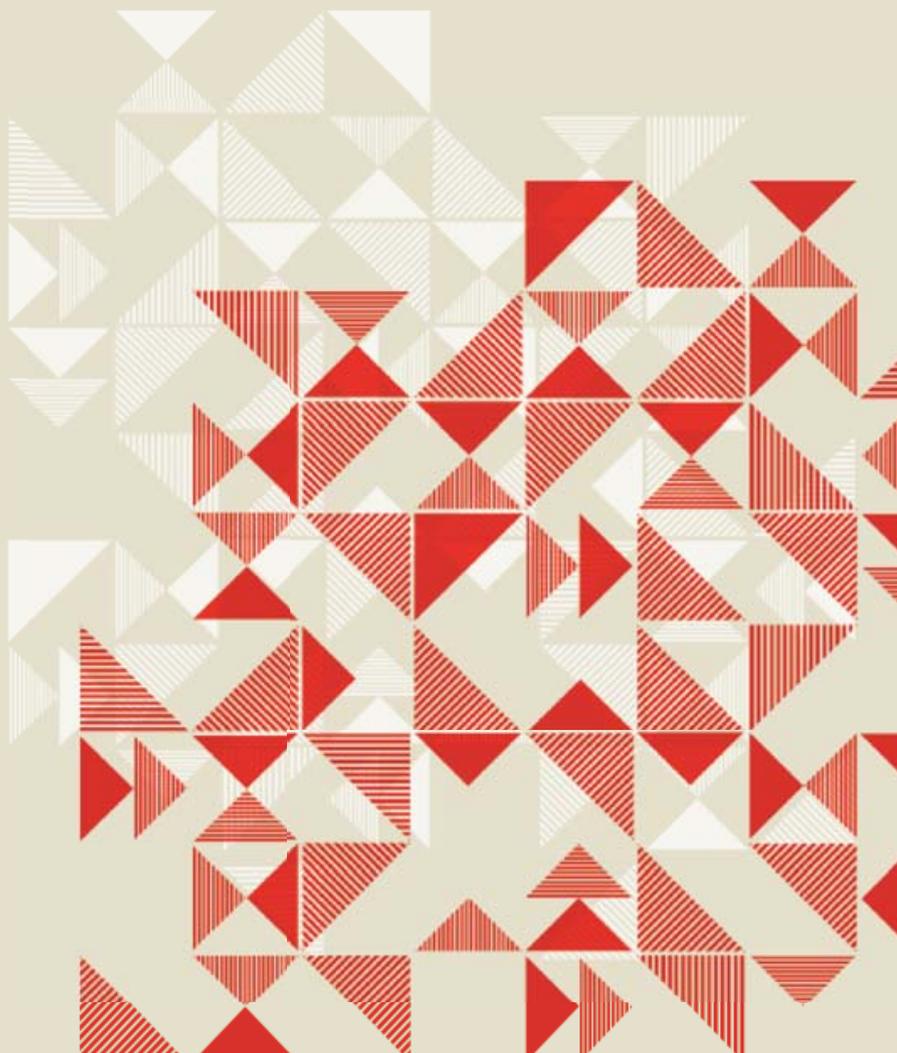
Outros ativos tangíveis	N.º Anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000,00 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.



2.7. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos, são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.9. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

2.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.11. Passivos financeiros

A única classe de passivo financeiro registado são os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

2.12. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

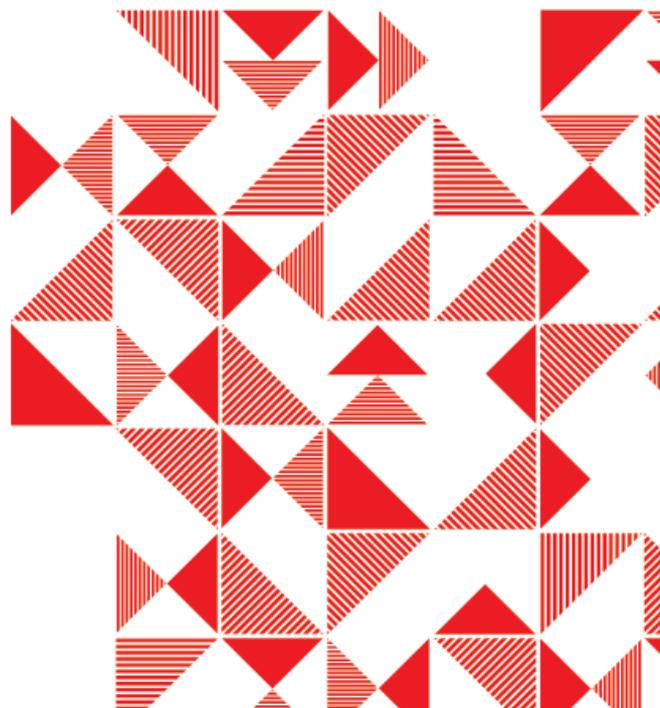
2.13. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de “Acréscimos e diferimentos” destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas serão reconhecidas em exercícios posteriores.



2.14. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

a) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea e) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

b) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 e n.º 10/2016 emitida pela ASF, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

c) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por ramos e/ou grupos de ramos (Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral, Caução, Perdas Pecuniárias Diversas e Proteção Jurídica), com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 12/2000 da ASF.

d) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 emitida pela ASF, para a cobertura de fenómenos sísmicos do ramo Incêndio e para o ramo de Caução.

e) Provisão para sinistros

Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A mensuração das provisões para sinistros conhecidos e pendentes de liquidação é definida caso a caso e tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Para a valorização casuística dos sinistros conhecidos e pendentes de liquidação, por cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles. No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor.

Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação desta provisão é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimação desta provisão é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

Provisão para gastos de tramitação

A provisão para gastos de tramitação dos sinistros pendentes calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

Provisão para assistência vitalícia

A provisão para assistência vitalícia é estimada caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

Provisão matemática de acidentes de trabalho

A provisão matemática de Acidentes de Trabalho é calculada segundo métodos de projeção atuarial, com base na tabela de mortalidade GRF80 com uma taxa de juro de 4% e encargos de gestão de 1%, para todo o universo de pensionistas. O cálculo do valor dos capitais a remir, de remissões já definidas ou homologadas, foi efetuado com base na tabela de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

Adequacidade da provisão matemática de acidentes de trabalho

Dando continuidade ao que iniciou em 2015, a Companhia continuou o processo de revisão das responsabilidades visando a garantia da adequabilidade das provisões de Acidentes de Trabalho. Esta revisão foi efetuada tendo por base as tabelas geracionais de sobrevivência masculina

e feminina, a PERF/PERM 2000 P geracional, com uma taxa de juro de 3,22% e encargos de gestão de 1%, para todo o universo dos pensionistas, a utilização de remaridação na tabela de mortalidade, e para pensões obrigatoriamente remíveis com base na tabela de mortalidade TD 88/90, com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 38.

2.15. Imputação de gastos por funções

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções, conforme prevê a diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro.

As funções consideradas no âmbito desta imputação, de acordo com o artigo 41.º da mesma diretiva, são as seguintes:

- a) Custos com sinistros;
- b) Custos e gastos de exploração:
 - i. Custos de aquisição;
 - ii. Gastos administrativos;
- c) Gastos de investimentos.

São apresentados na Nota 24 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.16. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 29/01/2016.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 50.^a e 51.^a, bem como do Anexo V do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, de 8 de agosto de 2009.

Encontram-se ainda abrangidos por este plano os trabalhadores que em 2016 optaram pelo Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, de 8 de agosto de 2009.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, derivadas desse plano, obedece ao estipulado na cláusula 56.^a do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valorização atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 27.2.

Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas atuariais decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos, e de alterações nesses pressupostos atuariais; e (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real são reconhecidos em outro rendimento integral.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 42.^a do Acordo Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor desde 29/01/2016 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a 12 meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

2.17. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.18. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

São locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.19. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisados como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Benefícios dos empregados

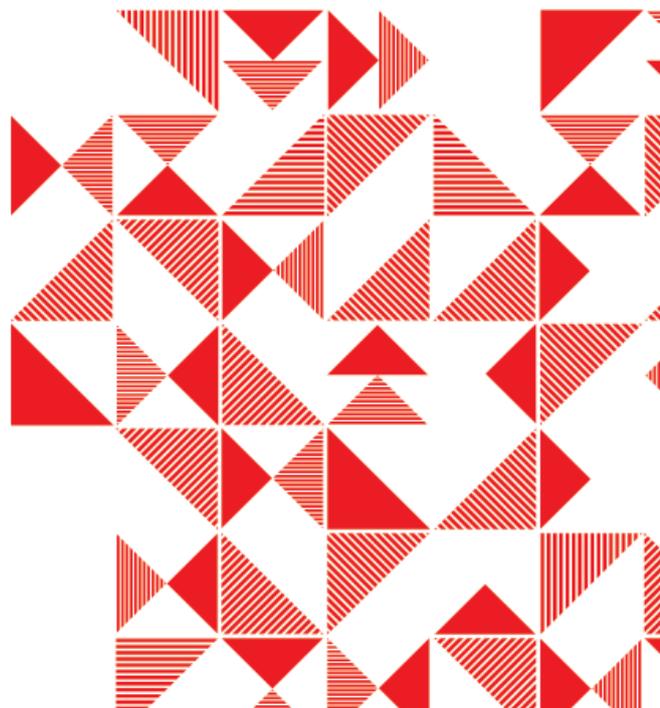
Conforme descrito na Nota 2.16. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – planos de benefício definido – concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

b) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.14.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em Balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.



c) Definição da vida útil dos edifícios

A Companhia efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

d) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

e) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em Balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

f) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- ▲ As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos como de ativos por impostos diferidos;
- ▲ Existem “prejuízos fiscais” a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- ▲ As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.



3. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	Euros	
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	2016	2015
Caixa e equivalentes	67.192,59	223.704,64
Depósitos à ordem	155.107,51	1.656.859,86
Total	222.300,10	1.880.564,50

▼ Castelo – Santarém



4. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Apresentamos no quadro abaixo o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Euros		
Entidade	2016	2015
Ativo		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.	21.000.000,00	21.000.000,00
Total	21.000.000,00	21.000.000,00

No quadro abaixo apresentamos a informação financeira resumida das associadas, individualmente:

Euros		
Entidade	2016	2015
MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.		
Total dos ativos	335.973.858,96	330.693.134,74
Total dos passivos	302.714.156,92	295.407.054,37
Produção seguro direto	45.215.002,43	64.058.107,13
Resultados	1.105.728,38	425.450,53

4.1. Participação na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

No exercício de 2009, a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. participou majoritariamente no capital da Sociedade MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º 1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

A Companhia procedeu, no exercício de 2010, a um aumento de capital na sociedade MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 10.000.000,00 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000,00 de euros.

No exercício de 2013, a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. procedeu a um novo aumento de capital na sociedade MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 3.500.000,00 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 21.000.000,00 de euros.

4.2. Partes de Capital

As partes de capital em empresas associadas e filiais foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo. Com base na evolução financeira da participada, não foram identificados indícios de imparidade.

5. Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros detidos para negociação” são constituídos por títulos de dívida de outros emissores não afetos às provisões técnicas.

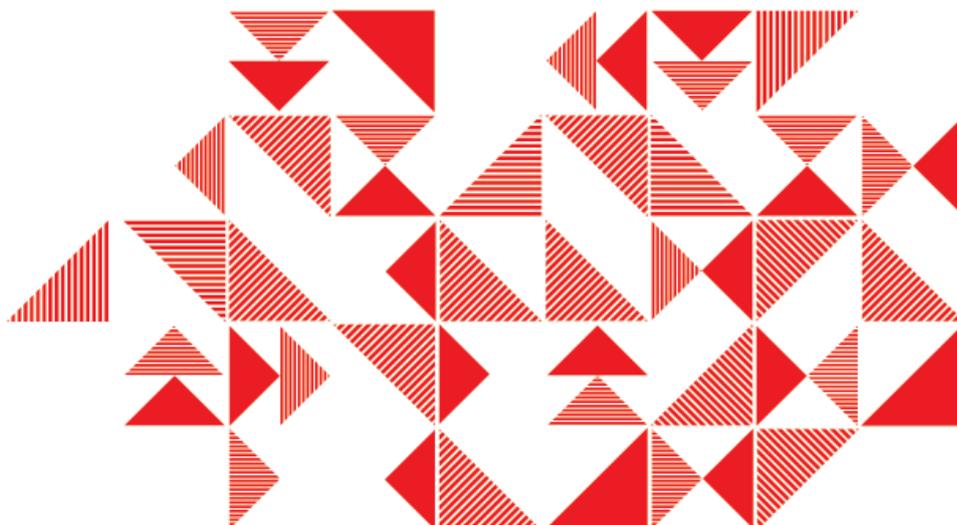
A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Exercício de 2016					Euros
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Valor contabilístico	
Saldo inicial	0,00			0,00	
Aquisições (a valor aquisição)	98.650,00			98.650,00	
Variação do justo valor	731,46			731,46	
Variação do custo amortizado	143,37			143,37	
Variação juro decorrido	0,00			0,00	
Saldo final	99.524,83	0,00	0,00	99.524,83	

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Exercício de 2016							Euros
Tipo de ativo	Valor contabilístico						
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	Total	
Ativos financeiros detidos para negociação							
Títulos de outros emissores	98.650,00	143,37	731,46	0,00	0,00	99.524,83	
Total	98.650,00	143,37	731,46	0,00	0,00	99.524,83	

No Anexo 1.1. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros detidos para negociação”.



6. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

6.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Exercício de 2016				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Valor contabilístico
Saldo inicial	125.822.146,57	17.831.897,79	0,00	143.654.044,36
Aquisições (a valor aquisição)	86.732.497,39	8.360.932,41	0,00	95.093.429,80
Reembolsos (a valor aquisição)	4.317.367,44		0,00	4.317.367,44
Alienações (a valor aquisição)	90.350.975,71	6.677.188,92		97.028.164,63
Variação do justo valor	1.918.886,13	1.222.322,78		3.141.208,91
Variação do custo amortizado	107.497,99			107.497,99
Variação juro decorrido	-427.308,98		0,00	-427.308,98
Saldo final	119.485.375,95	20.737.964,06	0,00	140.223.340,01

Exercício de 2015				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Valor contabilístico
Saldo inicial	130.671.356,55	14.891.180,53	0,00	145.562.537,08
Aquisições (a valor aquisição)	70.954.893,09	7.690.335,21	0,00	78.645.228,30
Reembolsos (a valor aquisição)	1.288.820,00		0,00	1.288.820,00
Alienações (a valor aquisição)	64.768.683,68	3.281.653,83		68.050.337,51
Variação do justo valor	-9.534.998,35	-1.467.964,12		-11.002.962,47
Variação do custo amortizado	-307.253,70			-307.253,70
Variação juro decorrido	95.652,66		0,00	95.652,66
Saldo final	125.822.146,57	17.831.897,79	0,00	143.654.044,36

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Exercício de 2016						
Tipo de ativo	Valor contabilístico					
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	121.915.510,34	162.011,52	16.500.906,24	1.644.911,91	0,00	140.223.340,01
Ações	16.964.146,03	0,00	1.999.738,91	0,00	0,00	18.963.884,94
Unidades de participação	1.570.860,58	0,00	203.218,54	0,00	0,00	1.774.079,12
Títulos de dívida pública	65.131.122,85	269.624,77	12.334.635,64	1.031.495,66	0,00	78.766.878,92
Títulos de outros emissores públicos	6.683.742,20	20.247,84	684.340,58	159.601,65	0,00	7.547.932,27
Títulos de outros emissores	31.565.638,68	-127.861,09	1.278.972,57	453.814,60	0,00	33.170.564,76
Total	121.915.510,34	162.011,52	16.500.906,24	1.644.911,91	0,00	140.223.340,01

Euros

Exercício de 2015						
Tipo de ativo	Valor contabilístico					
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	128.167.612,61	54.513,53	13.317.396,44	2.072.220,89	42.300,89	143.654.044,36
Ações	15.370.287,56	0,00	647.171,46	0,00	1.569,16	16.019.028,18
Unidades de participação	1.480.975,56	0,00	291.162,32	0,00	40.731,73	1.812.869,61
Títulos de dívida pública	67.020.963,11	104.057,35	9.843.465,76	1.260.968,28	0,00	78.229.454,50
Títulos de outros emissores públicos	9.240.963,38	20.016,79	1.185.487,49	260.722,95	0,00	10.707.190,61
Títulos de outros emissores	35.054.423,00	-69.560,61	1.350.109,41	550.529,66	0,00	36.885.501,46
Total	128.167.612,61	54.513,53	13.317.396,44	2.072.220,89	42.300,89	143.654.044,36

No Anexo 11. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

6.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg.

Contudo, no exercício de 2016, existiram exceções e alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- ▲ Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- ▲ Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- ▲ Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- ▲ Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- ▲ Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- ▲ Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- ▲ Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* “fixo”, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- ▲ Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- ▲ Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* “fixo” obtêm-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 4.496.052,76 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
ES0413440308	BANCO SANTANDER SA
ES0413679178	BANKINTER
XS0370846973	COMMERZBANK A.G.
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – LONDON

Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg. No entanto, no exercício de 2016, houve uma exceção, tendo sido valorizado pelo custo, pelo montante de 300.000 euros, o seguinte título:

ISIN	Nome do emissor
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI SA

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor, de acordo com um dos seguintes níveis:

- ▲ Nível 1 – justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- ▲ Nível 2 – justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- ▲ Nível 3 – justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte. Apresenta-se, no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros				
Exercício de 2016				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	18.663.884,94	0,00	300.000,00	18.963.884,94
Unidades de participação	1.774.079,12	0,00	0,00	1.774.079,12
Títulos de dívida pública	78.766.878,92	0,00	0,00	78.766.878,92
Títulos de outros emissores públicos	7.547.932,27	0,00	0,00	7.547.932,27
Títulos de outros emissores	28.674.512,00	4.496.052,76	0,00	33.170.564,76
Total	135.427.287,25	4.496.052,76	300.000,00	140.223.340,01

Euros				
Exercício de 2015 (Reexpresso)				
Conceito	Justo valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	16.019.028,18	0,00	0,00	16.019.028,18
Unidades de participação	1.812.869,61	0,00	0,00	1.812.869,61
Títulos de dívida pública	78.229.454,50	0,00	0,00	78.229.454,50
Títulos de outros emissores públicos	10.707.190,61	0,00	0,00	10.707.190,61
Títulos de outros emissores	35.667.137,87	1.218.363,59	0,00	36.885.501,46
Total	142.435.680,77	1.218.363,59	0,00	143.654.044,36

6.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.4., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2016.

7. Terrenos e Edifícios

O modelo de valorização aplicado aos terrenos e edifícios é o modelo do custo.

Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na conservatória do registo predial em nome da Companhia e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade, se balcão delegado, pela saída do delegado.

Apresentamos, no quadro abaixo, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

Euros

Exercício de 2016			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	20.068.961,73	6.385.960,05	13.683.001,68
Saldo final	20.068.961,73	6.687.373,31	13.381.588,42

Euros

Exercício de 2015			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	20.068.961,73	5.985.117,17	14.083.844,56
Saldo final	20.068.961,73	6.385.960,05	13.683.001,68

▼ Vista da cidade a partir do Castelo – Castelo Branco



Demonstra-se, nos quadros abaixo, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2016 e 2015:

Euros

Rubrica	Exercício de 2016		
	De uso próprio	De rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	18.997.933,77	1.071.027,96	20.068.961,73
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Edifícios em curso	0,00	0,00	0,00
Saldo final	18.997.933,77	1.071.027,96	20.068.961,73
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	4.720.913,16	306.104,52	5.027.017,68
Depreciações	274.740,79	13.478,02	288.218,81
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Saldo final	4.995.653,95	319.582,54	5.315.236,49
Imparidades			
Saldo inicial	1.230.314,64	128.627,73	1.358.942,37
Movimento do ano	9.538,65	3.655,80	13.194,45
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.239.853,29	132.283,53	1.372.136,82
Valor líquido			
Saldo inicial	13.046.705,97	636.295,71	13.683.001,68
Saldo final	12.762.426,53	619.161,89	13.381.588,42

Euros

Rubrica	Exercício de 2015		
	De uso próprio	De rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	19.305.054,72	763.907,01	20.068.961,73
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-307.120,95	307.120,95	0,00
Edifícios em curso	0,00	0,00	0,00
Saldo final	18.997.933,77	1.071.027,96	20.068.961,73
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	4.523.526,40	212.047,25	4.735.573,65
Depreciações	276.685,80	14.758,23	291.444,03
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-79.299,04	79.299,04	0,00
Saldo final	4.720.913,16	306.104,52	5.027.017,68
Imparidades			
Saldo inicial	1.215.383,98	34.159,54	1.249.543,52
Movimento do ano	83.068,91	26.329,94	109.398,85
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	-68.138,25	68.138,25	0,00
Saldo final	1.230.314,64	128.627,73	1.358.942,37
Valor líquido			
Saldo inicial	13.566.144,34	517.700,22	14.083.844,56
Saldo final	13.046.705,97	636.295,71	13.683.001,68

O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Euros

Exercício de 2016				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	18.997.933,77	6.235.507,24	12.762.426,53	16.381.952,00
De rendimento	1.071.027,96	451.866,07	619.161,89	765.950,00
Total	20.068.961,73	6.687.373,31	13.381.588,42	17.147.902,00

Euros

Exercício de 2015				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações/ Imparidades	Valor líquido	Valor mercado
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	18.997.933,77	5.951.227,80	13.046.705,97	16.780.500,00
De rendimento	1.071.027,96	434.732,25	636.295,71	776.200,00
Total	20.068.961,73	6.385.960,05	13.683.001,68	17.556.700,00

Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Euros

Exercício de 2016		
Rubrica	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
Terrenos e edifícios		
De uso próprio	0,00	13.526,36
De rendimento	38.840,00	6.267,80
Total	38.840,00	19.794,16

Euros

Exercício de 2015		
Rubrica	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
Terrenos e edifícios		
De uso próprio	0,00	94.193,94
De rendimento	34.770,00	2.304,68
Total	34.770,00	96.498,62

À data de 31 de dezembro de 2016, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

Em referência a 31 de dezembro de 2016, não existem ativos dados como garantia de passivos.

Não existe, à data de encerramento das contas do exercício de 2016, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativa a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

8. Outros Ativos Tangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

Outros ativos tangíveis	Exercício de 2016						Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	
Equipamento							
Equipamento administrativo	95.668,30	12.671,75	0,00	0,00	0,00	34.718,88	73.621,17
Máquinas e ferramentas	74.176,39	16.040,50	0,00	0,00	35,55	15.258,94	74.922,40
Equipamento informático	30.659,28	5.984,08	0,00	0,00	0,00	18.932,52	17.710,84
Instalações interiores	224.749,50	87.563,15	60.020,18	0,00	0,00	55.295,02	317.037,81
Outro equipamento	61.947,95	15.839,70	0,00	0,00	0,00	15.230,99	62.556,66
Outros ativos tangíveis	120.328,56	0,00	0,00	0,00	0,00	41.255,50	79.073,06
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	60.020,18	0,00	-60.020,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	673.620,18	138.099,18	0,00	0,00	35,55	180.691,85	630.991,96

Euros

Outros ativos tangíveis	Exercício de 2015						Saldo final (valor líquido)
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	
Equipamento							
Equipamento administrativo	119.107,46	28.790,73	0,00	0,00	0,00	52.229,89	95.668,30
Máquinas e ferramentas	45.373,56	41.187,64	0,00	39,60	0,00	12.345,21	74.176,39
Equipamento informático	26.384,69	25.344,09	0,00	0,00	0,00	21.069,50	30.659,28
Instalações interiores	148.185,48	117.500,60	0,00	0,00	0,00	40.936,58	224.749,50
Outro equipamento	58.593,60	18.351,38	0,00	0,00	0,00	14.997,03	61.947,95
Outros ativos tangíveis	161.584,06	0,00	0,00	0,00	0,00	41.255,50	120.328,56
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	920.306,10	60.020,18	-920.306,10	0,00	0,00	0,00	60.020,18
Total	1.485.604,97	291.194,62	-920.306,10	39,60	0,00	182.833,71	673.620,18

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer um deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos tangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

Não existe qualquer item de “Outros ativos tangíveis” (exceto terrenos e edifícios) em imparidade ou cedido.

9. Outros Ativos Intangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

Outros ativos intangíveis	Exercício de 2016						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplica. informáticas	545.598,80	8.948,25	328.282,09	0,00	0,00	416.752,11	466.077,03
Ativos intangíveis em curso	1.167.096,52	528.665,24	-328.282,09	0,00	0,00	0,00	1.367.479,67
Total	1.712.695,32	537.613,49	0,00	0,00	0,00	416.752,11	1.833.556,70

Euros

Outros ativos intangíveis	Exercício de 2015						
	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplica. informáticas	417.441,85	144.939,19	266.749,78	0,00	0,00	283.532,02	545.598,80
Ativos intangíveis em curso	0,00	513.540,20	653.556,32	0,00	0,00	0,00	1.167.096,52
Total	417.441,85	658.479,39	920.306,10	0,00	0,00	283.532,02	1.712.695,32

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos intangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

▼ Vista da cidade – Torres Vedras



10. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Euros				
Exercício de 2016				
Provisões técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	4.211.612,86	81.694,22	296.373,20	3.996.933,88
Prémios não adquiridos	4.946.267,28	0,00	296.373,20	4.649.894,08
Custos de aquisição diferidos	-734.654,42	81.694,22	0,00	-652.960,20
Provisão para sinistros	15.700.978,34	9.589.109,75	11.256.745,06	14.033.343,03
Prestações	14.964.350,55	8.985.036,96	10.558.566,10	13.390.821,41
IBNR	475.185,56	292.594,72	359.774,81	408.005,47
IBNER	261.442,23	311.478,07	338.404,15	234.516,15
Total	19.912.591,20	9.670.803,97	11.553.118,26	18.030.276,91

Euros				
Exercício de 2015				
Provisões técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	3.903.078,85	329.564,75	21.030,74	4.211.612,86
Prémios não adquiridos	4.616.702,53	329.564,75	0,00	4.946.267,28
Custos de aquisição diferidos	-713.623,68	0,00	21.030,74	-734.654,42
Provisão para sinistros	18.993.129,45	8.843.830,01	12.135.981,12	15.700.978,34
Prestações	17.540.028,32	8.630.756,21	11.206.433,98	14.964.350,55
IBNR	1.161.915,60	55.110,08	741.840,12	475.185,56
IBNER	291.185,53	157.963,72	187.707,02	261.442,23
Total	22.896.208,30	9.173.394,76	12.157.011,86	19.912.591,20

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

11. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

O saldo da rubrica de “Contas a receber por operações de seguro direto” e “Outras operações líquidas de ajustamentos” é decomposto como segue:

Euros

Exercício de 2016			
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	9.937.977,67	1.617.328,11	8.320.649,56
Tomadores de seguros	7.697.803,37	1.567.972,96	6.129.830,41
Mediadores	765.451,65	49.355,15	716.096,50
Cosseguradoras	1.474.722,65		1.474.722,65
Contas a receber por operações de resseguro	92.495,07		92.495,07
Contas a receber por outras operações	3.483.612,97	2.557,36	3.481.055,61
Empréstimos ao pessoal	770.056,05		770.056,05
FAT atualizações/alterações	1.161.377,02		1.161.377,02
Empresas do grupo – conta-corrente	434.962,47		434.962,47
IDS – conta-corrente	812.840,42		812.840,42
Garantias e cauções	130.461,83		130.461,83
Outros devedores	173.915,18	2.557,36	171.357,82
Total	13.514.085,71	1.619.885,47	11.894.200,24

Euros

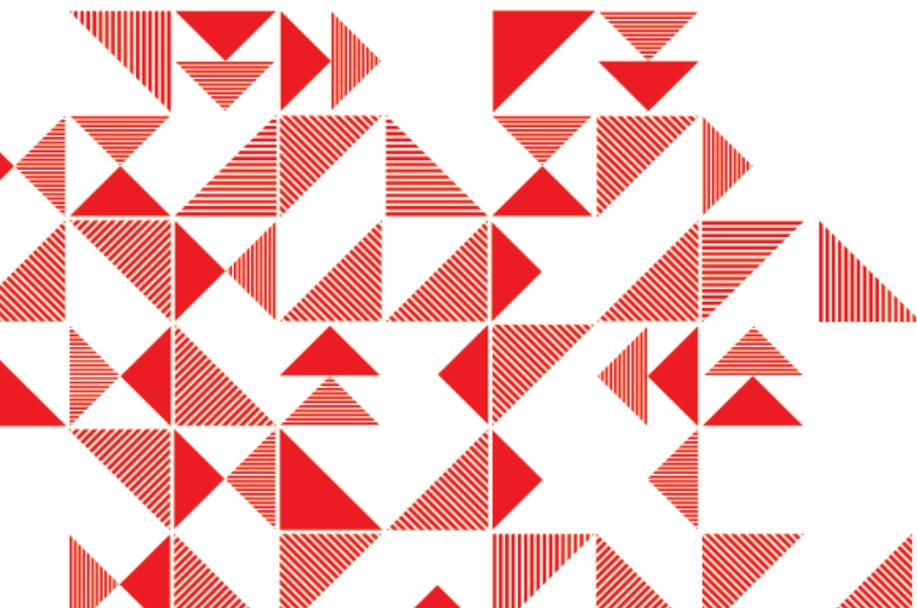
Exercício de 2015			
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	9.679.087,13	1.644.139,75	8.034.947,38
Contas de cobrança	8.244.068,39	1.644.139,75	6.599.928,64
Mediadores	343.675,44		343.675,44
Cosseguradoras	1.091.343,30		1.091.343,30
Contas a receber por operações de resseguro	677.283,06		677.283,06
Contas a receber por outras operações	3.688.026,96	3.029,15	3.684.997,81
Empréstimos ao pessoal	744.272,95		744.272,95
FAT atualizações/alterações	988.805,16		988.805,16
Empresas do grupo – conta-corrente	662.409,59		662.409,59
IDS – conta corrente	999.408,45		999.408,45
Garantias e cauções	111.765,27		111.765,27
Outros devedores	181.365,54	3.029,15	178.336,39
Total	14.044.397,15	1.647.168,90	12.397.228,25

Os ajustamentos registados, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

O valor contabilizado em ajustamentos desagrega-se como segue:

Exercício de 2016				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.480.298,93	87.115,38	0,00	1.567.414,31
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	558,65	0,00	0,00	558,65
De mediadores	163.282,17	0,00	113.927,02	49.355,15
De outros devedores	3.029,15	0,00	471,79	2.557,36
Total	1.647.168,90	87.115,38	114.398,81	1.619.885,47

Exercício de 2015				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.113.201,78	367.097,15	0,00	1.480.298,93
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	558,65	0,00	0,00	558,65
De mediadores	314.505,57	0,00	151.223,40	163.282,17
De outros devedores	3.029,15	0,00	0,00	3.029,15
Total	1.431.295,15	367.097,15	151.223,40	1.647.168,90



12. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas

Desdobramento de ativos e passivos por impostos diferidos:

Conceito	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Ativos por impostos e taxas	298.222,35	291.115,44
Ativos por impostos (e taxas) correntes	298.222,35	291.115,44
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	5.882.758,97	5.068.805,63
Passivos por impostos (e taxas) correntes	2.854.220,52	2.754.033,86
Passivos por impostos diferidos	3.028.538,45	2.314.771,77

12.1. Impostos correntes

Detalham-se no quadro abaixo as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

Demonstração do Gasto por Imposto	Exercício 2016	Exercício 2015
Gasto por imposto:		
Resultado antes de imposto	-226.002,65	1.168.264,18
21% do resultado antes de impostos	-47.460,56	245.335,48
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	7.643,66	0,00
Perdas por imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis (Imóveis)	2.778,30	22.973,76
Créditos incobráveis não aceites como gastos	26.862,62	28.758,68
Realizações de utilidade social não dedutíveis	37,40	0,00
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	1.004,85	569,97
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador	0,00	0,00
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	1.151,18	238,90
Menos-valias contabilísticas	178.896,15	227.110,34
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	401.079,07	1.814.440,43
Donativos não previstos ou além dos limites legais	1.050,00	0,00
Custos extraordinários	55.174,80	129.525,74
Reversão de provisões tributadas	-24.023,75	-31.756,91
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-12.170,43	-4.134,93
Mais-valias contabilísticas	-507.185,87	-2.020.680,93
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	-62.936,42	-40.008,28
Benefícios fiscais	-11.338,78	-10.516,58
Dedução de prejuízos fiscais	-7.393,55	-253.298,96
Gasto por imposto IRC	3.168,67	108.556,70
Derrama	744,65	77.195,88
Tributação autónoma	300.503,57	182.762,80
Diferimento do gasto por imposto, por prejuízo fiscal	0,00	0,00
Total de gasto por imposto corrente	304.416,89	368.515,37
Imposto sobre lucros a pagar:		
Entregas por conta e deduções	-114.115,92	-27.654,29
Imposto sobre lucros a pagar/(recuperar)	190.300,97	340.861,08

12.2. Impostos diferidos

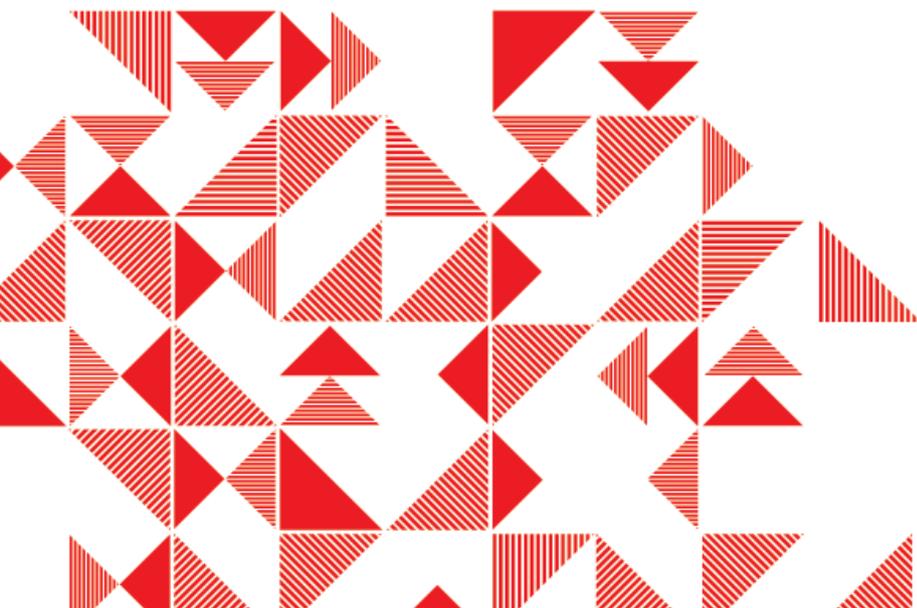
O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

Euros

Impostos diferidos	Exercício de 2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos/Diminuições		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	-3.005.931,90	0,00	-706.772,01	0,00	0,00	-3.712.703,91
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	305.762,05	2.968,75	0,00	0,00	0,00	308.730,80
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos rendimento variável	9.517,70	0,00	0,00	9.517,70	0,00	0,00
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	375.880,38	0,00	0,00	445,72	0,00	375.434,66
Total	-2.314.771,77	2.968,75	-706.772,01	9.963,42	0,00	-3.028.538,45

Euros

Impostos diferidos	Exercício de 2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos/Diminuições		Reversões		
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	-5.491.759,73	0,00	2.485.827,83	0,00	0,00	-3.005.931,90
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	262.404,16	0,00	0,00	-43.357,89	0,00	305.762,05
Do reconhecimento de imparidade s/ títulos rendimento variável	9.483,85	0,00	0,00	-33,85	0,00	9.517,70
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	671.563,32	-295.682,94	0,00	0,00	0,00	375.880,38
Total	-4.548.308,40	-295.682,94	2.485.827,83	-43.391,74	0,00	-2.314.771,77



13. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos, do exercício e do exercício anterior, demonstra-se no quadro abaixo:

Exercício de 2016				
Conceito	Acidentes de Trabalho	Outros seguros	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		222.300,10		222.300,10
Ativos financeiros detidos para negociação			99.524,83	99.524,83
Ativos financeiros disponíveis para venda	61.187.743,64	79.035.596,37		140.223.340,01
Terrenos e edifícios		13.381.588,42		13.381.588,42
Outros ativos tangíveis		630.991,96		630.991,96
Provisões técnicas de resseguro cedido	652,55	18.029.624,36		18.030.276,91
Créditos sobre tomadores de seguros	834.707,03	5.295.123,38		6.129.830,41
Outros ativos	362.198,58	4.716.483,66		5.078.682,24
Total	62.385.301,80	121.311.708,25	99.524,83	183.796.534,88

Exercício de 2015				
Conceito	Acidentes de Trabalho	Outros seguros	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		1.880.564,50		1.880.564,50
Ativos financeiros detidos para negociação				0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	58.199.015,33	85.455.029,03		143.654.044,36
Terrenos e edifícios		13.683.001,68		13.683.001,68
Outros ativos tangíveis		673.620,18		673.620,18
Provisões técnicas de resseguro cedido	458,81	19.912.132,39		19.912.591,20
Créditos sobre tomadores de seguros	1.112.253,78	5.492.025,14		6.604.278,92
Outros ativos	387.972,19	5.147.858,92		5.535.831,11
Total	59.699.700,11	132.244.231,84	0,00	191.943.931,95

14. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Euros				
Exercício de 2016				
Provisões técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	23.016.358,49	457.148,87	2.414.876,85	21.058.630,51
Prémios não adquiridos	28.552.189,60	0,00	2.414.876,85	26.137.312,75
Custos de aquisição diferidos	-5.535.831,11	457.148,87	0,00	-5.078.682,24
Provisão para sinistros	97.995.476,89	77.782.606,53	80.654.279,58	95.123.803,84
De Acidentes de Trabalho	43.698.608,83	28.591.780,72	26.229.429,23	46.060.960,32
Matemática	26.006.132,48	14.750.524,26	12.801.359,36	27.955.297,38
Assistência vitalícia	3.440.028,80	185.418,47	197.440,91	3.428.006,36
Outras prestações e custos	4.466.945,67	7.881.556,53	8.355.512,99	3.992.989,21
IBNR	3.183.473,90	1.796.174,40	1.738.306,45	3.241.341,85
IBNER	5.994.340,51	3.978.107,06	3.030.664,63	6.941.782,94
Custos de gestão de sinistros	607.687,47	0,00	106.144,89	501.542,58
De outros seguros	54.296.868,06	49.190.825,81	54.424.850,35	49.062.843,52
Prestações	47.839.294,72	47.629.446,58	52.124.768,71	43.343.972,59
IBNR	2.956.564,20	579.705,97	1.369.004,32	2.167.265,85
IBNER	1.665.444,45	978.139,14	222.894,41	2.420.689,18
Custos de gestão de sinistros	1.835.564,69	3.534,12	708.182,91	1.130.915,90
Provisão para desvios de sinistralidade	2.192.673,33	428.779,91	0,00	2.621.453,24
Provisão para riscos em curso	5.295.124,17	274.605,73	3.627.493,23	1.942.236,67
Total	128.499.632,88	78.943.141,04	86.696.649,66	120.746.124,26

Euros

Exercício de 2015				
Provisões técnicas – Seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	22.511.018,30	575.956,38	70.616,19	23.016.358,49
Prémios não adquiridos	27.976.233,22	575.956,38	0,00	28.552.189,60
Custos de aquisição diferidos	-5.465.214,92	0,00	70.616,19	-5.535.831,11
Provisão para sinistros	96.995.491,09	76.269.372,65	75.269.386,85	97.995.476,89
De Acidentes de Trabalho	36.848.629,53	25.471.332,37	18.621.353,07	43.698.608,83
Matemática	24.285.819,38	13.294.337,44	11.574.024,34	26.006.132,48
Assistência vitalícia	3.140.657,82	448.299,96	148.928,98	3.440.028,80
Outras prestações e custos	4.374.750,68	6.844.909,95	6.752.714,96	4.466.945,67
IBNR	2.665.065,13	664.093,56	145.684,79	3.183.473,90
IBNER	1.774.649,05	4.219.691,46	0,00	5.994.340,51
Custos de gestão de sinistros	607.687,47	0,00	0,00	607.687,47
De outros seguros	60.146.861,57	50.798.040,28	56.648.033,78	54.296.868,06
Prestações	50.235.904,94	50.058.243,02	52.454.853,24	47.839.294,72
IBNR	4.089.834,00	439.158,99	1.572.428,79	2.956.564,20
IBNER	3.985.557,94	300.638,26	2.620.751,75	1.665.444,45
Custos de gestão de sinistros	1.835.564,69	0,00	0,00	1.835.564,69
Provisão para desvios de sinistralidade	2.310.012,39	79.356,57	196.695,63	2.192.673,33
Provisão para riscos em curso	5.178.575,86	1.041.600,75	925.052,44	5.295.124,17
Total	126.995.097,64	77.966.286,35	76.461.751,11	128.499.632,88

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas nas rubricas de “Provisão para prémios não adquiridos (variação)” e “Custos de aquisição diferidos (variação)”, respetivamente, da conta de ganhos e perdas.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de “Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)”, da conta de ganhos e perdas.

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2016 e de 2015, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

15. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2016	2015
Depósitos recebidos de resseguradores		
Não Vida	19.874,33	26.198,38
Total	19.874,33	26.198,38

16. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Rubrica	Euros	
	2016	2015
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	3.872.156,65	4.733.798,40
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	1.774.486,28	2.442.845,10
Mediadores	1.219.002,06	1.330.627,39
Cosseguradoras	742.928,54	821.343,59
Outros saldos credores por operações de seguro direto	135.739,77	138.982,32
Contas a pagar por operações de resseguro	1.295.020,74	1.460.790,75
Contas a pagar por outras operações	2.053.507,16	2.093.731,70
Fornecedores	676.610,70	935.728,91
FAT recebimentos	1.117.507,86	944.936,33
Outros credores	259.388,60	213.066,46
Total	7.220.684,55	8.288.320,85



17. Acréscimos e Diferimentos

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Euros		
Rubrica	2016	2015
Acréscimos de gastos com o pessoal	1.289.072,14	1.345.806,94
Subsídio de férias e mês de férias	942.358,22	989.339,34
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	346.713,92	356.467,60
Outros acréscimos de gastos	2.042.234,19	3.398.210,67
Incentivos a mediadores	613.376,53	2.404.307,67
Trabalhos especializados	184.945,61	195.781,34
Outros acréscimos	1.243.912,05	798.121,66
Total	3.331.306,33	4.744.017,61

18. Outras Provisões

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

Euros				
Exercício de 2016				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Outras provisões				
Taxas e impostos	80.659,30	0,00	0,00	80.659,30

Euros				
Exercício de 2015				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Outras provisões				
Taxas e impostos	80.659,30	0,00	0,00	80.659,30

A provisão para taxas e impostos diz respeito ao saldo da conta corrente com a Segurança Social, relativamente aos membros dos órgãos estatutários (EUR 56.872) e relativa ao montante de impostos adicionais liquidados no ano 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia (EUR 23.787).

19. Capital

19.1. Composição do capital

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2016, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 € cada, repartido da seguinte forma:

Rubrica	2016		2015	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE ESPAÑA, S.A.	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00
Total	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00

Euros

De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.

Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

Em referência a 31 de dezembro de 2016, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

No exercício 2016 e 2015, não se verificaram transações com os acionistas.

No exercício de 2016, não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

19.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2016		2015
Resultado líquido atribuído aos acionistas	-537.414,21		547.457,63
Número médio de ações	6.635.000		6.635.000
Resultado por ação (em euros)	-0,08		0,08

Euros

19.3. Dividendos por ação

No exercício atual e no anterior não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propôs que o resultado negativo, do exercício de 2016, no montante de 537.414,21 euros (quinhentos e trinta e sete mil quatrocentos e catorze euros e vinte e um cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

▲ Reserva livre: -537.414,21 euros.

20. Reservas

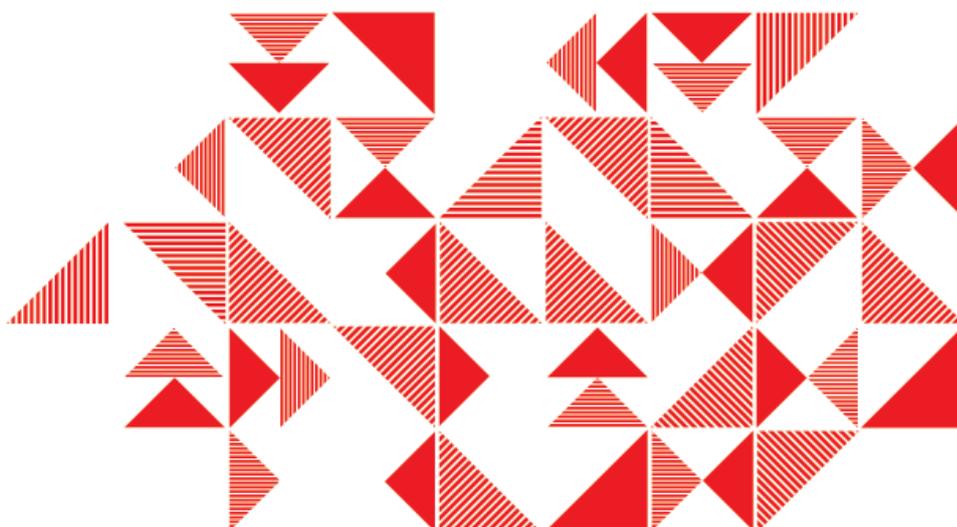
No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2016 e de 2015 em cada uma das reservas:

Euros

Exercício de 2016				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	13.401.998,22	3.098.908,02	0,00	16.500.906,24
Ações/Unidades participação fundos investimento	1.022.935,56	1.180.021,89	0,00	2.202.957,45
Títulos de rendimento fixo	12.379.062,66	1.918.886,13	0,00	14.297.948,79
Reserva por impostos diferidos	-3.005.931,90	-706.772,01	0,00	-3.712.703,91
Outras reservas	24.428.570,04	548.855,10	0,00	24.977.425,14
Reserva legal	4.149.121,10	54.745,76	0,00	4.203.866,86
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	17.299.900,90	494.109,34	0,00	17.794.010,24
Total	34.824.636,36	2.940.991,11	0,00	37.765.627,47

Euros

Exercício de 2015				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos/ Diminuições	Imparidades/ Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	24.407.821,00	-11.005.822,78	0,00	13.401.998,22
Ações/Unidades participação fundos investimento	2.493.759,99	-1.470.824,43	0,00	1.022.935,56
Títulos de rendimento fixo	21.914.061,01	-9.534.998,35	0,00	12.379.062,66
Reserva por impostos diferidos	-5.491.759,73	2.485.827,83	0,00	-3.005.931,90
Outras reservas	27.266.859,43	-2.838.289,39	0,00	24.428.570,04
Reserva legal	4.149.121,10	0,00	0,00	4.149.121,10
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	20.138.190,29	-2.838.289,39	0,00	17.299.900,90
Total	46.182.920,70	-11.358.284,34	0,00	34.824.636,36



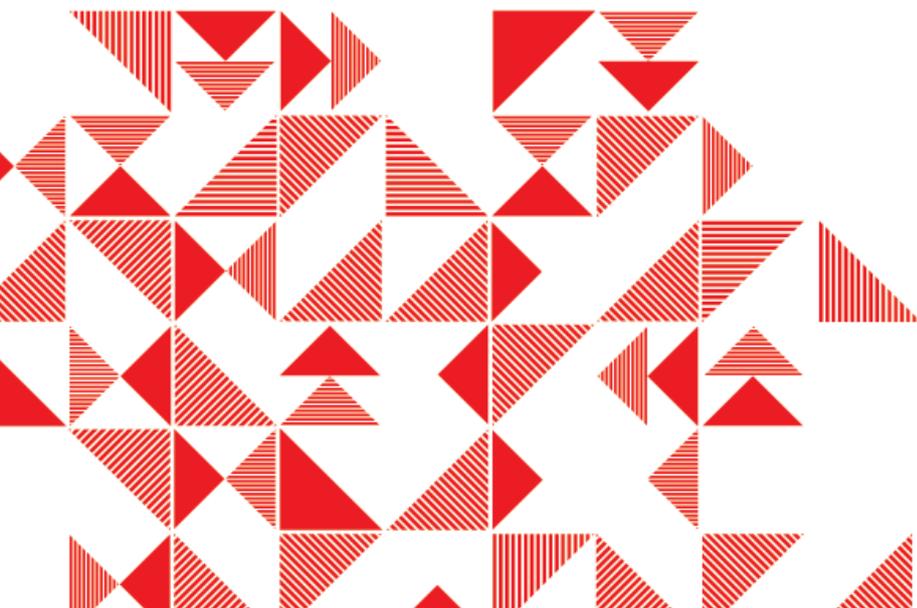
21. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro

A Companhia encerrou o exercício de 2016 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 96.548.926,77 euros, totalmente provenientes de contratos de seguro Não Vida e distribuídos por grupos de ramos, de acordo com o Anexo 4.1. a estas Notas.

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	96.548.926,77	99.996.910,96
Prémios de resseguro cedido	17.452.183,97	19.199.894,25
Prémios líquidos de resseguro	79.096.742,80	80.797.016,71
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(2.414.876,85)	575.956,38
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(296.373,20)	329.564,75
Prémios não adquiridos (variação)	(2.118.503,65)	246.391,63
Total	81.215.246,45	80.550.625,08

Conceito	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	96.548.926,77	99.996.910,96
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(2.414.876,85)	575.956,38
Prémios brutos adquiridos	98.963.803,62	99.420.954,58
Prémios de resseguro cedido	17.452.183,97	19.199.894,25
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(296.373,20)	329.564,75
Prémios de resseguro cedido adquiridos	17.748.557,17	18.870.329,50
Total	81.215.246,45	80.550.625,08



22. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros		
Conceito	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos	66.049.231,53	63.126.076,28
Montantes brutos	76.607.797,63	74.332.510,26
Parte dos resseguradores	10.558.566,10	11.206.433,98
Provisão para sinistros (variação)	(1.204.037,74)	4.292.136,90
Montantes brutos	(2.871.673,05)	999.985,79
Parte dos resseguradores	(1.667.635,31)	(3.292.151,11)
Total	64.845.193,79	67.418.213,18

Euros		
Conceito	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	73.736.124,58	75.332.496,05
Montantes pagos	76.607.797,63	74.332.510,26
Provisão para sinistros (variação)	(2.871.673,05)	999.985,79
Custos com sinistros parte dos resseguradores	8.890.930,79	7.914.282,87
Montantes pagos	10.558.566,10	11.206.433,98
Provisão para sinistros (variação)	(1.667.635,31)	(3.292.151,11)
Total	64.845.193,79	67.418.213,18

23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (Variação)

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Euros						
Conceito	Exercício de 2016			Exercício de 2015		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)						
Provisão para desvios de sinistralidade	428.779,91	-	428.779,91	(117.339,06)	-	(117.339,06)
Provisão para riscos em curso	(3.352.887,50)	-	(3.352.887,50)	116.548,31	-	116.548,31
Total	(2.924.107,59)	-	(2.924.107,59)	(790,75)	-	(790,75)

24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos

24.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Rubrica	Euros	
	2016	2015
Pessoal	13.016.538,74	11.580.345,67
Viagens e relações públicas	982.537,50	1.024.540,39
Imóveis	1.343.266,98	1.365.750,73
Informática	2.171.652,67	2.151.126,39
Publicidade	792.398,54	957.049,63
Campanhas comerciais	370.208,64	319.953,25
Serviços profissionais externos	1.389.666,68	1.441.871,85
Outros gastos internos	1.905.874,13	1.976.396,19
Total	21.972.143,88	20.817.034,10

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2016 e de 2015 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	Euros	
	2016	2015
Serviços de revisão legal de contas	32.758,10	32.758,10
Outros serviços decorrentes da função de Revisor Oficial de Contas	3.650,90	3.650,90
Outros serviços	8.100,00	0,00
Total	44.509,00	36.409,00

24.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, custos com sinistros, custos e gastos de exploração, e gastos de investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- ▲ Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- ▲ Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- ▲ A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos por funções, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- ▲ Custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos;
- ▲ 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

Euros				
Exercício de 2016				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.217.368,85	9.467.352,25	331.817,64	13.016.538,74
Fornecimentos e serviços externos	1.441.260,77	5.471.986,15	174.723,63	7.087.970,55
Impostos e taxas	172.888,72	514.566,15	17.776,60	705.231,47
Amortizações do exercício	215.562,53	646.792,60	23.307,64	885.662,77
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	896,34	896,34
Comissões	0,00	0,00	275.844,01	275.844,01
Total	5.047.080,87	16.100.697,15	824.365,86	21.972.143,88

Euros				
Exercício de 2015				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.241.672,12	8.096.680,67	241.992,88	11.580.345,67
Fornecimentos e serviços externos	1.701.591,02	5.592.513,53	132.199,95	7.426.304,50
Impostos e taxas	211.281,77	533.949,35	16.318,83	761.549,95
Amortizações do exercício	206.977,29	534.945,27	15.887,20	757.809,76
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	3.370,43	3.370,43
Comissões	0,00	0,00	287.653,79	287.653,79
Total	5.361.522,20	14.758.088,82	697.423,08	20.817.034,10

25. Custos de Aquisição

Os custos de aquisição, registados no exercício de 2016 e 2015, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Euros		
Custos de aquisição	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Custos imputados	11.448.094,18	10.609.986,95
Comissões de mediação	9.935.687,75	10.128.171,24
Outros	707.801,51	1.446.035,46
Total	22.091.583,44	22.184.193,65

Na rubrica “Outros” estão registados os incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*).

▼ Largo da Sé – Faro



26. Gastos com o Pessoal

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2016, era de 250, menos 7 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional/Categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	12
Diretor	11
Diretor de Serviços	1
Gestor	15
Gestor Comercial	4
Gestor Operacional	11
Gestor Técnico	0
Operacional	206
Coordenador Operacional	63
Especialista Operacional	143
Estagiário (especialista operacional)	0
Técnico	17
Técnico	17
Total	250

Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2016 e 2015, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2016	2015
Remunerações	8.664.792,33	8.704.549,74
Dos órgãos sociais	65.245,20	85.342,56
Do pessoal	8.599.547,13	8.619.207,18
Encargos sobre remunerações	2.005.069,58	1.995.903,98
Benefícios pós-emprego	163.726,88	203.022,31
Planos de contribuição definida	163.548,79	205.184,52
Planos de benefícios definidos	178,09	-2.162,21
Benefícios de cessação de emprego	1.665.914,92	170.615,88
Seguros obrigatórios	225.732,63	246.526,08
Gastos de ação social	32.836,70	29.274,29
Outros gastos com o pessoal	258.465,70	230.453,39
Total	13.016.538,74	11.580.345,67

O Conselho de Administração da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. é composto por nove membros, sendo que cinco dos membros do Conselho, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários. Os outros quatro membros são administradores não executivos não pertencentes ao quadro de outras sociedades do Grupo MAPFRE das quais recebam retribuição, sendo neste caso remunerados com uma retribuição fixa anual.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

27. Obrigações com Benefícios dos Empregados

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado a 29 de janeiro de 2016 no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 4. Foi subscrito do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores, pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

No entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, se mantinha em vigor no que às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA respeitava.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Sendo que os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro e os dos sindicalizados no STAS e SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016), e um Plano de benefício definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

27.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

Enquanto vigorou o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, foram sendo feitas contribuições anuais para o Plano Individual de Reforma, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	% Contribuição para o PIR
2012 – Contribuição anual	1,00%
2013 – Contribuição anual	2,25%
2014 – Contribuição anual	2,50%
2014 – Contribuição extraordinária	1,25%
2015 – Contribuição anual	3,25%

A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificou-se:

- i. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora depois de 22 de junho de 1995:
 - a. No ano 2012, conforme tabela acima;
 - b. Nos anos seguintes até 2015, conforme tabela desta Nota.

- ii. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:
 - c. No ano 2012, houve uma conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.^a do CCT/2008;
 - d. No ano 2015, conforme tabela acima.

Com a entrada em vigor do novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 4 de 2016 e em tudo semelhante ao CCT/2012, dando assim continuidade ao Plano Individual de Reforma, a Companhia efetuou em 2016 e efetuará anualmente contribuições para todos os trabalhadores abrangidos pelo ACT/2016, de valor igual a 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as cláusulas 50.^a e 51.^a, bem como Anexo V do respetivo acordo.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas ao exercício de 2016 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

		Euros	
Conceito	2016	2015	
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	163.548,79	205.184,52	
Total	163.548,79	205.184,52	

A Companhia tem contratadas apólices de seguro individuais, num produto *Universal Life*, com garantia de capital, junto da MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no Anexo V do Acordo Coletivo de Trabalho.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 186 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho, que entrou em vigor em 29/01/2016.

27.2. Plano de benefícios definidos

a) Descrição geral do plano

Fruto da possibilidade de escolha entre o ACT/2016 e o CCT/2008 para os colaboradores não sindicalizados, houve colaboradores que optaram pelo CCT/2008, passando a vigorar para estes o plano de benefícios definidos, desde que preencham as condições das cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT.

Sendo assim, este plano, segundo o qual têm direito a um complemento de reforma por velhice ou invalidez em conformidade com os cálculos constantes nas cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT e apenas para colaboradores admitidos até 22/06/1995 que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma, destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. que não aderiram ao CCT/2012 em 2012, ficando na altura abrangidos pelo CCT/2008, bem como os que em 2016 optaram pelo CCT/2008.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2016, o número de colaboradores abrangidos pelo plano era de quinze e cinco reformados, sendo que dois (um deles como pré-reformado) são relativos a colaboradores que não aderiram ao CCT/2012 em 2012 e os restantes treze fruto da escolha do CCT/2008 em 2016.

Ainda nos termos do CCT/2008, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez relativamente aos quinze colaboradores.

A quantia da pensão mensal (reforma por invalidez) é calculada segundo a fórmula:

$PM = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- ▲ t = número de anos de serviço na atividade seguradora;
- ▲ R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- ▲ n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social;
- ▲ S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez sobre os quais incidem contribuições para a Segurança Social;
- ▲ $0,5 >= 0,022 * t <= 0,8$;
- ▲ $0,3 >= 0,022 * n <= 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Para cobrir estas responsabilidades, a Companhia contratou uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

b) Veículo de financiamento utilizado

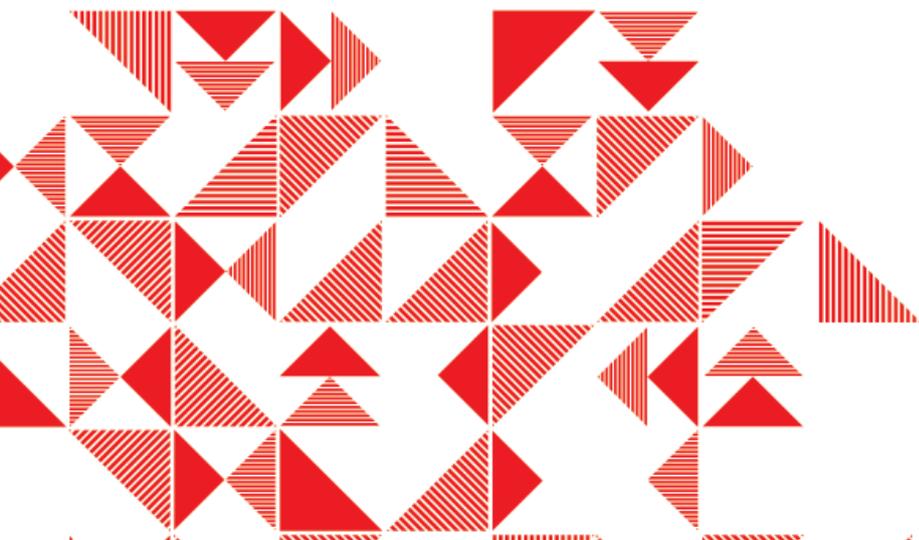
As responsabilidades da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no ativo, sejam as relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE - Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado.

Para cobertura das responsabilidades, que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo, são adquiridas anualmente apólices de capital diferido a prémio único para os colaboradores que não aderiram ao CCT/2012 em 2012.

No que diz respeito aos colaboradores que em 2016 optaram pelo CCT/2008, estes já dispunham de apólices *Universal Life* constituídas pela Companhia aquando da entrada em vigor do CCT/2012. Sendo assim, com a perda de efeitos desta convenção pelos motivos já explicitados, estes ativos serviram de base à cobertura das responsabilidades, até à sua medida.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.



c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2016				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
200800139	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	134.647,67
Total apólices Universal Life				134.647,67
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	12.356,00
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	2.342,39
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	5.175,55
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.951,23
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.577,86
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	3.661,39
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	1.136,56
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	27.942,80
Total apólices capital diferido				58.143,78
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	15.540,83
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	12.715,61
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	52.058,03
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	44.963,24
1001191600008	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	1.797,69
Total apólices renda vitalícia				127.075,40
Total apólices				319.866,85

Exercício de 2016				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	11.900,29
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	2.292,68
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	5.079,34
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.896,60
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.530,43
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	3.594,55
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	1.115,64
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	8.034,28
Total apólices capital diferido				37.443,81
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	15.921,35
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	13.065,53
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	53.595,10
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	46.278,64
1001191600008	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	1.859,66
Total apólices renda vitalícia				130.720,28
Total apólices				168.164,09

d) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada		
Conceito	2016	2015
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo – novos CCT/2008	138.403,33	0,00
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	50.118,64	53.926,10
Valor atual serviços passados – reformados	127.075,40	130.720,28
Total	315.597,37	184.646,38

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2016	2015
Valor responsabilidades janeiro	53.926,10	29.757,53
Valor atual serviços passados – novos CCT/2008	138.403,33	0,00
Custo serviço corrente	892,74	2.802,52
Custo dos juros	776,54	461,24
Resgates	0,00	0,00
Ganhos atuariais	-5.476,74	0,00
Perdas atuariais	0,00	20.904,81
Valor responsabilidades dezembro	188.521,97	53.926,10

Responsabilidade com pensões em pagamento		
Conceito	2016	2015
Valor responsabilidades janeiro	130.720,28	134.393,59
Custo dos juros	4.938,81	5.089,08
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	2.443,27	2.264,57
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor responsabilidades dezembro	127.075,40	130.720,28

Responsabilidade total com pensões		
Conceito	2016	2015
Valor responsabilidades janeiro	184.646,38	164.151,12
Valor atual serviços passados – novos CCT/2008	138.403,33	0,00
Custo serviço corrente	892,74	2.802,52
Custo dos juros	5.715,35	5.550,32
Resgates	0,00	0,00
Ganhos atuariais	-5.476,74	0,00
Perdas atuariais	2.443,27	23.169,38
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor responsabilidades dezembro	315.597,37	184.646,38

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Euros

Apólices universal life		
Conceito	2016	2015
Valor ativos janeiro	0,00	0,00
Ativos a cobrir responsabilidades – novos CCT/2008	134.647,67	0,00
Valor ativos dezembro	134.647,67	0,00

Euros

Apólices capital diferido prémio único		
Conceito	2016	2015
Valor ativos janeiro	37.443,81	34.282,41
Contribuições empresa	19.532,39	0,00
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	1.491,19	972,47
Ganhos atuariais	0,00	2.188,93
Perdas atuariais	-323,61	0,00
Valor ativos dezembro	58.143,78	37.443,81

Euros

Apólices rendas vitalícias		
Conceito	2016	2015
Valor ativos janeiro	130.720,28	134.393,59
Retorno ativos	4.938,81	5.089,08
Ganhos atuariais	2.443,27	2.264,57
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor ativos dezembro	127.075,40	130.720,28

Euros

Total de ativos		
Conceito	2016	2015
Valor ativos janeiro	168.164,09	168.676,00
Ativos a cobrir responsabilidades – novos CCT/2008	134.647,67	0,00
Contribuições da empresa	19.532,39	0,00
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	6.430,00	6.061,55
Ganhos atuariais	2.443,27	4.453,50
Perdas atuariais	-323,61	0,00
Prestações pagas	-11.026,96	-11.026,96
Valor ativos dezembro	319.866,85	168.164,09

g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade das obrigações e dos ativos relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descrito na alínea anterior e), são relevados no balanço nas linhas de “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

h) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Euros

Gasto reconhecido em resultados		
Conceito	2016	2015
Custo serviço corrente	892,74	2.802,52
Custo dos juros	5.715,35	5.550,32
Retorno ativos	-6.430,00	-6.061,55
Pagamentos	0,00	0,00
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	0,00	27.622,87
Total	178,09	29.914,16

Euros

Gasto reconhecido em capital próprio		
Conceito	2016	2015
Insuficiência cobertura – novos CCT/2008	3.755,66	0,00
Ganhos atuariais	-5.153,12	0,00
Total	-1.397,47	0,00

Em capital próprio foi reconhecido uma perda de 3.755,66 euros, resultante da diferença entre o valor dos ativos (apólices *Universal Life*) e o respetivo valor das responsabilidades dos colaboradores que optaram pelo CCT/2008 em 2016.

i) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

A Companhia reconheceu, no exercício de 2016, em ganhos e perdas, uma perda de 178,09 euros.

j) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- ▲ Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- ▲ Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- ▲ Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- ▲ Não se considerou taxa de rotação;
- ▲ Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2016 de 1,14%;
- ▲ Crescimento no valor das pensões da Segurança Social de 1,75% ao ano;
- ▲ Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 1,75% ao ano;
- ▲ Taxa de inflação anual de 1,75%;
- ▲ Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 1,75%;
- ▲ Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- ▲ Terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;
- ▲ Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$P = (0,8 \cdot 14/12 \cdot R) - (0,022 \cdot n \cdot S/60)$ em que:

- ▲ P = Prestação a pagar pela Companhia;
- ▲ R = último salário efetivo no momento da reforma;
- ▲ n = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
- ▲ S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez; e
- ▲ $0,3 \geq 0,022 \cdot N \leq 0,8$.

- ▲ Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar dez anos de serviço na atividade seguradora;
- ▲ Qualquer fração de ano conta como um ano completo;
- ▲ Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 1,75%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total, que, atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2015, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto, efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2016.

Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (1,44% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2015 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

k) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Euros			
Conceito	2016	2015	2014
Valor das responsabilidades	315.597,37	184.646,38	164.151,12
Valor dos ativos	319.866,85	168.164,09	168.676,00
Excesso/(Insuficiência)	4.269,48	-16.482,29	4.524,88
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	3.033,47	-23.169,38	7.012,98
% sobre responsabilidades	0,96%	-12,55%	4,27%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	2.119,66	4.453,50	-2.284,48
% sobre ativos	0,66%	2,65%	-1,35%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

28. Rendimentos

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização, com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Rendimentos/Réditos	Exercício de 2016			
	Técnicos		Não Técnicos	Total
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros	
De ativos financeiros disponíveis para venda	4.379.459,37			4.379.459,37
de juros de títulos de dívida	3.616.424,15			3.616.424,15
de dividendos de ações	602.434,08			602.434,08
de rendimento custo amortizado	160.601,14			160.601,14
De ativos financeiros detidos para negociação	0,00		143,37	143,37
de rendimento custo amortizado	0,00		143,37	143,37
De outros	0,00	38.840,00		38.840,00
de juros de depósitos em bancos	0,00			0,00
de rendas de edifícios de rendimento		38.840,00		38.840,00
Total	4.379.459,37	38.840,00	143,37	4.418.442,74

Euros

Rendimentos/Réditos	Exercício de 2015			
	Técnicos		Não Técnicos	Total
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros	
De ativos financeiros disponíveis para venda	4.798.936,25			4.798.936,25
de juros de títulos de dívida	4.089.331,67			4.089.331,67
de dividendos de ações	441.695,32			441.695,32
de rendimento custo amortizado	267.909,26			267.909,26
De ativos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
de rendimento custo amortizado	0,00		0,00	0,00
De outros	50,19	34.770,00		34.820,19
de juros de depósitos em bancos	50,19			50,19
de rendas de edifícios de rendimento		34.770,00		34.770,00
Total	4.798.986,44	34.770,00	0,00	4.833.756,44

29. Gastos Financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2016			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	824.365,86		824.365,86
Gasto custo amortizado		428.054,76	428.054,76
Total	824.365,86	428.054,76	1.252.420,62

Exercício de 2015			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	697.423,08		697.423,08
Gasto custo amortizado		491.419,11	491.419,11
Total	697.423,08	491.419,11	1.188.842,19

30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Exercício de 2016			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
De ativos disponíveis para venda	2.415.170,83	851.886,42	1.563.284,41
de títulos de dívida	1.914.019,17	177.724,93	1.736.294,24
de ações	214.294,25	669.343,58	-455.049,33
de fundos de investimento	286.857,41	4.817,91	282.039,50
Total	2.415.170,83	851.886,42	1.563.284,41

Exercício de 2015			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido
De ativos disponíveis para venda	9.622.290,15	1.081.477,82	8.540.812,33
de títulos de dívida	8.463.755,19	719.694,86	7.744.060,33
de ações	989.342,16	361.782,96	627.559,20
de fundos de investimento	169.192,80	0,00	169.192,80
Total	9.622.290,15	1.081.477,82	8.540.812,33

31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Exercício de 2016				Euros
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/Perda líquido	
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação				
de títulos de dívida	731,46	0,00	731,46	
Total	731,46	0,00	731,46	

32. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade, durante os exercícios de 2016 e 2015, foi o seguinte:

Exercício de 2016						Euros
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Anulação	Utilização	Saldo final	
Imparidade de ativos disponíveis para venda						
Ações	1.569,16			1.569,16	0,00	
Unidades de participação	40.731,73			40.731,73	0,00	
Imparidade de edifícios de serviço próprio	1.230.314,63	9.538,65			1.239.853,28	
Imparidade de edifícios de rendimento	128.627,73	3.655,80			132.283,53	
Total	1.401.243,25	13.194,45	0,00	42.300,89	1.372.136,81	

Exercício de 2015						Euros
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Anulação	Utilização	Saldo final	
Imparidade de ativos disponíveis para venda						
Ações	4.429,47			2.860,31	1.569,16	
Unidades de participação	40.731,73				40.731,73	
Imparidade de edifícios de serviço próprio	1.215.383,98	83.068,90	68.138,25		1.230.314,63	
Imparidade de edifícios de rendimento	34.159,54	94.468,19			128.627,73	
Total	1.294.704,72	177.537,09	68.138,25	2.860,31	1.401.243,25	

33. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Operações gerais	
	2016	2015
Outros rendimentos/Gastos técnicos, líquidos de resseguro		
Outros gastos técnicos	231.385,76	76.332,97
Comissões de gestão de cosseguro	26.254,49	45.986,71
Outros	205.131,27	30.346,26
Outros rendimentos técnicos	75.427,40	66.157,88
Outros	75.427,40	66.157,88
Total	(155.958,36)	(10.175,09)

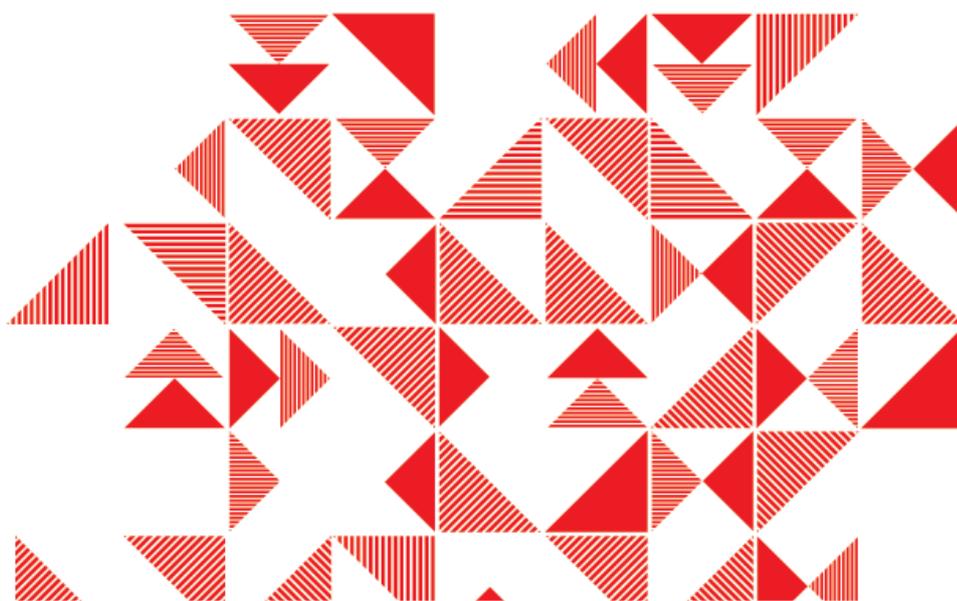
Euros

34. Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Operações gerais	
	2016	2015
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	87.115,38	367.097,15
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	(114.398,81)	(151.223,40)
Total	(27.283,43)	215.873,75

Euros



35. Outros Rendimentos e Gastos

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Conceito	Operações gerais	
	2016	2015
Outros rendimentos/Gastos		
Outros gastos	238.107,74	754.313,72
Gastos e perdas não correntes	229.057,27	723.644,24
Donativos	5.000,00	0,00
Ofertas a clientes	22.320,23	22.766,57
Multas e penalidades	4.656,09	2.714,16
Quotizações diversas	870,00	835,00
Outros gastos	196.210,95	697.328,51
Gastos e perdas financeiras	9.014,92	7.460,50
Juros suportados	128,91	156,52
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.495,69	4.981,61
Outros gastos e perdas financeiras	3.390,32	2.322,37
Perdas em outros ativos tangíveis	35,55	39,60
Perdas com benefícios pós-emprego	0,00	23.169,38
Perdas com planos de pensões	0,00	23.169,38
Outros rendimentos	968.979,26	397.662,29
Rendimentos e ganhos não correntes	112.259,16	49.317,28
Restituição de impostos	57.954,45	19.690,16
Outros	54.304,71	29.627,12
Rendimentos e ganhos financeiros	40.078,01	45.744,61
Juros de acordos	742,63	4.240,36
Juros compensatórios	16,01	195,10
Diferenças de câmbio favoráveis	267,34	1.243,36
Outros rendimentos e ganhos financeiros	39.052,03	40.065,79
Outros	816.642,09	302.600,40
Total	730.871,52	(356.651,43)

Euros

36. Relato por Segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Caução e Restantes Ramos, incluindo este último segmento seguros de Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio e Outros Danos, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos, no exercício de 2016, apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2016			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
25,2%	49,0%	0,4%	25,4%

Exercício de 2015			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
22,1%	52,8%	0,5%	24,6%

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

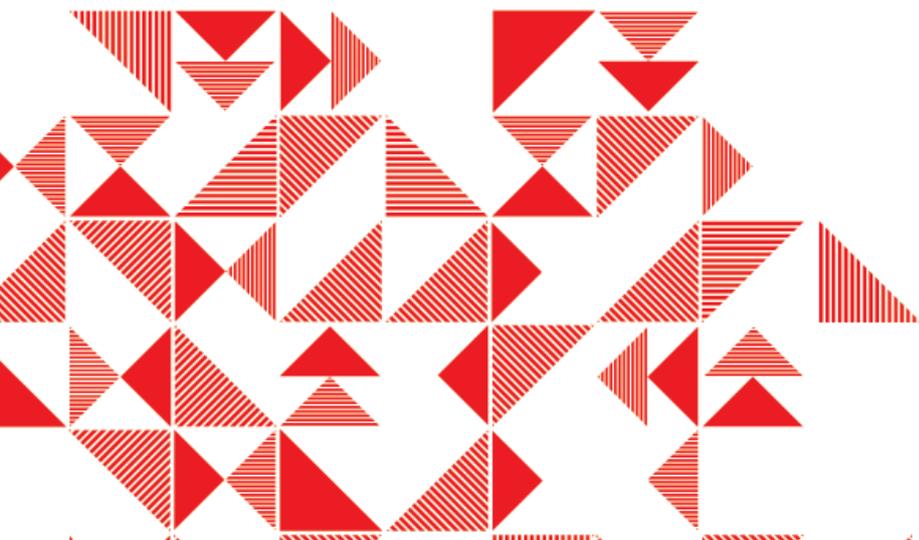
Euros

Exercício de 2016					
Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	81.215.246,45	24.186.915,40	46.490.642,05	92.838,83	10.444.850,17
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	64.845.193,79	24.304.887,75	34.225.203,02	84,14	6.315.018,88
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var.)	-2.924.107,59	-151.629,35	-2.823.786,99	0,00	51.308,75
Custos e gastos de exploração líquidos	24.839.203,03	6.442.817,19	14.269.919,99	32.815,50	4.093.650,35
Rendimentos	4.418.299,37	2.110.151,02	1.949.100,50	48.306,82	310.741,03
Gastos financeiros	1.252.420,62	294.852,60	732.640,83	11.263,51	213.663,68
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.563.284,41	937.250,15	523.607,31	13.383,41	89.043,54
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	13.194,45	0,00	11.119,84	283,66	1.790,95
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-155.958,36	-49.655,03	-63.197,16	-624,47	-42.481,70
Resultado técnico	-985.032,43	-3.706.266,65	2.485.056,01	109.457,78	126.720,43
Rendimentos	143,37				
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	731,46				
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	-27.283,43				
Outros rendimentos/gastos	730.871,52				
Resultado não técnico	759.029,78	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	-226.002,65	-3.706.266,65	2.485.056,01	109.457,78	126.720,43
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos correntes	304.416,89				
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos diferidos	6.994,67				
Resultado líquido do exercício	-537.414,21	-3.706.266,65	2.485.056,01	109.457,78	126.720,43

Euros

Conta de ganhos e perdas	Exercício de 2015				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	80.550.625,08	21.997.061,83	48.165.458,32	221.566,16	10.166.538,77
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	67.418.213,18	26.066.295,56	36.186.532,62	-110.412,09	5.275.797,09
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var.)	-790,75	327.899,20	-170.393,89	-196.695,63	38.399,57
Custos e gastos de exploração líquidos	23.458.565,94	5.435.821,93	14.388.137,47	-15.760,64	3.650.367,18
Rendimentos	4.833.756,44	2.167.836,53	2.253.199,40	81.904,12	330.816,39
Gastos financeiros	1.188.842,19	176.930,62	797.761,24	18.830,02	195.320,31
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	8.540.812,33	5.528.125,70	2.544.463,10	88.582,16	379.641,37
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	109.398,84	0,00	92.643,53	3.411,37	13.343,94
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-10.175,09	-16.646,95	42.398,37	1.163,20	-37.089,71
Resultado técnico	1.740.789,36	-2.330.570,20	1.710.838,22	693.842,61	1.666.678,73
Rendimentos	0,00				
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00				
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	215.873,75				
Outros rendimentos/gastos	-356.651,43				
Resultado não técnico	-572.525,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	1.168.264,18	-2.330.570,20	1.710.838,22	693.842,61	1.666.678,73
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos correntes	368.515,37				
Imposto s/ rendimento do exercício – Impostos diferidos	252.291,18				
Resultado líquido do exercício	547.457,63	-2.330.570,20	1.710.838,22	693.842,61	1.666.678,73

Nos exercícios de 2016 e 2015, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.



37. Entidades Relacionadas

37.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE nasceu em 1933 como Mutuality de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros, como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de Assistência e Resseguro, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975, inicia as suas atividades a Fundação MAPFRE e, nos anos 80, a MAPFRE – que já era a primeira entidade seguradora de Espanha – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou, nos anos 90, com a criação de uma rede de seguro que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano 2000, começou-se a sentir a aceleração do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A Fundação MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na diversificação geográfica e por mercados de elevado potencial de crescimento, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, Antonio Huertas assumiu a Presidência do Grupo, liderando, hoje em dia, uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 50 países.

- ▲ A MAPFRE é a Companhia de referência do mercado segurador espanhol, o primeiro grupo multinacional segurador na América Latina, onde também é líder no seguro Não Vida. É um dos 10 maiores grupos europeus em volume de negócio e situa-se entre as 20 primeiras companhias de seguros de automóveis nos Estados Unidos;
- ▲ Na atividade de Assistência, é a quarta seguradora mundial;
- ▲ A resseguradora da MAPFRE, a MAPFRE RE, encontra-se entre as 20 primeiras entidades no *ranking* mundial e desenvolve a sua atividade em todo o mundo.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de 37 milhões de clientes, 37.000 empregados, 5.400 escritórios próprios em todo o mundo e mais de 84.000 intermediários.

A MAPFRE, S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid e Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. é uma das sociedades do Grupo, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE España, S.A., que, por sua vez, é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

37.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

37.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art. 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3. do Relatório de Gestão.

No decorrer de 2016, mais em concreto no passado dia 20 de junho de 2016, houve alterações ao Conselho de Administração, nomeadamente a saída de Pedro de Macedo Coutinho de Almeida (Presidente do Conselho de Administração), por falecimento. Em decorrência desta situação, foi proposta e aprovada a eleição de José Manuel Inchausti Pérez como Presidente do Conselho de Administração, bem como Juan Fernández Palacios como Vice-Presidente.

Em 27 de dezembro, António Manuel Cardoso Belo renunciou ao cargo de Administrador, tendo sido eleito em sua substituição Luis Anula Rodriguez.

No quadro abaixo apresentam-se as entidades das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	Grupo MAPFRE
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
José Manuel Inchausti Pérez	MAPFRE, S.A.
Luis Anula Rodriguez	MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.
António Luís de Azevedo Portela	BIAL, S.A.
Ignacio Baeza Gómez	MAPFRE Vida; MAPFRE Familiar; MAPFRE, S.A.; MAPFRE Vida Pensiones; MAPFRE Inversión II; Ascat Vida; Ascat Seguros Generales; MAPFRE Internacional; MAPFRE Asistencia
Javier del Río Martín	
José Luis Catalinas Calleja	MAPFRE Global Risks, S.A.; Fundación MAPFRE Guanarteme
José Luis Joló Marín	Eco – Ecoenergias del Guadiana, S.A.
Juan Fernández Palacios	MAPFRE Vida
Miguel Pedro Caetano Ramos	Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A.; Toyota Caetano Portugal, S.A.; Ibericar (Retail Espanha); Caetano Retail (Retail Portugal); SC Auto África; SC Indústria; Global Watt

37.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

As operações gerais, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2016	2015	2016	2015
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	968.837,53	1.272.773,93	329.889,81	428.583,38
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	109.132,08	0,00	750,00	1.800,00
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	176.974,91	173.857,89	0,00	0,00
Total	1.254.944,52	1.446.631,82	330.639,81	430.383,38

Euros

Conceito	Operações gerais	
	2016	2015
Créditos e dívidas	434.962,47	662.409,59
Depósitos	4.342,46	194.480,98
Total	439.304,93	856.890,57

Na rubrica de rendimentos de investimentos imobiliários, encontra-se o arrendamento à MAPFRE Assistência do escritório sito na Rua Gonçalo Cristóvão N.º 347, no Porto.

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2016	2015
Prémios adquiridos	15.742.601,06	17.286.099,04
Sinistros recebidos	9.652.273,57	10.714.979,07
Variação de provisões técnicas	-1.708.072,46	-2.849.453,96
Comissões	2.091.014,99	2.575.243,31
Juros sobre depósitos	896,34	978,16

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Conceito	Resseguro cedido	
	2016	2015
Créditos e dívidas	-1.123.157,07	-457.466,01
Depósitos	-19.874,33	-26.198,38
Provisões técnicas	17.380.544,02	19.347.665,53
Total	16.237.512,62	18.864.001,14

Euros

Entidade	Tipo de relação/ transação	Saldo em	Saldo em	Operações de resseguro				Outras operações	
		31.12.2016	31.12.2016	Ganhos e perdas					
Em Portugal		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Juros	Custo	Proveito
		Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro						
MAPFRE - Seguros de Vida	Seguradora/ Segurado							204.132,78	34.659,84
	Pagamentos/ Recebimentos lançados em conta corrente	5.571,32							
MAPFRE Assistência	Seguradora/ Segurado								34.053,29
	Resseguradora		-278.097,55	3.367.331,04	3.737,82	2.539.189,14			
	Proprietário/ Arrendatário								750,00
	Pagamentos/ Recebimentos lançados em conta corrente	-6.040,27							
MAPFRE Vida Seguros y Reaseguros Sobre La Vida Humana	Seguradora/ Segurado								14.936,43
	Proprietário/ Arrendatário							109.132,08	
Iberoassistência	Seguradora/ Segurado								12.912,45
	Prestação serviços assistência/Apoio telefónico SIM24							159.924,24	
MAPFRE RE	Seguradora/ Segurado								3.887,97
	Resseguradora		-10.663,89	102.525,07	26.479,76	-20.339,39			

(Continua)

(Continuação)

Euros

Em Espanha		Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Juros	Custo	Proveito
Solunion Seguros	Resseguradora		-179,33			-75.182,24			
MAPFRE Soft	Prestação serviços no âmbito informático							143.830,02	
MAPFRE Vida	Pagamentos/ Recebimentos lançados em conta corrente	145,88							
MAPFRE Inversion	Entidade gestora dos investimentos financeiros da MAPFRE Seguros Gerais							176.974,91	
MAPFRE Global Risks	Representante Fiscal (em Portugal)	52.944,85						38,68	
	Resseguradora		-420.105,28	4.051.007,02	458.325,66	1.203.577,93			
MAPFRE Espanha	Regul.de Sinistros-Pag./ Reembolsos em Portugal, de conta da MAPFRE Espanha	382.079,85							229.439,83
	Resseguradora		39.083,16	1.659.516,04	285.082,85	1.050.185,52		206,13	
MAPFRE RE	Ressegurador		-453.194,18	6.562.221,89	1.317.388,90	3.246.770,16	896,34		
Consultora Actuarial y de Pensiones MAPFRE Vida	Realização Estudos Atuariais							1.100,00	
MAPFRE S.A.	Prestação serviços no âmbito da formação							1.128,24	
MAPFRE Tech	Prestação serviços no âmbito informático							456.046,55	
CESVIMAP	Prestação serviços no âmbito da formação							2.430,89	
MAPFRE Seguros de Empresa	Pagamentos/ Recebimentos lançados em conta corrente	260,84							
Total		434.962,47	-1.123.157,07	15.742.601,06	2.091.014,99	7.944.201,11	896,34	1.254.944,52	330.639,81

38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro

38.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de 1 ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Milhares de euros

Conceito	Antes de resseguro		Após resseguro	
	2016	2015	2016	2015
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado (milhões euros)	0,99	0,99	0,81	0,81
Índice de volatilidade do rácio combinado	3,8%	6,8%	4,8%	6,1%

b) Sensibilidade à taxa de juro dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Milhares de euros

Exercício de 2016	
Variação	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de balanço	-4.318
Decremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de balanço	5.625

c) Alteração longevidade dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Milhares de euros

Exercício de 2016	
Variação	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de balanço	-390
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de balanço	421

d) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

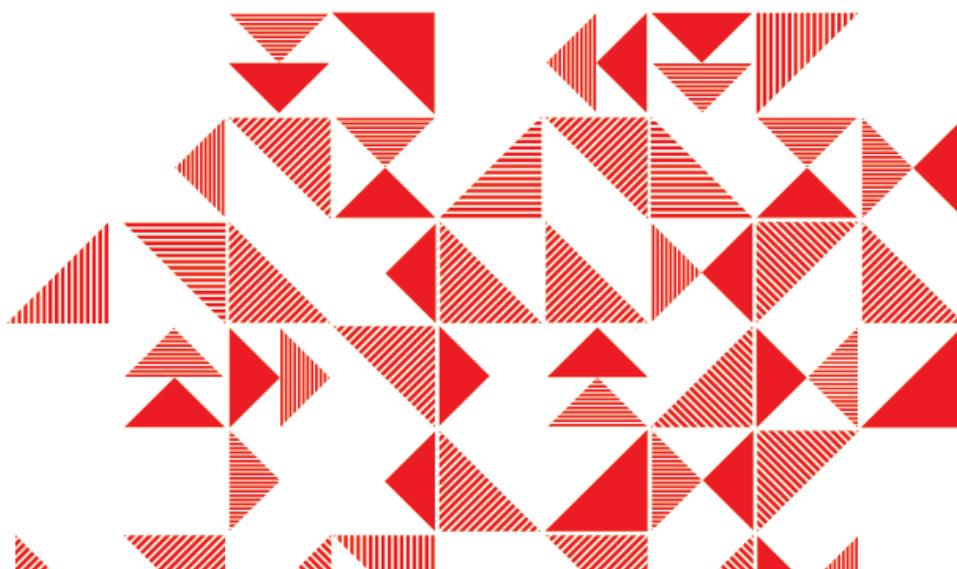
Exercício de 2016					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	24.328.176,31	47.317.413,37	351.315,19	24.552.021,90	96.548.926,77
Prémios de resseguro cedido	270.775,88	2.969.094,11	263.927,40	13.948.386,58	17.452.183,97
% média de retenção	99%	94%	25%	43%	82%

Euros

Exercício de 2015					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	22.116.448,45	52.802.091,21	477.993,35	24.600.377,95	99.996.910,96
Prémios de resseguro cedido	259.069,98	4.277.807,37	316.471,66	14.346.545,24	19.199.894,25
% média de retenção	99%	92%	34%	42%	81%

Exercício de 2016									
Contratos de resseguro		Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais	Transportes	Resp. Civil	Doença	Caução
Proporcional	Quota-parte	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓
	Excedente		✓			✓			
	Facultativo		✓		✓	✓	✓	✓	✓
Não proporcional	XL – Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
	Facultativo						✓		

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

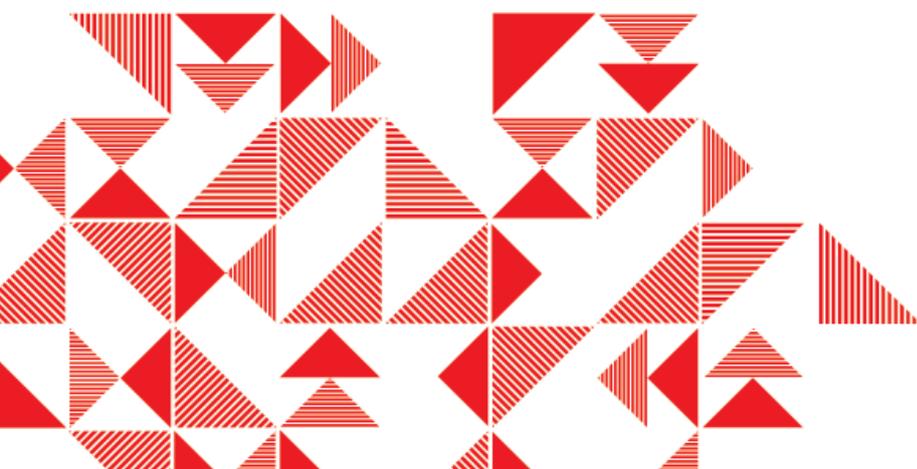


e) Sinistros efetivos/estimados

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efetivos em relação às estimativas.

Milhares de euros

Exercício de 2016							
Evolução dos custos com sinistros – Anos seguintes ao de ocorrência							
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2011 e anteriores	Provisão pendente	27.723	10.818	9.318	4.693	3.914	20.262
	Pagos acumulados	41.941	72.319	75.485	77.339	78.001	83.802
	Total custo	69.664	83.138	84.803	82.032	81.915	104.064
2012	Provisão pendente	25.876	13.806	6.681	5.193	5.688	
	Pagos acumulados	35.701	54.777	56.491	59.177	60.362	
	Total custo	61.577	68.583	63.172	64.370	66.050	
2013	Provisão pendente	26.648	8.442	6.442	5.384		
	Pagos acumulados	36.614	49.916	51.959	53.329		
	Total custo	63.262	58.358	58.401	58.712		
2014	Provisão pendente	25.955	7.001	4.961			
	Pagos acumulados	39.747	55.481	58.015			
	Total custo	65.702	62.483	62.976			
2015	Provisão pendente	27.668	8.432				
	Pagos acumulados	41.004	57.941				
	Total custo	68.672	66.373				
2016	Provisão pendente	22.443					
	Pagos acumulados	39.331					
	Total custo	61.774					
Ano de ocorrência							
Conceito	2016	2015	2014	2013	2012	2011 e anteriores	Total
Provisão p/ sinistros de seguro direto – Não Vida	22.443	8.432	4.961	5.384	5.688	20.262	67.169



Milhares de euros

Exercício de 2015							
Evolução dos custos com sinistros – Anos seguintes ao de ocorrência							
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2010 e anteriores	Provisão pendente	17.534	10.691	7.107	6.914	4.170	21.771
	Pagos acumulados	53.385	71.761	73.800	74.822	76.351	78.893
	Total custo	70.919	82.452	80.907	81.736	80.521	100.664
2011	Provisão pendente	27.723	10.818	9.318	4.693	3.914	
	Pagos acumulados	41.941	72.319	75.485	77.339	78.001	
	Total custo	69.664	83.138	84.803	82.032	81.915	
2012	Provisão pendente	25.876	13.806	6.681	5.193		
	Pagos acumulados	35.701	54.777	56.491	59.177		
	Total custo	61.577	68.583	63.172	64.370		
2013	Provisão pendente	26.648	8.442	6.442			
	Pagos acumulados	36.614	49.916	51.959			
	Total custo	63.262	58.358	58.401			
2014	Provisão pendente	25.955	7.001				
	Pagos acumulados	39.747	55.481				
	Total custo	65.702	62.483				
2015	Provisão pendente	27.668					
	Pagos acumulados	41.004					
	Total custo	68.672					

Conceito	Ano de ocorrência						
	2015	2014	2013	2012	2011	2010 e anteriores	Total
Provisão p/ sinistros de seguro direto – Não vida	27.668	7.001	6.442	5.193	3.914	21.771	71.989

Nota: Os valores apresentados nos quadros acima não incluem os valores referentes a provisões matemáticas e pensões pagas do ramo Acidentes de Trabalho.

A percentagem imputável ao resseguro cedido da sinistralidade apresentada no quadro anterior ascende globalmente a 20,9% no exercício corrente e a 19,5% no exercício anterior.

Apresentamos de seguida os quadros onde se decompõem as provisões por segmentos:

Exercício de 2016					
Conceito	Seguro direto				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Provisão p/ prémios não adquiridos	21.058.630,51	1.448.794,76	13.220.006,89	68.767,96	6.321.060,90
Provisão p/ sinistros	95.123.803,84	46.060.960,32	31.302.865,33	3.120.117,52	14.639.860,67
Provisão p/ desv. de sinistralidade	2.621.453,24	0,00	0,00	1.218.230,22	1.403.223,02
Provisão p/ riscos em curso	1.942.236,67	693.922,67	772.552,70	0,00	475.761,30
Total	120.746.124,26	48.203.677,75	45.295.424,92	4.407.115,70	22.839.905,89

Euros

Euros

Exercício de 2015					
Conceito	Seguro direto				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Provisão p/ prémios não adquiridos	23.016.358,49	1.552.287,38	15.074.154,39	93.735,41	6.296.181,31
Provisão p/ sinistros	97.995.476,89	43.698.608,83	37.353.900,67	2.531.830,31	14.411.137,08
Provisão p/ dev. de sinistralidade	2.192.673,33	0,00	0,00	1.218.230,22	974.443,11
Provisão p/ riscos em curso	5.295.124,17	845.552,02	3.596.339,69	0,00	853.232,46
Total	128.499.632,88	46.096.448,23	56.024.394,75	3.843.795,94	22.534.993,96

O valor de 27.955.297,38 euros referente às provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e incluído na rubrica do Passivo “Provisão para sinistros” apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Euros

Exercício de 2016				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas/Homologadas	Definidas	Presumíveis	
2011 e anteriores	14.121.043,07	294.676,43	396.728,32	14.812.447,82
2012	1.673.535,20	0,00	528.868,48	2.202.403,68
2013	855.207,42	0,00	646.087,77	1.501.295,19
2014	584.591,38	0,00	1.059.176,53	1.643.767,91
2015	434.171,81	0,00	3.487.375,53	3.921.547,34
2016	29.560,18	0,00	3.844.275,26	3.873.835,44
Total	17.698.109,06	294.676,43	9.962.511,89	27.955.297,38

Euros

Exercício de 2015				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática			Total por ano de ocorrência do sinistro
	Conciliadas/Homologadas	Definidas	Presumíveis	
2010 e anteriores	11.829.913,33	311.064,16	324.268,17	12.465.245,66
2011	1.986.990,89	0,00	848.605,30	2.835.596,19
2012	1.682.250,18	0,00	604.430,89	2.286.681,07
2013	751.718,70	0,00	1.109.318,38	1.861.037,08
2014	672.474,94	0,00	2.272.092,35	2.944.567,29
2015	37.284,94	0,00	3.575.720,25	3.613.005,19
Total	16.960.632,98	311.064,16	8.734.435,34	26.006.132,48

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidentes de Trabalho ascendeu a 4.402.568,32 euros. No quadro abaixo apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Euros

Exercício de 2016			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos – Pensões		
	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2011 e anteriores	898.464,87	254.072,75	1.152.537,62
2012	170.297,20	95.906,03	266.203,23
2013	91.681,69	265.247,67	356.929,36
2014	45.593,71	1.333.746,48	1.379.340,19
2015	18.027,96	1.210.023,78	1.228.051,74
2016	7.055,22	12.450,96	19.506,18
Total	1.231.120,65	3.171.447,67	4.402.568,32

Euros

Exercício de 2015			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos – Pensões		
	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2010 e anteriores	830.446,50	284.239,59	1.114.686,09
2011	191.401,65	71.346,14	262.747,79
2012	136.110,72	302.905,25	439.015,97
2013	69.336,62	1.181.360,27	1.250.696,89
2014	31.322,48	1.127.853,44	1.159.175,92
2015	0,00	72.833,12	72.833,12
Total	1.258.617,97	3.040.537,81	4.299.155,78

38.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 35% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 9% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 44% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE - Seguros Gerais, S.A., detêm 54% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando existem valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2016	2015
Provisão para sinistros	14.033.343,03	15.700.978,34
Dívidas por operações de resseguro cedido	-1.295.020,74	-1.460.790,75
Créditos por operações de resseguro cedido	92.495,07	677.283,06
Total posição líquida	12.830.817,36	14.917.470,65

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico	
	2016	2015
AAA	0,00	0,00
AA	-505,29	10.158,48
A	10.991.221,06	13.053.764,33
BBB	1.766.234,17	1.631.418,16
BB	0,00	0,00
Sem qualificação	73.867,42	222.129,67
Total posição líquida	12.830.817,36	14.917.470,65

Do valor total em risco, um montante de 2.314.762,17 euros encontra-se garantido através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia e o valor de 19.874,33 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Cosseguro	Valor contabilístico	
	2016	2015
Créditos por operações de cosseguro	1.474.722,65	1.766.782,84
Dívidas por operações de cosseguro	-742.928,54	-1.337.851,24
Total posição líquida	731.794,11	428.931,60

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, os investimentos financeiros encontram-se classificados como “Detidos para negociação” e “Disponíveis para Venda”, sendo negociados em mercados regulamentados, o que garante, na sua maioria, a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. Na Nota 39.2. dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

Milhares de euros

Exercício de 2016								
Conceito	Seguro direto						Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Provisão para sinistros	42.118	9.319	6.153	4.576	3.642	55.160	120.968	
Acidentes de Trabalho*	9.769	4.126	2.518	2.002	1.808	51.680	71.903	
Outros seguros	32.350	5.193	3.636	2.573	1.834	3.479	49.065	
Provisão para desvios de sinistralidade						2.621	2.621	
Provisão para riscos em curso	1.137	490	73	40	34	168	1.942	
Dívidas por operações de seguro direto	3.872						3.872	
Dívidas por operações de resseguro	1.295						1.295	
Total posição líquida	48.423	9.809	6.227	4.615	3.676	57.949	130.699	

* Valores apresentados sem desconto.

Milhares de euros

Exercício de 2016								
Conceito	Seguro direto						Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Provisão para sinistros	48.704	7.868	5.552	4.272	3.382	47.168	116.947	
Acidentes de Trabalho*	12.250	2.539	1.876	1.562	1.448	42.976	62.650	
Outros seguros	36.454	5.329	3.676	2.710	1.935	4.192	54.297	
Provisão para desvios de sinistralidade						2.193	2.193	
Provisão para riscos em curso	3.357	1.288	167	220	54	208	5.295	
Dívidas por operações de seguro direto	4.734						4.734	
Dívidas por operações de resseguro	1.461						1.461	
Total posição líquida	58.256	9.157	5.720	4.492	3.437	49.569	130.630	

* Valores apresentados sem desconto.

38.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bonus-malus* (no caso do ramo Automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Gastos de Tramitação de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

38.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Exercício de 2016					
Rácios*	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	74,5%	99,4%	73,0%	166,1%	51,4%
Rácio de custos de exploração	27,5%	26,3%	28,7%	26,7%	26,1%
Rácio combinado	102,0%	125,7%	101,7%	192,9%	77,5%
Rácio operacional	97,2%	114,5%	98,2%	179,3%	76,7%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

Exercício de 2015					
Rácios*	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	75,8%	117,6%	77,1%	-162,1%	39,9%
Rácio de custos de exploração	26,4%	24,4%	27,7%	23,9%	25,6%
Rácio combinado	102,2%	142,0%	104,8%	-138,3%	65,5%
Rácio operacional	90,0%	108,2%	97,3%	-164,9%	63,5%

* Calculados brutos de resseguro cedido.

38.5. Montantes recuperáveis

Em 31 de dezembro de 2016, não existia registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

39. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros

39.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- ▲ Risco de taxa de juro – a variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%;
- ▲ Risco de câmbio – a exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos;
- ▲ Outros riscos de mercado – relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

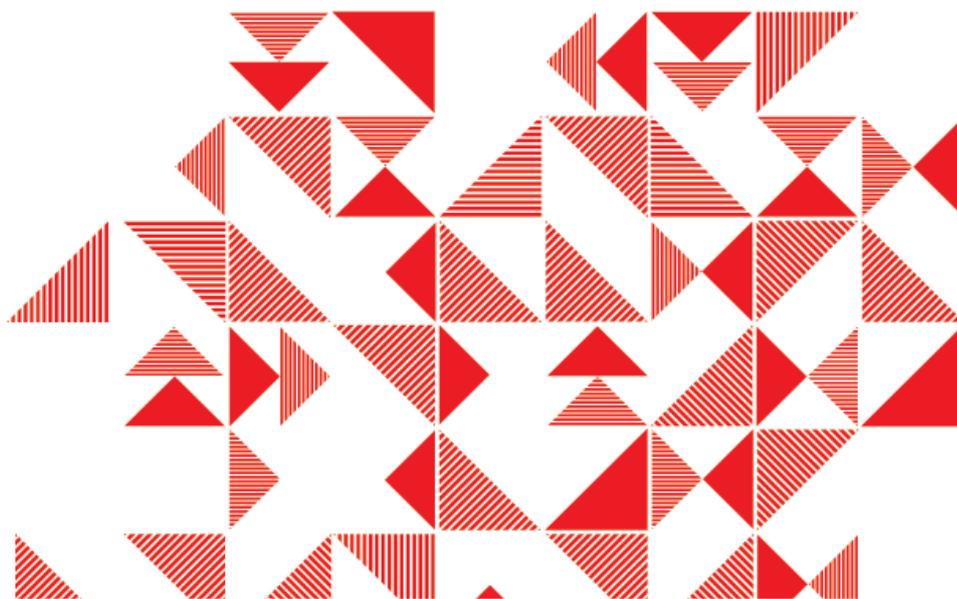
Existe uma adequada diversificação internacional e sectorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo, quer nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco, em termos probabilísticos, em função das volatilidades e correlações históricas.



39.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Euros

Exercício de 2016				
Classificação creditícia dos emissores	Justo valor			Total
	Dívida pública e Outros emissores públicos	Bancos e Instituições financeiras	Outros	
AA	1.449.020,00	8.233.800,00	847.800,00	10.530.620,00
A	1.830.420,00	8.691.490,00	4.430.510,00	14.952.420,00
BBB	77.013.700,78	5.712.940,00	4.466.090,00	87.192.730,78
BB ou menor	6.021.670,00	787.940,00	0,00	6.809.610,00
Sem classificação	0,00	99.520,00	0,00	99.520,00
Total	86.314.810,78	23.525.690,00	9.744.400,00	119.584.900,78

Euros

Exercício de 2015				
Classificação creditícia dos emissores	Justo valor			Total
	Dívida pública e Outros emissores públicos	Bancos e Instituições financeiras	Outros	
AA	1.458.213,37	5.698.860,00	301.796,63	7.458.870,00
A	1.858.950,00	15.283.114,83	4.925.150,00	22.067.214,83
BBB	79.294.081,74	7.486.700,00	1.415.790,00	88.196.571,74
BB ou menor	6.325.400,00	1.774.090,00	0,00	8.099.490,00
Sem classificação	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	88.936.645,11	30.242.764,83	6.642.736,63	125.822.146,57

b) Risco de câmbio

No seguinte quadro apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros

Exercício de 2016				
Tipo de moeda	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	17.604.306,55	1.774.079,12	119.584.900,78	138.963.286,45
Franco Suíço	961.310,96			961.310,96
Libras	398.267,43			398.267,43
Total	18.963.884,94	1.774.079,12	119.584.900,78	140.322.864,84

Euros

Exercício de 2015				
Tipo de moeda	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	14.428.471,19	1.812.869,61	125.822.146,57	142.063.487,37
Franco Suíço	1.171.585,30			1.171.585,30
Libras	418.971,69			418.971,69
Total	16.019.028,18	1.812.869,61	125.822.146,57	143.654.044,36

▼ Praça do Bocage – Setúbal



c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se, entre outros, os indicadores da duração modificada para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Milhares de euros

Exercício de 2016									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro %	Duração modificada %
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Títulos de dívida	119.585	5.349	6.612	6.278	6.465	15.795	79.087	3,0039	9,0658
Total	119.585	5.349	6.612	6.278	6.465	15.795	79.087	-	-

Milhares de euros

Exercício de 2015 (Reexpresso)									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro %	Duração modificada %
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Títulos de dívida	125.822	9.233	6.084	6.747	14.721	8.923	80.114	3,2340	8,2792
Total	125.822	9.233	6.084	6.747	14.721	8.923	80.114	-	-

No quadro que se segue mostram-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Milhões de euros

Capital próprio	2016	2015 (Reexpresso)
Capital próprio	70,34	68,48
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-8,40	-8,07
Capital próprio após o impacto	61,93	60,41
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	8,40	8,07
Capital próprio após o impacto	78,74	76,55

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

Milhões de euros

Exercício de 2016		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	20,74	10,740
Total	20,74	10,740

Milhões de euros

Exercício de 2015		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	17,83	6,590
Total	17,83	6,590

d) Risco de concentração

A Companhia efetua a identificação e quantificação deste risco no âmbito da política de investimentos, onde se definem os limites quanto à concentração de ativos por atividade económica, grupo económico, emissor e por *rating*.

Verifica-se ainda a dispersão do investimento em títulos de rendimento variável em diversos setores de atividade mitigando deste modo o risco de concentração.

Euros

Setor de Atividade	2016	2015
Dívida pública e de Outros emissores públicos	86.315	88.937
Instituições financeiras	35.532	35.173
Energia	2.809	3.153
Petrolíferas	5.000	4.964
Comunicações	4.878	3.680
Industriais	3.401	5.311
Tecnológicas	1.017	1.808
Distribuição	671	628
Imobiliário	701	0
Total	140.323	143.654

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível.

O aparente *gap* existente no 1.º ano e 2.º ano, entre os fluxos de ativos e passivos poderá ser facilmente compensado com a alienação de ativos financeiros de maturidades superiores (títulos de rendimento fixo) e/ou indeterminadas (títulos de rendimento variável), que apresentam uma elevada liquidez em caso de necessidade de alienação.

Milhares de euros

Exercício de 2016								
Conceito	Seguro direto							Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	222							222
Ativos financeiros detidos para negociação	100	0	0	0	0	0	0	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.399	9.304	9.038	8.498	16.808	95.511	20.738	168.296
Invest.em filiais, associa. e empreend. conjuntos							21.000	21.000
Contas a receber p/ operações de seguro direto	8.321							8.321
Contas a receber p/ operações de resseguro	92							92
Total Ativo	17.135	9.304	9.038	8.498	16.808	95.511	41.738	198.032
Passivo								
Provisão para sinistros	42.118	9.319	6.153	4.576	3.642	55.160		120.968
Acidentes Trabalho*	9.769	4.126	2.518	2.002	1.808	51.680		71.903
Outros seguros	32.350	5.193	3.636	2.573	1.834	3.479		49.065
Provisão para desvios de sinistralidade						2.621		2.621
Provisão para riscos em curso	1.137	490	73	40	34	168		1.942
Dívidas por operações de seguro direto	3.872							3.872
Dívidas por operações de resseguro	1.295							1.295
Total Passivo	48.423	9.809	6.227	4.615	3.676	57.949	0	130.699
Total Ativo-Passivo	-31.288	-504	2.811	3.882	13.132	37.562	41.738	67.333

* Valores apresentados sem desconto.

Milhares de euros

Exercício de 2015								
Conceito	Seguro direto							Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.881							1.881
Ativos financeiros detidos para negociação								0
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.034	9.434	9.716	17.340	10.716	99.530	17.874	177.645
Invest. em filiais, associadas e empreend. conjuntos							21.000	21.000
Contas a receber p/ operações de seguro direto	8.035							8.035
Contas a receber p/ operações de resseguro	677							677
Total Ativo	23.626	9.434	9.716	17.340	10.716	99.530	38.874	209.238
Passivo								
Provisão para sinistros	48.704	7.868	5.552	4.272	3.382	47.168		116.947
Acidentes Trabalho*	12.250	2.539	1.876	1.562	1.448	42.976		62.650
Outros seguros	36.454	5.329	3.676	2.710	1.935	4.192		54.297
Provisão para desvios de sinistralidade						2.193		2.193
Provisão para riscos em curso	3.357	1.288	167	220	54	208		5.295
Dívidas por operações de seguro direto	4.734							4.734
Dívidas por operações de resseguro	1.461							1.461
Total Passivo	58.256	9.157	5.720	4.492	3.437	49.569	0	130.630
Total Ativo-Passivo	-34.629	278	3.997	12.848	7.279	49.962	38.874	78.608

* Valores apresentados sem desconto.

40. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital

40.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A Área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de Steering respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões sectoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- ▲ Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- ▲ Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- ▲ Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- ▲ Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- ▲ Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating* A da Standard & Poors;
- ▲ Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- ▲ Minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- ▲ O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- ▲ O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- ▲ O manual de sinistros contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas. Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

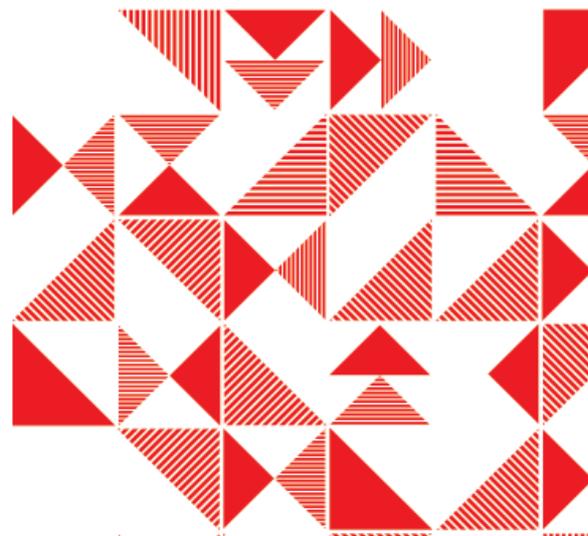
- ▲ Comissão de Gestão de Riscos e Solvência: deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- ▲ Comissão Crescimento Todos os Canais: discute os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- ▲ Comissão Reequilíbrio Técnico: define as normas de subscrição e respetivas delegações, procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- ▲ Comissão de Operações: realiza o seguimento de projetos de adequação do *Backoffice*, dos seus processos e do seu modelo de governação;

- ▲ Comissão Estratégica de Tecnologias: analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- ▲ Comissão de Segurança e Meio Ambiente: define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE;
- ▲ Grupo de Trabalho de Alterações: atribui prioridades e discutem-se as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas;

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2016.

Por outro lado, mensalmente, a Área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.



40.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano, em função da evolução dos riscos.

A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional

Bianualmente, é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidades dos riscos operacionais apurados em 2016, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2016	2015
Geral	63,62	59,39
Desenvolvimento de produtos	62,78	57,41
Emissão	68,10	61,09
Sinistros	59,71	60,49
Gestão administrativa	58,42	54,43
Atividades comerciais	61,37	62,87
Recursos humanos	59,81	56,73
Comissões	61,39	58,77
Cosseguro/resseguro	65,64	67,99
Provisões técnicas	57,55	56,31
Investimentos	62,30	62,17
Sistemas tecnológicos	61,36	61,52
Atendimento ao cliente	62,74	56,42



41. Elementos Extrapatrimoniais

A Companhia detém no final de 2016, o valor de 177.168,71 euros, em garantias bancárias prestadas a terceiros.

No âmbito do *leasing* operacional com viaturas, a Companhia tem em vigor, até ao ano 2020, fluxos futuros contratualizados no valor de 281.532,33 euros, que se demonstram por exercício no quadro abaixo:

Conceito	Fluxos futuros contratualizados			
	2017	2018	2019	2020
<i>Leasing</i> operacional com viaturas	132.137,09	90.071,15	45.245,98	14.078,12
Total	132.137,09	90.071,15	45.245,98	14.078,12

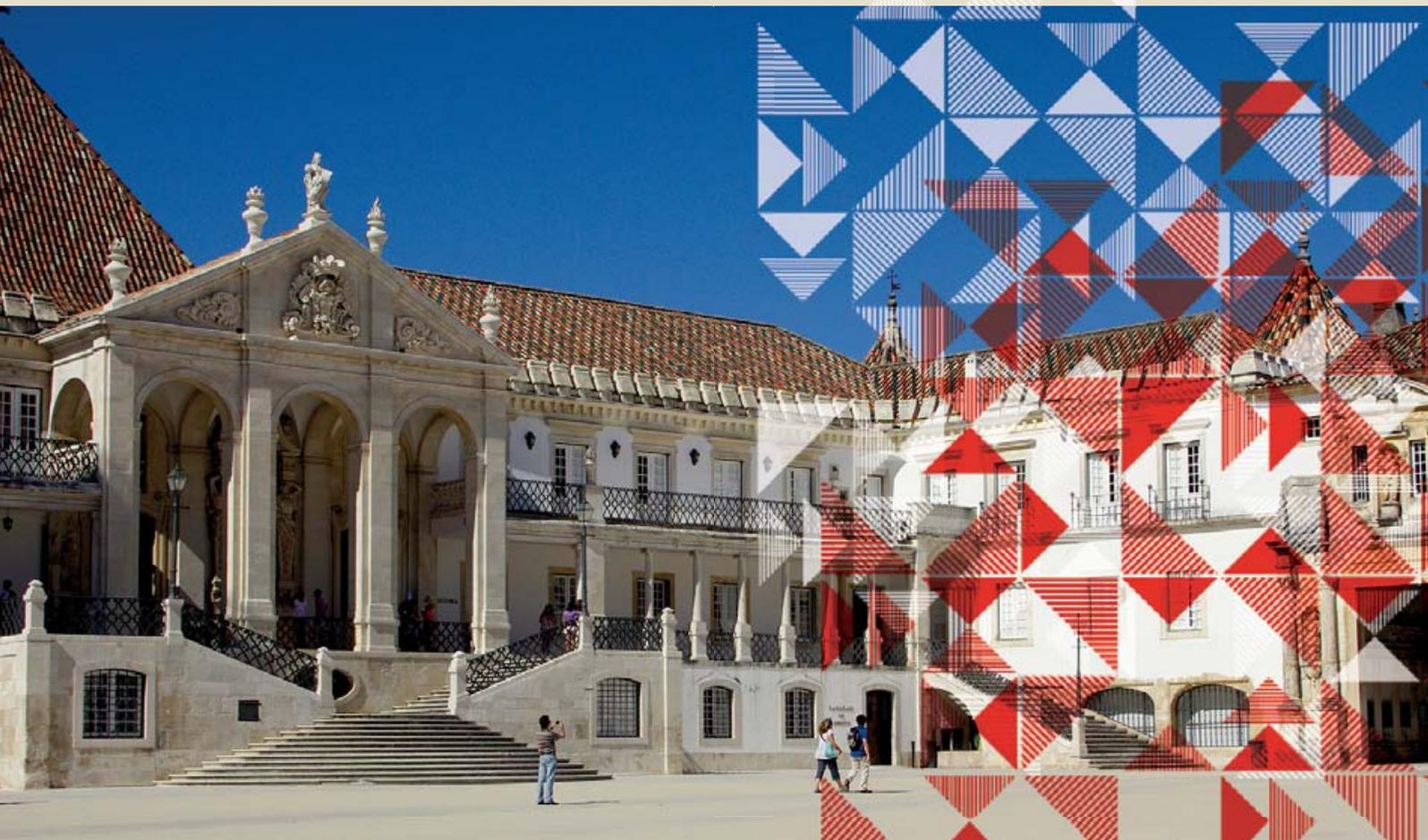
Euros

Adicionalmente tal como mencionado na Nota 38.2, a Companhia tem uma garantia recebida, por uma entidade relacionada, a título de “Depósitos recebidos de resseguradores”, através de um depósito de títulos de rendimento fixo, no montante de 2.314.762,17 euros.

42. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores

Nada a divulgar.

▼ Universidade – Coimbra



43. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

43.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013, introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em ou após 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (*vesting*)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora, como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014, introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas: Alterações no método de disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice-versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações: Contratos de serviços prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam – adicionando orientação de aplicação adicional – quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações à IFRS 7 – compensação de ativos e passivos financeiros – não

são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

IAS 19 – Benefícios dos empregados: Taxa de desconto: Emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

IAS 34 – Relato financeiro intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A da IAS 34 devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27 – Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015.

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. não adotou nas suas contas separadas esta opção.

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de dezembro de 2014, e aplicável aos períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016, as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis à MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- ▲ Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (*Bearer Plants*) (emitida em 30 de junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- ▲ Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
- ▲ Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro);
- ▲ Alterações à IAS 1: Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de dezembro).

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

43.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações financeiras

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados.

Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010), na sua generalidade, transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura, resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Rédito, IFRIC 13 – Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito – Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em cinco passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- ▲ No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ▲ Ao longo do período, na medida em que retrata a *performance* da entidade.

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

43.3. Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.

IFRS 14 – Contas diferidas regulatórias

O IASB emitiu, em 30 de janeiro de 2014, uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRS 16 – Locações

O IASB emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- ▲ Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas;
- ▲ Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas;
- ▲ Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;
- ▲ Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- ▲ Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A MAPFRE - Seguros Gerais, S.A. não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Lisboa, 15 de março de 2017

Luis Anula
Administrador-Delegado

Manuela Mendes
Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

José Manuel Inchausti Pérez
(Presidente)

Juan Fernández Palacios
(Vice-Presidente)

Luis Anula Rodriguez
(Vogal/Administrador-Delegado)

António Luís de Azevedo Portela
(Vogal)

Ignacio Baeza Gómez
(Vogal)

Javier del Río Martín
(Vogal)

José Luis Catalinas Calleja
(Vogal)

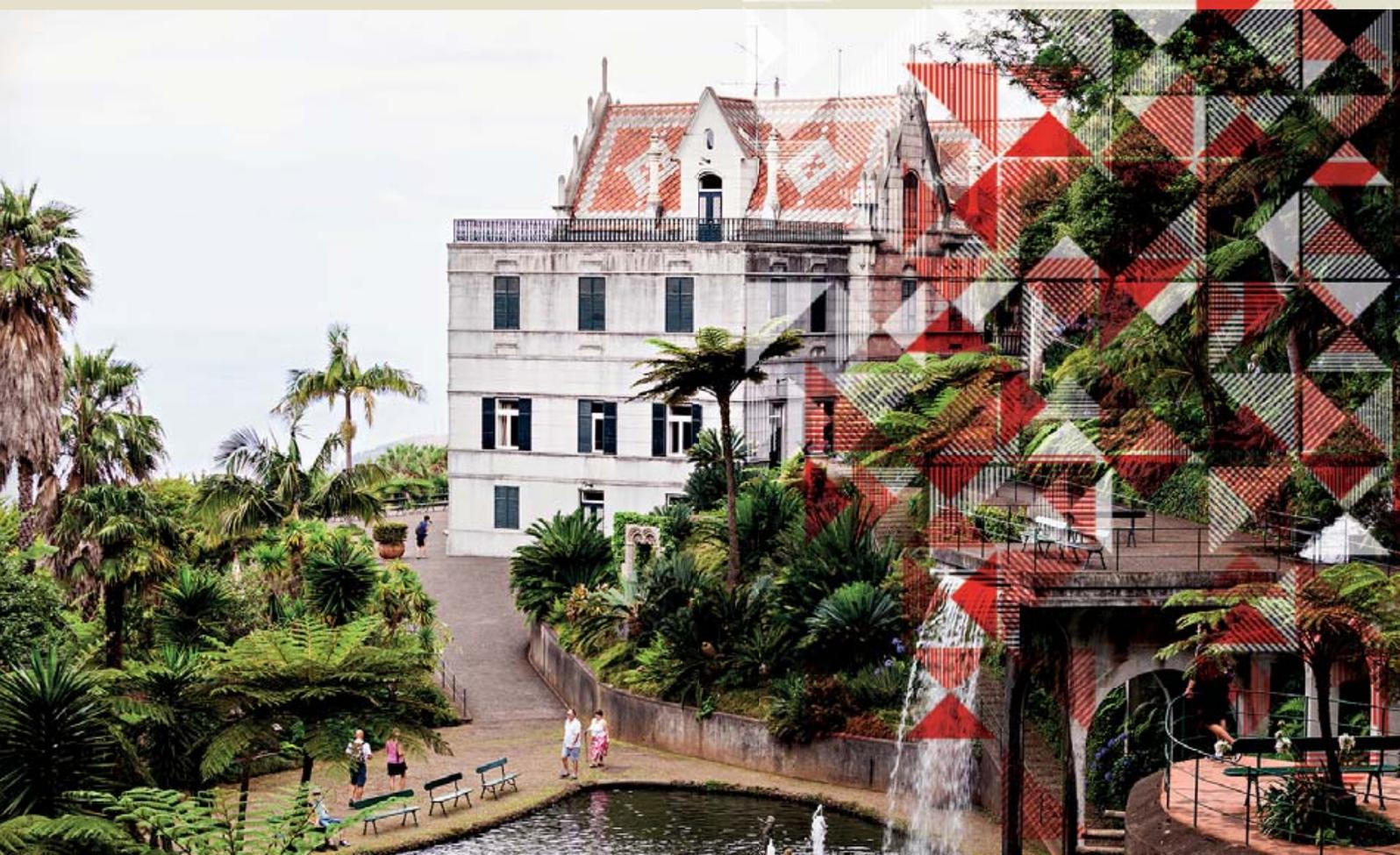
José Luis Joló Marín
(Vogal)

Miguel Pedro Caetano Ramos
(Vogal)

O Secretário do Conselho de Administração

Pedro Ribeiro e Silva

▼ Jardim Tropical – Funchal



Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Anexo 1.1. (2016)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.	4.200.000		0,00	5,00	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal	4.200.000		0,00		21.000.000,00		21.000.000,00
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.	4.200.000		0,00		21.000.000,00		21.000.000,00
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.	4.200.000		0,00		21.000.000,00		21.000.000,00

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. Títulos de dívida							
	2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTEYOE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		4.975.000,00	5.382.353,00	101,08	5.028.875,75	110,94	5.519.315,43
PTOTEQOE0015	REPUBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		420.000,00	481.540,76	122,56	514.747,80	119,61	502.353,14
	Subtotal		5.395.000,00	5.863.893,76		5.543.623,55		6.021.668,57
	2.1.2.2. De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. De outros emissores							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.2.	0	5.395.000,00	5.863.893,76		5.543.623,55		6.021.668,57
	Subtotal 2.1.	0	5.395.000,00	5.863.893,76		5.543.623,55		6.021.668,57
	2.2. Títulos estrangeiros							
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1. Ações							
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	37.183		608.127,96	14,36	533.772,37	16,35	608.127,96
DE0007164600	SAP SE	3.406		282.050,86	71,60	243.886,61	82,81	282.050,86
DE0007236101	SIEMENS AG	5.738		670.198,40	82,35	472.545,07	116,80	670.198,40
DE0008404005	ALLIANZ SE	428		67.196,00	113,23	48.460,73	157,00	67.196,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	750		134.737,50	140,24	105.178,38	179,65	134.737,50
DE000BAY0017	BAYER A.G.	2.760		273.598,80	83,79	231.257,71	99,13	273.598,80
DE000ENAG999	E.ON SE	14.170		94.939,00	7,43	105.340,56	6,70	94.939,00
DE000UNSE018	UNIPER SE	1.421		18.636,41	9,73	13.821,46	13,11	18.636,41
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	18.382		189.886,06	9,36	171.966,91	10,33	189.886,06
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	7.018		93.304,31	10,58	74.229,39	13,30	93.304,31
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	198.073		1.270.440,22	6,27	1.242.529,46	6,41	1.270.440,22
ES0113679137	BANKINTER	4.077		30.006,72	2,76	11.264,60	7,36	30.006,72
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	420.699		2.086.246,34	4,35	1.829.278,95	4,96	2.086.246,34
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	7.627		136.599,57	18,48	140.918,06	17,91	136.599,57
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	6.215		64.698,15	9,43	58.615,88	10,41	64.698,15
ES0126775032	DISTRIBUIDORA INTERNAL DE ALIM	14.812		69.097,98	5,43	80.500,37	4,67	69.097,98
ES0130960018	ENAGAS	7.736		186.631,00	23,37	180.828,75	24,13	186.631,00
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	197.825		1.233.241,05	4,50	889.233,58	6,23	1.233.241,05
ES0148396007	INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	3.997		129.622,71	29,21	116.746,16	32,43	129.622,71
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	6.855		205.787,10	25,15	172.421,20	30,02	205.787,10
ES0173093024	RED ELÉCTRICA CORPORACIÓN S.A.	2.008		35.993,40	13,19	26.486,46	17,93	35.993,40
ES0173516115	REPSOL YPF, S.A.	45.121		605.523,82	11,26	507.982,85	13,42	605.523,82
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	139.666		1.231.854,12	10,13	1.414.264,34	8,82	1.231.854,12
ES0673516995	REPSOL YPF,S.A.	45.121		15.882,59	0,35	15.972,83	0,35	15.882,59
FR0000120172	CARREFOUR SA	20.615		471.877,35	25,94	534.669,43	22,89	471.877,35

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
FR0000120271	TOTAL S.A.	30.116		1.467.251,52	41,66	1.254.573,23	48,72	1.467.251,52
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	4.911		377.655,90	67,71	332.518,22	76,90	377.655,90
FR0000120644	DANONE S.A.	4.359		262.411,80	53,55	233.432,57	60,20	262.411,80
FR0000125486	VINCI S.A.	6.949		449.600,30	48,08	334.100,87	64,70	449.600,30
FR0000127771	VIVENDI SA	21.974		396.740,57	16,73	367.539,36	18,06	396.740,57
FR0000131104	BNP PARIBAS SA – PARIS	19.994		1.210.636,70	44,90	897.827,73	60,55	1.210.636,70
FR0000133308	ORANGE S.A.	32.574		470.205,69	12,42	404.428,13	14,44	470.205,69
FR0010208488	ENGIE S.A.	1		12,12	13,37	13,37	12,12	12,12
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	12.315		320.005,27	23,86	293.838,33	25,98	320.005,27
IT0003128367	ENEL SPA	80.233		336.015,80	3,77	302.468,72	4,19	336.015,80
IT0003132476	ENI SPA	67.625		1.046.158,75	14,81	1.001.486,66	15,47	1.046.158,75
NL0000009355	UNILEVER PLC	14.902		582.891,73	31,66	471.729,67	39,12	582.891,73
NL0011821202	ING GROEP N.V.	13.354		178.542,98	12,65	168.982,36	13,37	178.542,98
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI SA	300.000		300.000,00	1,00	300.000,00	1,00	300.000,00
CH0012005267	NOVARTIS AG	6.651		459.755,30	76,52	508.903,31	69,13	459.755,30
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.260		273.402,10	219,12	276.094,37	216,99	273.402,10
CH0038863350	NESTLE S.A.	3.348		228.153,56	59,81	200.227,67	68,15	228.153,56
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	10.638		194.516,39	19,04	202.501,60	18,29	194.516,39
GB0031348658	BARCLAYS PLC	41.422		108.349,40	2,20	91.033,59	2,62	108.349,40
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	40.779		95.401,64	2,46	100.274,16	2,34	95.401,64
	Subtotal	1.925.108		18.963.884,94		16.964.146,03		18.963.884,94
	2.2.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0137814002	FONDMAPFRE RENTADOLAR F.I.	38.407		315.835,04	7,81	300.000,00	8,22	315.835,04
ES0138298031	FONDMAPFRE BOLSA ASIA F.I.	12.173		101.449,70	6,16	75.000,00	8,33	101.449,70
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	15.179		177.516,44	6,00	91.000,00	11,69	177.516,44
IE00B53L3W79	ISHARES CORE EUROSTOXX 50 ETF	6.332		611.861,16	88,96	563.322,96	96,63	611.861,16
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	1.757		567.416,78	308,22	541.537,62	322,95	567.416,78
	Subtotal	73.848		1.774.079		1.570.861		1.774.079
	2.2.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1.	1.998.956		20.737.964,06		18.535.006,61		20.737.964,06
	2.2.2. Títulos de dívida							
	2.2.2.1. De dívida pública							
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	4.492.764,06	77,46	2.401.310,84	147,01	4.557.269,54
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		12.450.000,00	17.672.766,15	88,98	11.077.782,88	143,95	17.921.254,51
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		550.000,00	674.869,85	123,09	676.989,50	126,41	695.257,52
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		600.000,00	843.070,59	143,44	860.622,00	143,02	858.103,47
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023		6.001.000,00	7.700.054,67	100,04	6.003.460,41	133,27	7.997.546,87
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	989.388,28	101,95	815.593,98	124,42	995.367,46
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		30.000,00	45.648,27	145,10	43.530,00	154,60	46.380,80

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		9.600.000,00	14.482.092,57	149,90	14.390.575,93	151,73	14.566.072,84
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		850.000,00	955.811,47	103,56	880.260,00	112,92	959.782,02
ES00000127A2	TESORO PÚBLICO 1,95 7/2030		4.500.000,00	4.582.290,26	102,42	4.608.806,35	102,66	4.619.553,95
ES00000127Z9	TESORO PÚBLICO 1,95 4/2026		3.400.000,00	3.580.230,95	100,05	3.401.858,31	106,62	3.624.915,33
ES00000128C6	TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046		3.500.000,00	3.698.478,96	98,98	3.464.335,00	106,16	3.715.720,06
ES00000128H5	TESORO PÚBLICO 1,3 10/2026		8.355.000,00	8.285.035,40	99,67	8.327.748,60	99,38	8.303.485,08
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	1.400.075,86	25,60	491.008,00	73,00	1.400.075,86
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020		1.500.000,00	1.815.008,30	99,33	1.490.010,00	122,03	1.830.419,26
IT0005104473	REPÚBLICA DE ITALIA 0,332 6/2022		650.000,00	653.903,86	100,56	653.607,50	100,62	654.005,78
	Subtotal		57.804.000,00	71.871.489,50		59.587.499		72.745.210
	2.2.2.2. De outros emissores públicos							
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021		1.500.000,00	1.846.617,81	97,80	1.467.000,00	127,80	1.916.932,88
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5 12/2026		800.000,00	1.042.936,67	128,80	1.030.400,00	130,57	1.044.580,51
EU000A1U98Z1	EURO STABILITY MECHANISM 1,25 10/2018		1.400.000,00	1.445.275,38	99,87	1.398.138,00	103,50	1.449.015,11
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		270.000,00	334.208,60	99,67	269.103,60	128,70	347.479,28
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020		480.000,00	554.056,17	99,41	477.177,60	118,63	569.422,75
XS0900792473	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4 4/2018		2.050.000,00	2.165.235,99	99,61	2.041.923,00	108,32	2.220.501,74
	Subtotal		6.500.000,00	7.388.330,62		6.683.742,20		7.547.932,27
	2.2.2.3. De outros emissores							
DE000A1R1BC6	DEUTSCHE BORSE AG (BOLSA FRANK 1,125 3/2018		250.000,00	254.010,38	99,38	248.452,50	102,47	256.175,62
ES0340609199	CAIXABANK S.A. 3,125 5/2018		900.000,00	938.630,17	98,21	883.869,53	106,28	956.506,88
ES0413211782	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 12/2017		500.000,00	517.071,01	100,05	500.250,00	103,67	518.365,53
ES0413440308	BANCO SANTANDER SA 4,75 1/2017		1.600.000,00	1.605.219,54	99,59	1.593.372,71	104,78	1.676.443,58
ES0413679178	BANKINTER 4,125 3/2017		1.200.000,00	1.211.854,19	99,99	1.199.930,34	104,21	1.250.504,87
ES0413790314	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 3,5 9/2017		1.500.000,00	1.538.154,04	99,82	1.497.240,00	103,62	1.554.263,63
FR0013060209	RESEAU DE TRANSPORT 1,625 11/2025		600.000,00	635.583,21	99,60	597.612,00	106,09	636.518,14
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – L 6,934 4/2018		700.000,00	752.430,72	102,67	718.710,00	112,56	787.936,60
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	765.135,33	109,05	654.300,00	131,04	786.240,33
XS0370846973	COMMERZBANK A.G. 6,5 6/2018		550.000,00	589.959,06	100,05	550.275,00	110,62	608.429,89
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT 6,8 6/2018		300.000,00	323.025,88	99,65	298.950,00	111,22	333.645,06
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 6,25 1/2021		100.000,00	124.589,91	126,90	126.900,00	130,43	130.430,07
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – L 1 12/2023		650.000,00	626.650,19	63,80	414.700,00	96,47	627.029,36
XS0479869744	VODAFONE GROUP 4,65 1/2022		400.000,00	485.351,25	120,70	482.800,00	125,75	502.985,68
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020		1.550.000,00	1.835.508,21	109,78	1.701.528,00	120,54	1.868.376,70
XS0595092098	DNB BANK ASA 4,375 2/2021		300.000,00	352.301,64	118,01	354.030,00	121,16	363.490,16
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		100.000,00	110.287,32	107,09	107.090,00	114,51	114.509,66
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020		500.000,00	563.046,13	101,45	507.250,00	116,48	582.380,15

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS0751166835	DANSKE BANK A/S 3,875 2/2017		240.000,00	241.638,08	105,52	253.244,20	103,94	249.464,31
XS0826634874	COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022		250.000,00	288.560,87	99,55	248.880,00	116,66	291.640,49
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		300.000,00	330.586,13	99,90	299.685,00	112,43	337.299,24
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517 2/2021		1.450.000,00	1.591.910,17	107,82	1.563.390,00	111,98	1.623.719,96
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		1.520.000,00	1.577.382,84	100,13	1.521.912,40	105,60	1.605.182,02
XS1069282827	BNP PARIBAS SA – PARIS 0,238 5/2019		800.000,00	807.160,49	100,85	806.800,00	100,92	807.377,33
XS1130526780	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING 0,087 10/2019		1.600.000,00	1.610.115,64	99,99	1.599.840,00	100,65	1.610.366,97
XS1144086110	AT&T INC 1,45 6/2022		1.500.000,00	1.559.984,55	103,73	1.555.950,00	104,85	1.572.736,60
XS1147600305	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL PLC 0,625 12/2019		2.000.000,00	2.038.812,90	99,55	1.991.020,00	101,99	2.039.840,30
XS1201001572	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIFE 2,5 3/2025		100.000,00	98.483,00	99,09	99.093,00	100,46	100.462,45
XS1246144650	INTESA SANPAOLO SPA 0,734 6/2020		300.000,00	301.529,42	99,90	299.706,00	100,54	301.633,40
XS1287714502	TORONTO-DOMINION BANK 0,165 9/2020		1.300.000,00	1.312.134,09	100,05	1.300.650,00	100,94	1.312.277,09
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		800.000,00	839.801,61	102,98	823.805,00	105,98	847.801,61
XS1322048619	AMADEUS CAPITAL MARKETS S.A. 1,625 11/2021		1.400.000,00	1.479.608,71	102,00	1.428.020,00	105,89	1.482.413,50
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,1 12/2022		700.000,00	722.991,58	99,51	696.563,00	103,38	723.645,55
XS1416688890	METROVACESA S.A. 2,375 5/2022		200.000,00	208.157,92	99,49	198.976,00	105,53	211.059,97
XS1422225588	BNP PARIBAS ARBITRAGE ISSUANCE 0 11/2017		100.000,00	99.524,83	98,65	98.650,00	99,52	99.524,83
XS1422919594	ANZ NEW ZEALAND INTL LTD-LONDO 0,625 6/2021		3.300.000,00	3.366.445,23	101,33	3.343.770,00	102,38	3.378.537,70
XS1428953407	HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028		400.000,00	423.809,81	99,88	399.528,00	107,73	430.933,10
XS1457608013	CITIGROUP INC 0,75 10/2023		400.000,00	393.258,82	99,91	399.640,00	98,45	393.809,50
XS1496344794	SANTANDER CONSUMER BANK AS 0,25 9/2019		100.000,00	100.214,43	99,67	99.672,00	100,28	100.278,81
XS1511787589	MORGAN STANLEY 1,375 10/2026		200.000,00	195.355,69	99,12	198.234,00	97,93	195.852,95
	Subtotal		31.260.000,00	32.816.274,99		31.664.288,68		33.270.089,59
	Subtotal 2.2.2.		95.564.000,00	112.076.095,11		97.935.530,18		113.563.232,21
	Subtotal 2.2.	1.998.956	95.564.000,00	132.814.059,17		116.470.536,79		134.301.196,27
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	1.998.956	100.959.000,00	138.677.952,93		122.014.160,34		140.322.864,84
	Total geral	6.198.956	100.959.000,00	138.677.952,93		143.014.160,34		161.322.864,84

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Anexo 1.2. (2015)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.							
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1.							
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. Títulos de dívida							
	2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTEMOE0027	REPUBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019		3.500.000,00	3.988.237,50	112,23	3.928.150,00	116,56	4.079.538,73
PTOTEYOE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		1.475.000,00	1.662.926,81	82,25	1.213.175,75	115,49	1.703.422,81
PTOTEQOE0015	REPUBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		420.000,00	521.630,08	122,56	514.747,80	129,15	542.434,46
	Subtotal		5.395.000,00	6.172.794,39		5.656.073,55		6.325.396,00
	2.1.2.2. De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. De outros emissores							
PTCGF11E0000	CAIXAGERALDEDEPOSITOSSA-3,875 12/2016		3.000.000,00	3.103.444,65	95,47	2.864.144,39	103,72	3.111.702,84
	Subtotal	0	3.000.000,00	3.103.444,65		2.864.144		3.111.703
	Subtotal 2.1.2.	0	8.395.000,00	9.276.239,04		8.520.217,94		9.437.098,84
	Subtotal 2.1.	0	8.395.000,00	9.276.239,04		8.520.217,94		9.437.098,84
	2.2. Títulos estrangeiros							
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1. Ações							
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	35.216		587.755,04	14,26	502.251,24	16,69	587.755,04
DE0007164600	SAP SE	6.988		512.779,44	59,14	413.250,14	73,38	512.779,44
DE0007236101	SIEMENS AG	4.850		435.918,00	80,80	391.893,68	89,88	435.918,00
DE0008404005	ALLIANZ SE	428		69.999,40	113,23	48.460,73	163,55	69.999,40
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	750		138.412,50	140,24	105.178,38	184,55	138.412,50
DE000BAY0017	BAYER A.G.	440		50.952,00	55,84	24.570,85	115,80	50.952,00
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	6.684		96.316,44	11,11	74.229,39	14,41	96.316,44
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	141.300		952.220,70	7,62	1.076.076,66	6,74	952.220,70

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0113679J37	BANKINTER	4.077		26.679,88	2,76	11.264,60	6,54	26.679,88
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	227.901		1.038.772,75	5,28	1.204.230,55	4,56	1.038.772,75
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	7.279		136.954,38	18,82	136.959,10	18,81	136.954,38
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	6.215		53.877,83	9,43	58.615,88	8,67	53.877,83
ES0126775032	DISTRIBUIDORA INTERNAL DE ALIM	14.510		78.992,44	5,44	78.865,43	5,44	78.992,44
ES0130960018	ENAGAS	9.523		247.598,00	23,37	222.599,81	26,00	247.598,00
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	159.815		1.046.788,25	4,46	713.172,92	6,55	1.046.788,25
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	6.563		177.299,44	26,28	172.447,30	27,01	177.299,44
ES0173093115	RED ELECTRICA CORPORACIÓN S.A.	662		51.046,82	52,76	34.928,36	77,11	51.046,82
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	37.748		382.009,76	11,95	451.161,51	10,12	382.009,76
ES0178430049	TELEFONICA, S.A.	4.503		46.088,20	12,04	54.213,26	10,23	46.088,20
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	153.104		1.567.019,44	11,66	1.784.497,82	10,24	1.567.019,44
ES0673516979	REPSOL YPF,S.A.	37.748		17.326,33	0,47	17.590,56	0,46	17.326,33
FR0000120172	CARREFOUR SA	20.615		549.389,75	25,94	534.669,43	26,65	549.389,75
FR0000120271	TOTAL SA	27.943		1.153.067,89	41,63	1.163.319,96	41,26	1.153.067,89
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	2.662		209.233,20	65,36	173.990,52	78,60	209.233,20
FR0000120644	DANONE S.A.	5.824		362.718,72	53,55	311.886,04	62,28	362.718,72
FR0000125486	VINCI S.A.	6.949		410.963,86	48,08	334.100,87	59,14	410.963,86
FR0000127771	VIVENDI SA	17.114		339.884,04	16,41	280.837,50	19,86	339.884,04
FR0000131104	BNP PARIBAS SA – PARIS	15.513		810.243,99	45,03	698.532,30	52,23	810.243,99
FR0000133308	ORANGE S.A.	32.574		504.408,39	12,42	404.428,13	15,49	504.408,39
FR0010208488	ENGIE S.A.	38.472		628.055,40	17,86	687.075,11	16,33	628.055,40
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	12.315		259.784,92	23,86	293.838,33	21,09	259.784,92
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	80.233		312.266,83	3,77	302.468,72	3,89	312.266,83
IT0003132476	ENI SPA	40.603		560.321,40	16,13	654.921,07	13,80	560.321,40
NL0000009355	UNILEVER PLC	15.293		613.325,76	31,66	484.106,95	40,10	613.325,76
CH0012005267	NOVARTIS AG	6.651		530.734,87	76,52	508.903,31	79,80	530.734,87
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.619		411.391,99	218,05	353.027,84	254,10	411.391,99
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	3.348		229.458,44	59,81	200.227,67	68,54	229.458,44
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	11.165		81.293,15	8,13	90.816,90	7,28	81.293,15
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	10.638		198.334,82	19,04	202.501,60	18,64	198.334,82
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	46.433		139.343,72	2,46	114.177,14	3,00	139.343,72
	Subtotal	1.262.268		16.019.028,18		15.370.287,56		16.019.028,18
	2.2.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0138298031	FONDMAPFRE BOLSA ASIA F.I.	12.173		96.325,41	6,16	75.000,00	7,91	96.325,41
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	15.179		153.879,67	6,00	91.000,00	10,14	153.879,67
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	20.601		581.162,87	24,06	495.764,15	28,21	581.162,87
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.087		981.501,66	265,41	819.211,41	317,99	981.501,66
	Subtotal	51.040		1.812.870		1.480.976		1.812.870
	2.2.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1.	1.313.308		17.831.897,79		16.851.263,12		17.831.897,79

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2.2.2. Títulos de dívida								
2.2.2.1. De dívida pública								
ES00000122E5	TESORO PUBLICO 4,65 7/2025		5.250.000,00	6.612.902,18	131,43	6.900.325,34	127,93	6.716.288,45
ES00000123B9	TESORO PUBLICO 5,5 4/2021		165.000,00	205.357,44	120,68	199.120,24	128,16	211.457,03
ES00000123C7	TESORO PUBLICO 5,9 7/2026		4.850.000,00	6.720.270,30	139,81	6.780.785,00	141,06	6.841.454,04
ES00000124H4	TESORO PUBLICO 5,15 10/2044		11.775.000,00	16.695.726,69	143,70	16.920.825,00	142,66	16.798.452,31
ES0000012932	TESORO PUBLICO 4,2 1/2037		3.000.000,00	3.696.509,27	126,10	3.783.000,00	127,07	3.812.153,11
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020		1.500.000,00	1.843.584,80	99,33	1.490.010,00	123,93	1.858.953,65
ES00000120N0	TESORO PUBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	4.206.154,88	77,46	2.401.310,84	137,76	4.270.484,11
ES00000121S7	TESORO PUBLICO 4,7 7/2041		12.100.000,00	16.029.391,25	87,25	10.557.679,40	134,46	16.270.234,15
ES00000123J2	TESORO PUBLICO 4,25 10/2016		1.500.000,00	1.554.258,10	101,54	1.523.130,00	104,34	1.565.057,28
ES00000123U9	TESORO PUBLICO 5,4 1/2023		6.001.000,00	7.688.851,71	100,04	6.003.460,41	133,08	7.986.271,13
ES00000123X3	TESORO PUBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	978.317,41	101,95	815.593,98	123,04	984.280,25
ES00000126B2	TESORO PUBLICO 2,75 10/2024		850.000,00	928.550,91	103,56	880.260,00	109,71	932.510,61
ES00000127A2	TESORO PUBLICO 1,95 7/2030		2.500.000,00	2.389.012,70	104,74	2.618.381,35	96,39	2.409.658,19
ES0000012965	TESORO PUBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	1.246.804,19	25,60	491.008,00	65,01	1.246.804,19
	Subtotal		55.309.000,00	70.795.691,83		61.364.890		71.904.059
2.2.2.2. De outros emissores públicos								
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021		1.500.000,00	1.871.393,19	97,80	1.467.000,00	129,43	1.941.516,14
EU000A1U98Z1	EURO STABILITY MECHANISM 1,25 10/2018		1.400.000,00	1.454.483,86	99,87	1.398.138,00	104,16	1.458.213,37
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		270.000,00	339.834,18	99,67	269.103,60	130,77	353.068,61
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020		2.480.000,00	2.910.928,88	99,41	2.465.417,60	120,57	2.990.105,93
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 5 7/2016		1.600.000,00	1.640.661,01	99,96	1.599.381,18	105,00	1.680.005,27
XS0900792473	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4 4/2018		2.050.000,00	2.229.166,54	99,61	2.041.923,00	111,43	2.284.281,29
	Subtotal	0	9.300.000,00	10.446.467,66		9.240.963,38		10.707.190,61
2.2.2.3. De outros emissores								
DE000A1R1BC6	DEUTSCHE BORSE AG (BOLSA FRANK 1,125 3/2018)		250.000,00	255.265,89	99,38	248.452,50	102,97	257.425,21
DE000DB7XHM0	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT 0,501 4/2019		2.600.000,00	2.590.514,73	100,30	2.607.800,00	99,74	2.593.337,03
ES0340609199	CAIXABANK S.A. 3,125 5/2018		900.000,00	955.573,80	95,74	861.660,00	108,16	973.401,67
ES0413211782	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 12/2017		500.000,00	532.859,16	100,05	500.250,00	106,83	534.150,14
ES0413679178	BANKINTER 4,125 3/2017		1.200.000,00	1.258.304,34	99,90	1.198.800,00	108,07	1.296.849,42
ES0413790314	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 3,5 9/2017		1.500.000,00	1.581.835,55	99,82	1.497.240,00	106,53	1.597.901,12
ES0414954182	IBERCAJA BANCO S.A.U. 5,31 3/2016		700.000,00	696.453,78	100,05	700.350,00	103,89	727.222,28
FR0013060209	RESEAU DE TRANSPORT 1,625 11/2025		600.000,00	595.834,94	99,60	597.612,00	99,46	596.767,32
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L 6,934 4/2018		700.000,00	785.755,17	102,67	718.710,00	117,31	821.164,04
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	772.545,62	109,05	654.300,00	132,28	793.650,62
XS0370846973	COMMERZBANK A.G. 6,5 6/2018		550.000,00	596.516,05	100,05	550.275,00	111,82	614.986,88
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT 6,8 6/2018		300.000,00	327.351,92	99,65	298.950,00	112,65	337.942,08

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	Preço de mercado	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 6,25 1/2021		100.000,00	127.561,51	126,90	126.900,00	133,40	133.400,55
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L 1 12/2023		650.000,00	602.997,54	63,80	414.700,00	92,83	603.376,71
XS0479869744	VODAFONE GROUP 4,65 1/2022		400.000,00	478.250,21	120,70	482.800,00	123,97	495.881,99
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020		1.550.000,00	1.854.471,01	109,78	1.701.528,00	121,76	1.887.249,70
XS0595092098	DNB BANK ASA 4,375 2/2021		300.000,00	353.989,20	118,01	354.030,00	121,72	365.172,42
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		100.000,00	110.457,85	107,09	107.090,00	114,68	114.678,40
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020		500.000,00	568.673,42	101,45	507.250,00	117,60	588.002,19
XS0751166835	DANSKE BANK A/S 3,875 2/2017		840.000,00	876.758,10	105,52	886.354,70	107,64	904.135,77
XS0826634874	RABOBANK NEDERLAND 4,125 9/2022		250.000,00	279.976,48	99,55	248.880,00	113,22	283.047,69
XS0828735893	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 4,625 3/2016		1.500.000,00	1.514.883,73	106,67	1.600.115,24	104,61	1.569.094,80
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		300.000,00	326.653,87	99,90	299.685,00	111,12	333.363,80
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517 2/2021		1.450.000,00	1.554.934,36	107,82	1.563.390,00	109,43	1.586.731,31
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		1.520.000,00	1.578.869,53	100,13	1.521.912,40	105,70	1.606.666,79
XS1069282827	BNP PARIBAS SA - PARIS 0,458 5/2019		1.900.000,00	1.912.547,36	100,85	1.916.150,00	100,71	1.913.562,59
XS1130526780	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING 0,336 10/2019		2.400.000,00	2.391.694,80	99,99	2.399.760,00	99,71	2.393.150,80
XS1147600305	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL PLC 0,625 12/2019		2.000.000,00	2.019.227,47	99,55	1.991.020,00	101,01	2.020.252,06
XS1201001572	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE 2,5 3/2025		100.000,00	94.196,58	99,09	99.093,00	96,17	96.170,62
XS1246144650	INTESA SANPAOLO SPA 0,922 6/2020		300.000,00	301.604,60	99,90	299.706,00	100,58	301.735,22
XS1287714502	TORONTO-DOMINION BANK 0,367 9/2020		1.300.000,00	1.296.990,35	100,05	1.300.650,00	99,79	1.297.308,42
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		300.000,00	300.692,42	100,22	300.660,00	100,60	301.798,98
XS1322048619	AMADEUS CAPITAL MARKETS S.A. 1,625 11/2021		800.000,00	803.626,56	99,31	794.480,00	100,65	805.224,92
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,112/2022		700.000,00	697.104,85	99,51	696.563,00	99,68	697.757,04
ES0413440308	BANCO SANTANDER SA 4,75 1/2017		1.600.000,00	1.679.766,12	99,59	1.593.372,71	109,44	1.750.977,08
ES0458759034	UNICAJA BANCO, S.A. 5,5 3/2016		550.000,00	556.788,28	99,96	549.789,06	105,50	580.260,96
	Subtotal		31.810.000,00	33.231.527,15		32.190.278,61	3.901,22	33.773.798,62
	Subtotal 2.2.2.		96.419.000,00	114.473.686,64		102.796.131,55		116.385.047,73
	Subtotal 2.2.	1.313.308	96.419.000,00	132.305.584,43		119.647.394,67		134.216.945,52
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2.	1.313.308	104.814.000,00	141.581.823,47		128.167.612,61		143.654.044,36
	Total geral	1.313.308	104.814.000,00	141.581.823,47		128.167.612,61		143.654.044,36

* Inclui o valor dos juros decorridos.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Anexo 2.1. (2016)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Vida	97.995.476,89	33.418.109,29	68.807.347,74	4.229.980,14
Acidentes e Doença	44.285.609,62	11.841.717,69	36.479.497,85	4.035.605,92
Acidentes de Trabalho	43.698.608,83	11.371.040,88	36.312.113,89	3.984.545,94
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	476.154,65	294.965,05	167.056,94	-14.132,66
Doença	110.846,14	175.711,76	327,02	65.192,64
Incêndio e Outros Danos	8.545.582,57	3.283.405,23	4.331.478,37	-930.698,97
Automóvel	37.353.900,67	16.823.947,51	19.739.043,52	-790.909,64
Responsabilidade Civil	31.590.507,01	13.883.329,91	17.988.031,58	280.854,48
Outras Coberturas	5.763.393,66	2.940.617,60	1.751.011,94	-1.071.764,12
Marítimo e Transportes	81.606,34	24.905,70	61.229,71	4.529,07
Mercadorias Transportadas	366.095,77	172.790,71	195.875,47	2.570,41
Responsabilidade Civil Geral	4.432.685,67	1.065.410,89	4.862.122,99	1.494.848,21
Crédito e Caução	2.624.788,34	100.134,18	3.004.331,71	479.677,55
Proteção Jurídica	234.524,62	99.522,06	112.517,17	-22.485,39
Diversos	70.683,28	6.275,32	21.250,95	-43.157,01
Total	97.995.476,89	33.418.109,29	68.807.347,74	4.229.980,14

* Sinistros ocorridos no ano 2015 e anteriores.

Anexo 2.2. (2015)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Vida	96.995.491,10	28.968.690,09	66.714.268,45	-1.312.532,56
Acidentes e Doença	37.243.779,37	9.659.346,89	34.265.239,10	6.680.806,62
Acidentes de Trabalho	36.848.629,53	9.347.774,96	34.110.967,45	6.610.112,88
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	384.136,67	285.529,72	153.971,65	55.364,70
Doença	11.013,17	26.042,21	300,00	15.329,04
Incêndio e Outros Danos	6.728.235,08	2.618.206,44	3.658.958,87	-451.069,77
Automóvel	38.344.494,99	11.804.031,41	21.887.721,77	-4.652.741,81
Responsabilidade Civil	32.631.197,25	9.001.299,07	20.336.990,19	-3.292.907,99
Outras Coberturas	5.713.297,74	2.802.732,34	1.550.731,58	-1.359.833,82
Marítimo e Transportes	242.126,23	74.747,11	-5.199,47	-172.578,59
Mercadorias Transportadas	291.785,33	76.333,49	245.729,32	30.277,48
Responsabilidade Civil Geral	6.635.227,99	1.172.839,19	3.955.685,47	-1.506.703,33
Crédito e Caução	6.337.096,79	2.866.170,43	2.497.273,91	-973.652,45
Proteção Jurídica	226.281,86	99.797,72	138.243,42	11.759,28
Diversos	946.463,46	597.217,41	70.616,04	-278.630,01
Total	96.995.491,10	28.968.690,09	66.714.268,45	-1.312.532,56

* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores.

Discriminação dos Custos com Sinistros

Anexo 3.1. (2016)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos – Prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro Direto	71.560.716,76	5.047.080,87	-2.871.673,05	73.736.124,58
Acidentes e Doença	22.311.145,69	1.255.286,45	2.460.940,35	26.027.372,49
Acidentes de Trabalho	20.832.125,72	1.110.355,54	2.362.351,49	24.304.832,75
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	581.517,89	83.379,38	-51.110,46	613.786,81
Doença	897.502,08	61.551,53	149.699,32	1.108.752,93
Incêndio e Outros Danos	7.783.851,83	414.389,40	-1.042.503,88	7.155.737,35
Automóvel	39.393.319,43	2.880.850,39	-6.051.035,34	36.223.134,48
Responsabilidade Civil	25.233.421,02	1.544.465,90	-4.584.930,49	22.192.956,43
Outras Coberturas	14.159.898,41	1.336.384,49	-1.466.104,85	14.030.178,05
Marítimo e Transportes	57.519,32	3.322,93	40.433,16	101.275,41
Mercadorias Transportadas	283.408,37	8.874,35	-150.016,54	142.266,18
Responsabilidade Civil Geral	1.585.900,60	189.942,61	1.490.335,10	3.266.178,31
Crédito e Caução	92.280,08	28.502,82	495.329,20	616.112,10
Proteção Jurídica	38.560,72	266.058,91	-70.728,75	233.890,88
Diversos	14.730,72	-146,99	-44.426,35	-29.842,62
Resseguro Aceite				0,00
Total	71.560.716,76	5.047.080,87	-2.871.673,05	73.736.124,58

Anexo 3.2. (2015)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos – Prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro Direto	68.970.988,06	5.361.522,20	999.985,79	75.332.496,05
Acidentes e Doença	19.142.521,26	1.300.708,55	7.041.830,25	27.485.060,06
Acidentes de Trabalho	18.252.289,41	1.059.783,17	6.849.979,30	26.162.051,88
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	592.201,99	96.435,07	92.017,98	780.655,04
Doença	298.029,86	144.490,31	99.832,97	542.353,14
Incêndio e Outros Danos	5.941.210,61	422.881,99	1.817.347,49	8.181.440,09
Automóvel	38.203.759,40	3.201.435,14	-990.594,32	40.414.600,22
Responsabilidade Civil	21.398.915,16	1.642.711,60	-1.040.690,24	22.000.936,52
Outras Coberturas	16.804.844,24	1.558.723,54	50.095,92	18.413.663,70
Marítimo e Transportes	139.315,32	6.584,24	-160.519,89	-14.620,33
Mercadorias Transportadas	149.033,51	11.625,15	74.310,44	234.969,10
Responsabilidade Civil Geral	1.815.707,59	146.156,52	-2.202.542,32	-240.678,21
Crédito e Caução	2.883.620,22	17.711,96	-3.712.308,45	-810.976,27
Proteção Jurídica	55.872,10	260.817,26	8.242,76	324.932,12
Diversos	639.948,05	-6.398,61	-875.780,18	-242.230,74
Resseguro Aceite				0,00
Total	68.970.988,06	5.361.522,20	999.985,79	75.332.496,05

Discriminação de Alguns Valores por Ramos

Anexo 4.1. (2016)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro Direto	96.548.926,77	98.963.803,62	73.736.124,58	27.201.335,28	-6.495.494,13
Acidentes e Doença	28.441.211,39	28.459.764,49	26.027.372,49	7.316.969,64	-984.976,39
Acidentes de Trabalho	24.328.176,31	24.457.442,54	24.304.832,75	6.442.817,19	-270.582,14
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	2.425.300,59	2.366.784,28	613.786,81	584.600,50	-331.133,58
Doença	1.687.734,49	1.635.537,67	1.108.752,93	289.551,95	-383.260,67
Incêndio e Outros Danos	14.732.950,54	14.924.941,43	7.155.737,35	3.267.723,64	-4.065.767,47
Automóvel	47.317.413,37	49.635.097,78	36.223.134,48	14.269.941,98	-1.146.502,28
Responsabilidade Civil	28.369.918,03	29.667.363,45	22.192.956,43	7.958.549,44	-429.326,81
Outras Coberturas	18.947.495,34	19.967.734,33	14.030.178,05	6.311.392,54	-717.175,47
Marítimo e Transportes	147.562,87	149.796,78	101.275,41	17.823,63	-32.310,70
Mercadorias Transportadas	413.420,02	418.976,90	142.266,18	87.246,35	-94.757,95
Responsabilidade Civil Geral	4.365.990,84	4.190.738,79	3.266.178,31	1.197.651,22	-520.982,91
Crédito e Caução	351.315,19	370.876,77	616.112,10	99.176,13	404.350,65
Proteção Jurídica	671.076,29	706.751,65	233.890,88	932.776,54	60.374,06
Diversos	107.986,26	106.859,03	-29.842,62	12.026,15	-114.921,14
Resseguro Aceite					
Total	96.548.926,77	98.963.803,62	73.736.124,58	27.201.335,28	-6.495.494,13

* Sem dedução da parte dos resseguradores.

Anexo 4.2. (2015)

Euros

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro Direto	99.996.910,96	99.420.954,58	75.332.496,05	26.261.679,33	-8.152.933,24
Acidentes e Doença	25.581.058,31	25.630.166,06	27.485.060,06	6.467.972,64	-860.628,57
Acidentes de Trabalho	22.116.448,45	22.256.007,24	26.162.051,88	5.435.821,93	-163.189,09
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	2.441.057,96	2.466.407,65	780.655,04	616.770,45	-319.563,52
Doença	1.023.551,90	907.751,17	542.353,14	415.380,26	-377.875,96
Incêndio e Outros Danos	15.341.993,74	15.133.972,21	8.181.440,09	3.229.578,74	-4.396.753,52
Automóvel	52.802.091,21	52.422.391,68	40.414.600,22	14.503.829,38	86.826,15
Responsabilidade Civil	31.199.132,94	30.903.846,72	22.000.936,52	7.857.478,56	158.611,90
Outras Coberturas	21.602.958,27	21.518.544,96	18.413.663,70	6.646.350,82	-71.785,75
Marítimo e Transportes	327.840,47	325.531,32	-14.620,33	32.481,09	-244.523,22
Mercadorias Transportadas	613.897,03	611.594,74	234.969,10	107.144,24	-253.966,02
Responsabilidade Civil Geral	3.971.306,78	3.843.289,52	-240.678,21	963.156,16	-1.218.898,08
Crédito e Caução	477.993,35	557.561,31	-810.976,27	133.030,03	-980.726,69
Proteção Jurídica	757.036,07	770.699,90	324.932,12	813.111,38	0,00
Diversos	123.694,00	125.747,84	-242.230,74	11.375,67	-284.263,29
Resseguro Aceite					
Total	99.996.910,96	99.420.954,58	75.332.496,05	26.261.679,33	-8.152.933,24

* Sem dedução da parte dos resseguradores.



2016 | Acontecimentos relevantes

A Seleção Nacional de Futebol foi campeã da Europa. Foi um golo de Éder que deu a vitória de Portugal sobre a França e valeu o campeonato da Europa à nossa Seleção.

A MAPFRE e o BANKINTER concretizaram a aquisição do negócio Vida do Barclays em Portugal. A operação realizou-se através da BANKINTER SEGUROS DE VIDA, sociedade participada conjuntamente pela MAPFRE e pelo BANKINTER.

5.

Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

▲ Templo de Diana – Évora



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício Monumental
 Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
 1069-006 Lisboa – Portugal
 Telefone: +351 210 110 000
 Fax: +351 210 110 121
 Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Mapfre – Seguros Gerais, S.A.** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 207.933.858 euros e um total de capital próprio de 70.336.863 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 537.414 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Mapfre – Seguros Gerais, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

<p>Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)</p> <p>Em 31 de Dezembro de 2016, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda totaliza 140.223.340 euros, conforme nota 6 às demonstrações financeiras.</p>	
<p>O risco</p> <p>Os activos financeiros disponíveis para venda representam cerca de 67% do activo da entidade a 31 de Dezembro de 2016.</p> <p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.4 às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor conforme detalhado na alínea d) da nota 2.19 às demonstrações financeiras.</p> <p>O justo valor para maioria dos activos que compõem a respectiva carteira de investimentos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>. Conforme referido na nota 6.2 às demonstrações financeiras depende de factores como a liquidez, condições económicas e taxas de juro praticadas no mercado, entre outros.</p>	<p>A nossa resposta ao risco identificado</p> <p>Os procedimentos de auditoria, entre outros, foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de investimentos e teste à eficácia operacional dos referidos controlos numa base de amostragem. • Teste à valorização da carteira de investimentos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade. • Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade. • Avaliação das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisão para sinistros

Em 31 de Dezembro de 2016, a Provisão para sinistros, no valor de 95.123.804 euros, representa 69% do Passivo à mesma data. Deste montante, 27.955.297 euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme se pode observar da leitura da nota 14 às demonstrações financeiras da Entidade.

(i) Provisão para sinistros – Outros ramos, incluindo Acidentes de Trabalho (Outros custos)

O risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros. Foi também avaliada para um conjunto de controlos-chave a sua eficácia.

Adicionalmente, efectuámos testes, os quais compreenderam, entre outros, nomeadamente e para as principais linhas de negócio, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises *run-off*) na estimativa do valor da provisão para sinistros.

Para as restantes linhas de negócio, avaliámos a metodologia e os pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros e realizámos uma análise de tendência com o objectivo de identificar inconsistências com períodos anteriores.

Ainda nesta área, avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos actuários independentes contratados pela Entidade, bem como a competência profissional.

(ii) Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho

O risco

A estimativa das provisões matemáticas de Acidentes de trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros. Foi também avaliada para um



<p>prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.</p>	<p>conjunto de controlos-chave a sua eficácia.</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pela Entidade na projecção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos.</p> <p>Ainda nesta área, avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos actuários independentes contratados pela Entidade, bem como a competência profissional.</p>
--	---

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;


5



- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluímo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 27 de Março de 2015 para o período remanescente do mandato compreendido entre 2014 e 2016.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 22 de Março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.



- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Realização do trabalho conducente à Emissão do Relatório de conclusões factuais do Revisor Oficial de Contas nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 5/2016-R, de 12 de Maio, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno.

Lisboa, 22 de Março de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fernando Duarte', written over a horizontal line.

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

O Conselho Fiscal da Mapfre Seguros Gerais, S.A., depois de ter procedido à análise do Relatório e Contas referente ao exercício de 2016 colocado à sua disposição pela Administração da Companhia e depois de examinada a documentação que lhe foi remetida pelos Auditores externos KPMG & Associados, SROC,S.A., sente-se habilitado a emitir o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1.Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal preparou o presente relatório sobre a sua ação fiscalizadora durante o exercício de 2016, e presta igualmente parecer sobre o Relatório de Gestão, Contas e propostas apresentados pela Administração da Mapfre Seguros Gerais, S. A.

2.O Conselho Fiscal manteve ao longo do ano um diálogo permanente com a Administração, Direcção Financeira e Direcção de Auditoria Interna da Companhia, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apreciação da informação financeira trimestral oportunamente facultada, tendo sido obtidas as explicações solicitadas.

3. O contacto com os Auditores Externos / Revisores Oficiais de Contas da KPMG , SROC ocorreu em finais de 2016, para apreciação dos resultados do exame preliminar interino, devidamente formalizados em documento dirigido ao Conselho Fiscal, e em 7 de Março de 2017 para apreciação das conclusões do trabalho anual, depois desta Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ter completado substancialmente os trabalhos de revisão e auditoria sobre as contas de 2016 da Mapfre Seguros Gerais, S. A..

4. A KPMG & Associados, SROC,S.A. emitiu com data de 22 de Março de 2017 a versão final assinada dos Relatórios seguintes:

- Certificação Legal de Contas, sem Reservas, nem Ênfases;
- Relatório para o Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, descrevendo o trabalho efetuado e as conclusões obtidas nas áreas de enfoque de auditoria;
- Confirmação de Independência;

5. O Conselho Fiscal entende que a responsabilidade pela emissão de uma opinião sobre as contas financeiras da Mapfre Seguros Gerais, S.A cabe à KPMG SROC, S.A. ao emitir a Certificação Legal das Contas e demais Relatórios de Auditoria, documentos essenciais para que a ação fiscalizadora do Conselho Fiscal possa ser levada a cabo.

6. O Conselho Fiscal solicitou à Administração e à Direcção Financeira da Companhia todas as informações e documentos referentes à Mapfre Seguros Gerais, S. A , nos diversos aspetos e áreas da sua atividade, tendo obtido todos os esclarecimentos que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos.

7. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração descreve o que foi a atividade da Mapfre Seguros Gerais , S.A .durante o exercício de 2016.

8. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Artº 420º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, abaixo identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas anuais de 2016, e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados e fluxos de caixa da Mapfre Seguros Gerais, S.A. de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões e que o Relatório de Gestão expõe adequadamente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da Mapfre Seguros Gerais, S.A em 31 de Dezembro de 2016.

9. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;

b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;

c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório de Gestão do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis, como segue:

- Que o resultado líquido do exercício, negativo no montante total de 537.414,21 Euros seja absorvido por incorporação em Reservas Livres, cujo montante em balanço é amplamente positivo.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada reunião da qual se lavrou a presente Ata que vai ser assinada por todos os membros do Conselho Fiscal

Lisboa, 27 de Março de 2017



Rua Castilho, 52
1250-071 Lisboa
Tel.: 707 102 024
mapfre.pt

Relatório e Contas 2016

MAPFRE - Seguros Gerais, S.A.

 **MAPFRE** | SEGUROS

